Oslan Costa Ribeiro

CONTENDAS DO SAGRADO NO PODERIO CACAUEIRO BAIANO

Conflitos entre as elites eclesiástica e política diante do movimento do progresso urbano e da secularização em Canavieiras – Bahia (1880-1913)

edufcg

Oslan Costa Ribeiro

CONTENDAS DO SAGRADO NO PODERIO CACAUEIRO BAIANO

Conflitos entre as elites eclesiástica e política diante do movimento do progresso urbano e da secularização em Canavieiras – Bahia (1880-1913)

edufcg
Campina Grande - PB
2025

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – EDUFCG
atendimento@editora.ufcg.edu.br

Camilo Allyson Simões de Farias
Reitor

Fernanda de Lourdes Almeida Leal
Vice-Reitor

Mário de Sousa Araújo Filho
Diretor EDUFCG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Diagramação

Oslan Costa Ribeiro, de foto da foto exposta na Galeria do Porto, em Canavieiras, BA (2012)
Capa

CONSELHO EDITORIAL
Adriano Azevedo de Mello (CCBS)
Andréa Maria Brandão Mendes de Oliveira (CCTA)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro Costa Rego (CTRN)
José Wanderley Alves de Sousa (CFP)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Ronimack Trajano de Souza (CEEI)
Valéria Andrade (CDSA)

R484c Ribeiro, Oslan Costa.
Contendas do sagrado no poderio cacaueiro baiano : conflitos entre as elites eclesiástica e política diante do movimento do progresso urbano e da secularização em Canavieiras – Bahia (1880-1913) [recurso eletrônico] / Oslan Costa Ribeiro. – Campina Grande: EDUFCG, 2025.
203 p. : il. color.

E-book
ISBN 978-85-8001-326-9

1. História Cultural - Canavieiras (BA). 2. Freguesia de São Boaventura do Poxim. 3. Elite Eclesiástica Católica. 4. Secularização da Sociedade. 5. Laicização do Estado Brasileiro. I. Título.

CDU 930.85(813.8)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA MEIRE EMANUELA DA SILVA MELO CRB-15/568

Sumário

APRESENTAÇÃO 7

PREFÁCIO 9

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO I 35

O ESPAÇO URBANO DA IMPERIAL VILLA DE CANNAVIEIRAS EM FINS DO SÉCULO XIX 36

Sobre a formação da Freguesia de São Boaventura do Poxim e da Vila de Cannavieiras 36

A situação da Imperial Villa de Cannavieiras, segundo o relatório descritivo de Durval Vieira de Aguiar e através das fotografias de Dantas Photo 45

Transformações culturais e urbanas no início do século XX 52

CAPÍTULO II 61

A ELITE ECLESIÁSTICA E O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO E LAICIZAÇÃO 62

O fim do padroado e a restauração ultramontana da Igreja no Brasil 62

O caso do vigário Badaró diante da secularização e da laicização em Canavieiras 71

O cônego Bemvindo Teixeira e sua ação pastoral renovadora 79

CAPÍTULO III 85
O ESPAÇO RELIGIOSO NA IMPRENSA CANAVIEIRENSE 86
A cidade de Canavieiras pela imprensa nos anos 1900 e 1910: a busca pelo "progresso" 86
O jornal *Monitor do Sul* 92
As notícias de *Monitor do Sul* (1903-1913) 98
O jornal *A Razão* (1908-1912) 102
O jornal *A Reforma* (1913-1917) 104
Principais notícias de *A Reforma* (1913-1917) 110

CAPÍTULO IV 117
ESTRATÉGIAS, PROTAGONISTAS E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DA NOVA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA 118
A velha Igreja Matriz e os padres que tentavam inovar em sua práxis pastoral 118
Padre Justino José de Santana: o inconformismo diante da letargia 133
A emancipação da elite eclesiástica no sul da Bahia 150
Considerações Finais 161

REFERÊNCIAS 165

Fontes Escritas 165
Fontes Hemerográficas 168
Bibliografia 169
Apêndices 179

ANEXOS 195

SOBRE O AUTOR 203

Apresentação

Apresentar uma obra é destacar, até certo ponto, sua plataforma, ou seja, a que o trabalho veio, qual o seu móvel no tempo e no espaço nos quais se situa. O livro *Contendas do sagrado no poderio cacaueiro baiano: conflitos entre as elites eclesiástica e política diante do movimento do progresso urbano e da secularização em Canavieiras, Bahia, Brasil (1880-1913)* nos ajuda a encontrar o fio condutor de uma série de inovações historiográficas que subvertem o conceito de história regional. Considerando como história regional o que parte do Nordeste e do Norte, a historiografia brasileira alçou ao papel de História Nacional as narrativas do Sudeste, ainda que seu alcance limitado não permitisse tal ênfase. A contrapelo dessa tendência, professor Oslan destaca conflitos e arquitetura urbana no interior do Estado da Bahia, demonstrando urbanizações outras que não as centrais, que recebem ênfase tradicional, evidenciando a presença de elementos religiosos contumazes na sociedade brasileira pós-Proclamação da República, não obstante os esforços oficiais de laicização.

Ao mesmo tempo, o autor destaca o pluralismo de posições políticas e lugares de fala no seio da sociedade católica baiana daquele século XX nascente, não redutível aos estatutos teológicos e visibilizado somente no acompanhar-se dos conflitos e disputas cotidianas. Sob este aspecto, o autor colore a realidade do tempo

descrito de modo que, ao historiar, dá movimento e vida aos personagens e a seus diferentes paradigmas com pesquisa arguta e escrita habilidosa. Adentrar com o professor Oslan os embates pela reconstrução de uma igreja numa sociedade que se debate entre o laico e o sagrado é, por corolário, problematizar uma série de conflitos que ainda permeiam nossa noção moderna de urbe, seus projetos gentrificados de "progresso", limpeza e pretensa melhoria urbana, dando destaque aos dilemas da exclusão social dos pobres e da redução de seus espaços de sociabilidade.

Oslan Costa Ribeiro fala, com amor e empatia, da terra de seus antepassados e empresta ao relato emoção e crítica. Tudo isso, sem *spoilers*, qualifica seu texto à leitura, ou melhor, à boa leitura. A honra de participar de sua banca só foi superada pela de apresentar seu ótimo livro. Boa leitura a todos!

Prof. Dr. José Otávio Aguiar
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
2025

Prefácio

O livro de Oslan Costa Ribeiro, *Contendas do sagrado no poderio cacaueiro baiano: conflitos entre as elites eclesiástica e política diante do movimento do progresso urbano e da secularização em Canavieiras – Bahia (1880-1913)*, traz importante contribuição ao campo da história, da religião e da imprensa. Fruto de sua dissertação de mestrado, defendida em 2021 junto ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande, este trabalho revela importante debate ocorrido na primeira década do século XX, na cidade de Canavieiras, sul da Bahia, sobre a elite eclesiástica e suas reivindicações diante do movimento do progresso urbano e da secularização da sociedade.

Utilizando rica fonte de jornais como Monitor do Sul, A Reforma e A Razão, o livro faz um mergulho sobre a elite eclesiástica, a secularização, as reformas urbanas e os vários atores sociais envolvidos nas narrativas que compõem este livro. Com ampla consulta, análise profunda e bem fundamentada, temos aqui um verdadeiro exercício metodológico e de pesquisa através dessas fontes, pois sabemos que as fontes históricas são essenciais para o historiador realizar o seu trabalho.

Este livro nos ajuda a entender um pouco sobre uma cidade cravada no interior da Província da Bahia, além dos discursos e das

preocupações sobre o urbano e o moderno no início do século XX, e isso só foi possível a partir dos vestígios de jornais, que são ricas fontes históricas e documentais.

A maneira com que o autor aborda e analisa as fontes nos possibilita o conhecimento dos vários aspectos da sociedade canavieirense, bem como desvela as sociedades do passado, constituindo-se em importante contribuição para a pesquisa histórica, como também para a historiografia local, regional e nacional sobre a temática. Considerando que a luta pelo poder também se manifesta pelo domínio da opinião pública, percebe-se que o autor tomou os devidos cuidados no uso do jornal como fonte de pesquisa e preocupação em ajustar a notícia ao espaço analisado e às discussões religiosas e políticas da época.

Desse modo, fica então evidenciado, neste livro, que o jornal, assim como outras formas de comunicação e de imprensa, torna-se importante fonte documental para o historiador, pois o discurso da imprensa e sua linguagem não se restringem apenas a um conjunto de vocabulários, mas também se apresentam como ferramentas capazes de desvelar o nível básico das relações sociais. Expressam-se, portanto, através dos jornais, as forças políticas e religiosas dos grupos que compunham a sociedade de Canavieiras.

O livro está dividido em quatro capítulos, nos quais o leitor terá a oportunidade de conhecer um pouco sobre a cidade de Canavieiras, seus citadinos e suas preocupações na manutenção da antiga Igreja Matriz e o longo processo de construção e inauguração da atual Igreja Matriz, como também importante diálogo sobre modernização e urbanização da cidade de Canavieiras.

No primeiro capítulo, nosso autor faz interessante descrição cartográfica do espaço urbano da "Imperial Villa de Cannavieiras" em fins do século XIX, no qual o leitor terá a oportunidade de

conhecer como se deu a formação da vila e suas transformações urbanas e culturais no início do século XX. Já no capítulo dois, encontramos rica narrativa e análise sobre o processo de secularização, laicização e restauração ultramontana da Igreja Católica, característicos da Primeira República e que vão ganhar destaque em várias páginas de jornais da época.

Na sequência, temos o terceiro capítulo, em que o autor traz rico panorama sobre a circulação dos jornais daquele período e o debate que era travado sobre a importância do moderno e do progresso para a cidade de Canavieiras. Por fim, nosso autor encerra seu livro trazendo os protagonistas desta narrativa e as estratégias utilizadas pelos representantes da elite eclesiástica para a construção da nova Igreja Matriz de São Boaventura do Poxim e suas preocupações com o progresso pelo qual passavam várias cidades brasileiras, e que Canavieiras não queria ficar de fora desse "progresso".

Este livro é uma importante contribuição aos estudos sobre religião, política e imprensa, ricamente documentado, inserindo-se no debate historiográfico sobre o processo de transição do Império para a República, trazendo para o leitor um rico diálogo com as fontes hemerográficas e metodológicas, como também na contribuição para os estudos locais e regionais, tanto para a população de Canavieiras como para os estudos da província da Bahia.

Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior
Universidade de Pernambuco - UPE
2025

“Eu vou contar uma história,
uma história de espantar...
A história dessas terras,
quando o cacau não havia,
sangue de gente corria,
fazendo a terra de estrume....”
(Jorge Amado e Dorival Caymmi)

Introdução

O presente livro, fruto da dissertação de mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), que iremos apresentar, é obra de uma indagação surgida ainda na pré-adolescência, do desejo de responder aos questionamentos sobre a história do município de Canavieiras e de sua Freguesia de São Boaventura do Poxim, até então, pouco pesquisados por nossos historiadores, memorialistas e cronistas de Canavieiras e região. Lemos muitos desses trabalhos, tentamos responder aos questionamentos da juventude de nossa geração na cidade de Canavieiras, mas, ao nos colocarmos à escuta dos mais idosos, por tardes inteiras a fio, regadas de muito café e bolo, sobre as experiências que cada qual obteve em uma vida longa, a saudade era a emoção mais comovente de sentir. A riqueza e o detalhamento dessas memórias orais foram se alinhando às fotografias apresentadas nessas conversas. A memória passou a reconstituir cenários perdidos, esquecidos propositalmente, ou não, mas que foram de certa maneira superados, apagados da memória coletiva, sempre no discurso do novo, do moderno, do futuro que estava chegando naqueles últimos anos da década de 1990.

A redescoberta da fotografia da antiga Igreja Matriz de São Boaventura do Poxim, em 2001, em sua localização quase que no

meio, do que chamamos hoje de Praça da Bandeira, nos remeteu a outra senhora de idade avançada, corcunda, com voz rouca, sempre paramentada de vestido simples e lenço branco na cabeça, que conhecemos em 1993, em uma das missas dominicais na atual Igreja Matriz de São Boaventura, chamada de dona Arlinda. Ela nos disse que, ainda menina, carregou com suas irmãs e primas as pedras chegadas no cais do porto de Canavieiras, em enormes canoas, em uma noite de lua cheia no ano de 1911. Noite inesquecível, de muita festa, de muita gente reunida, para ajudar a descarregar as canoas e levar pedra por pedra em suas cabeças até o terreno onde foi demarcado para se construir a nova matriz da cidade. Como prova de suas memórias, dona Arlinda marcou que fôssemos em sua casa para nos mostrar o tijolo que ela guardava, com dignidade de relíquia sagrada, e realmente era, da antiga Igreja Matriz de São Boaventura, demolida rapidamente pelo poder público municipal assim que a nova foi inaugurada em 5 de julho de 1932.

Um tijolo enorme para os padrões atuais da construção civil era a peça mais valiosa da casa, segundo nos disse dona Arlinda em sua humilde residência na rua Augusto Severo, centro de Canavieiras. Ela lamentava que a antiga igreja, onde ela havia sido batizada não mais existia e ainda acrescentou que, à época, transparecia que tanto a prefeitura quanto o padre tinham pressa de que a velha matriz desaparecesse de uma vez por todas da cidade, aproveitando a comoção popular em torno da inauguração da nova, muito mais bonita e majestosa. A memória de dona Arlinda se juntou com as demais senhoras católicas de idade avançada, que conseguimos escutar por vários anos, sem nenhuma fotografia sobre a antiga matriz achada até aquele período; hoje, interpretamos que tenha existido uma tendência proposital de apagamento da memória coletiva sobre esse patrimônio esquecido. Após várias visitas, não

de cunho acadêmico, mas de um adolescente ávido por conhecer e decifrar os fragmentos de informações recebidos daqui e dali sobre a história de sua cidade, sem ter consciência disto, nascia ali a nossa vocação de historiador.

Com o término do ensino médio e início da fase adulta, a busca pelo conhecimento histórico se tornava mais aguçada. As memórias ouvidas nos davam autoridade de fala e de compartilhamento de experiências – sobre as festas de São Boaventura, as festas da Capelinha, os carnavais, os acontecimentos políticos – que nunca tínhamos vivido, porque não éramos nascidos. Passamos a costurar laços de amizades com os mais velhos, mais do que com os da nossa idade. A maior atração era pela experiência de vida, pelos valores, pelas memórias vividas e revividas em nossas inúmeras conversas, até que, em um dia do mês de maio de 2001, me foi apresentada a fotografia representada na Figura 6, no capítulo I deste livro. Tudo mudou, pois tínhamos uma fonte fotográfica raríssima em mãos, que provocaria a curiosidade dos mais jovens e o retorno da visualização daquele patrimônio esquecido para os mais velhos. Tomamos a decisão de estampá-la na capa do jornalzinho paroquial que publicávamos desde novembro de 2000[1], na edição a cores que iríamos produzir para os festejos de São Boaventura de 2001.

A distribuição do jornal entre os paroquianos correspondeu à nossa expectativa. Mais idosos e idosas nos procuravam agradecidos e emocionados por causa daquela fotografia; e de bônus, nos contavam mais de suas memórias, durante a festa de São Boaventura. Dez anos se passaram e, no terceiro ano da graduação em História, na Universidade Estadual de Santa Cruz, em pesquisa

1. COMUNICANES, Canavieiras, BA, Ano I, n. 7, jul. 2001.

com bolsa de iniciação cientifica do CNPq[2], sob a orientação e parceria da Dra. Janete Ruiz de Macêdo, fomos à cidade do Salvador em busca de fontes de jornais impressos sobre os carnavais de Ilhéus e Itabuna. Procuramos o setor de periódicos raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, que não possuía nada sobre o tema e as duas cidades do sul do estado.

Diante da nossa cara de desânimo, o funcionário nos disse que havia jornais de outros municípios da Bahia, inclusive a coleção de vários jornais de uma cidade vizinha a Ilhéus e Itabuna – Canavieiras – perguntando, em seguida, se tínhamos interesse em ver. Foi a descoberta de fontes inéditas dos jornais Monitor do Sul, A Razão, A Reforma, O Progressista e de outros mais, sobre os quais nos debruçaremos mais a apresentar no capítulo III, e que transformaram radicalmente a nossa trajetória de pesquisa em História.

A imprensa e a fotografia foram fontes primordiais para nossa pesquisa – que agora alcança mais um nível, o de mestrado acadêmico em História pela Universidade Federal de Campina Grande, cursado sem recebimento de bolsa de pesquisa no período da pandemia da Covid-19, com disciplinas cursadas e estágios docentes realizados através do ensino remoto – sobre a qual propusemos lançar novos olhares, dando continuidade à pesquisa desenvolvida na graduação em História (2008-2013) e na especialização em História do Brasil (2014-2015), na Universidade Estadual de Santa Cruz, mas agora sobre o processo de urbanização de Canavieiras, o papel da imprensa e o da Igreja para se construir a nova Igreja Matriz de São Boaventura em tempos de secularização e laicização do Estado na Primeira República, com o recorte temporal de 1903-1913.

2. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A exequibilidade desta pesquisa só foi possível por termos reformulado o projeto de pesquisa para uso das fontes, levantadas boa parte presencialmente na época da graduação, quando do recebimento de bolsa de iniciação científica do CNPq, em viagens de Itabuna a Salvador, quando vivíamos outra realidade governamental no país sobre o financiamento de pesquisa para todas as áreas de conhecimento, especialmente, nas ciências humanas e licenciaturas.

Apesar do corte total de bolsas da Capes[3], a partir da nossa turma 2020-2022 do mestrado acadêmico em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, temos de reconhecer e agradecer o empenho da coordenação e do corpo técnico do PPGH, que, juntamente com professoras e professores, diante da tragédia da pandemia, nos deram apoio e se esforçaram para que o ensino remoto fosse possível, não deixando nosso curso atrasar o prazo/ou paralisar diante do quadro desesperador que o nosso país e o mundo viviam, com tantos infectados e mortos. Com a falta de recursos financeiros para se manter no curso, colegas que perderam seus empregos, infelizmente, desistiram do mestrado por questões de sobrevivência de si e de suas famílias. A esses colegas que desistiram, lamentamos muito e dedicamos o presente livro.

Nosso recorte de pesquisa ficou entre 1903-1913, definido devido à exequibilidade que as fontes hemerográficas pesquisadas proporcionariam para nossa argumentação. Como já dito acima, juntamente com as fontes fotográficas, elas são as principais fontes da pesquisa que iremos apresentar, promovendo nova inter-

3. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

pretação dos conflitos protagonizados pelos padres em diferentes situações – presentemente identificados pelo nome e período de paroquiato na Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, a saber – padre Francisco Fernandes Badaró (1890-1903), padre Bemvindo Cândido Teixeira (1903-1908), padre Joaquim Ayres de Almeida Freitas (1909-1911), D. Bertino Lelfrese Misj, OSB (monge beneditino) (1911- 1912) e o padre Justino José de Sant'Anna (1912-1924), que apresentamos como membros da elite eclesiástica em Canavieiras, que refletia a Igreja que buscava a sua organização institucional e autônoma no Brasil republicano, principalmente, no que diz respeito aos seus bens no litígio contra o Estado para reaver seu patrimônio, bem como prover sua autonomia material e financeira, segundo Miceli (2009).

No caso da realidade da Igreja na Freguesia de Canavieiras, a questão da contenda era o estado deplorável em que se encontrava, por décadas a fio, a antiga Igreja Matriz de São Boaventura, provavelmente a primeira e a única construção ainda em pé, mesmo que escorada por fora para não ruir de vez, da época da ocupação do sítio das canavieiras pela população do aldeamento do Poxim – onde a Freguesia fora criada e instalada em 1718 – expulsa pelos indígenas Botocudos, em meados do século XVIII. Esses indígenas não aceitavam a presença dos brancos em seu território, fugindo e se afixando às margens do Rio Pardo, onde está atualmente a cidade de Canavieiras.

No Império, era obrigação do Estado, devido ao sistema do padroado, a manutenção do templo, mas, conforme as fontes nos apontam, desde a década de 1870, a presidência da Província da Bahia, ao menos no caso da Vila de Canavieiras, impunha contingência de gastos em relação à manutenção da velha matriz, acelerando o desgaste físico da construção e agravando a relação

dos padres com a elite política e econômica local, que se mostrava indiferente à situação.

Também no Império, o município de Canavieiras foi criado em 1832, sob o título de Imperial Villa de Cannavieiras, instalada solenemente em 1833, desmembrando-se do município de Ilhéus. Ilhéus teve sua sede elevada à categoria de cidade em 1881, ocorrendo igualmente com Canavieiras já na República, no ano de 1891. Essa ascensão de vila a cidade, em fins do século XIX, ressoava como aumento de reconhecimento do governo à região e sua elite política, pois a categoria de cidade dava peso à localidade elevada com tal, diante das vilas e povoamentos ao seu redor, e com isso, ocorria mudanças de transformar e adaptar àquela nova cidade em uma urbe moderna. Qual o conceito de progresso a elite política e econômica de Canavieiras almejava impor à cidade nesse recorte? Quais eram seus projetos? Quem eram seus principais atores e quais meios se utilizavam para apregoarem tais discursos?

A elite política de Canavieiras pela busca de um progresso pelo progresso claramente demonstrava desinteresse pelos assuntos religiosos e pelas necessidades da Igreja. Acreditamos que fosse devido à secularização, pois a Igreja não dominava mais essa elite como no Império. E essa elite tinha outros interesses em questão, não que deixaram de ser católicos e de se identificar com tais, mas as prioridades eram outras, e os padres percebiam esse descomprometimento. Além de tentarem reverter essa situação pastoral, com eloquentes sermões no púlpito da velha matriz, os padres, a partir de 1903, se utilizaram da imprensa local para propagar a fé católica e tentar arregimentar o comprometimento de seus fiéis às necessidades da Igreja.

Por outro lado, a imprensa local, por ser um meio de comunicação com diversificada matiz de tendências, se tornou o principal

veículo de propagação para tais discursos e transformações na tentativa de criar uma identidade em torno do discurso propagado de progresso. Do outro lado, apresentava-se a Igreja, agora separada constitucionalmente do Estado, se organizando com dificuldades em suas estruturas, agora sem a manutenção do mísero erário público para o sustento das poucas dioceses existentes, das freguesias, e para a manutenção dos templos, que já no fim do Império, como já dissemos, não recebia tanto recurso para aplicá-lo em restauro, reformas ou novas construções de templos.

A consequência disso em Canavieiras foi a deterioração da velha Igreja Matriz, em total estado de abandono, provocando o sentimento de indignação e inquietude dos padres, pois nem a população nem a elite política e econômica demonstravam iniciativa para transformar a situação imposta desde os fins do século XIX.

A monocultura cacaueira, nas primeiras décadas do século XX, já dava sinais de alta valorização no mercado internacional, e essa valorização fez dessa elite política mais rica e poderosa do que já era na região sul da Bahia. Alguns atores dessa elite política eram os coronéis de patente comprada da Guarda Nacional, prática muito comum no período no Império, formada, principalmente, pelos grandes latifundiários e fazendeiros de cacau, acompanhada de outros atores sociais (farmacêuticos, médicos, advogados, arquitetos e engenheiros), os chamados "doutores", que, aliados à única ideologia dominante de poder, determinavam a condução política da cidade e região.

Esse grupo seleto de coronéis e bacharéis se alternava na Intendência Municipal, tendo como base a Câmara Municipal, com vagas ocupadas, em sua grande maioria, por apadrinhados políticos desses coronéis, que nada faziam em prol da cidade, a não ser fortalecer ainda mais o poder de mando na mão do intendente,

considerado como um pequeno "imperador absolutista", acima do bem e do mal, intocável, inatingível, em que ele era a personificação da lei, esmagando seus opositores ou denunciantes em acerto de contas resolvidas com tocaias, executadas pelos seus jagunços, embora negassem veementemente de tê-los ou de utilizar seus escusos serviços.

Foi a esse grupo de "coronéis" e "doutores" da elite política de Canavieiras que o arcebispo da Bahia, D. Jerônymo Thomé da Silva (1894-1924), recorreu em ocasião da segunda visita pastoral à Freguesia de São Boaventura do Poxim em 1908, formando uma comissão com esses homens com alto poder de mando na política local, com a incumbência de se construir uma nova Igreja Matriz, para que a Igreja também fosse contemplada na reforma urbanística paulatinamente implantada. Conseguiu, aos poucos, a atenção do intendente e dos conselheiros municipais nas trocas e negociações que a Igreja deveria corroborar para ser atendida em seus anseios nessa questão.

As contendas entre a elite eclesiástica e a elite política em Canavieiras eram que a Igreja não se conformava em ficar de fora das relações de poder no município, explicitado pelo desinteresse da elite local em atender o pedido de apoio dos padres de ajudar nas obras de contenção da velha matriz; e depois, do ideal de se construir uma nova, em outro espaço, separando, não somente simbolicamente, mas espacialmente, a Igreja do eixo, agora ocupado pelo Poder Municipal.

Para tanto, foi necessário que o arcebispo, D. Jerônymo Thomé da Silva, fosse pela primeira vez à longínqua Freguesia de São Boaventura do Poxim, em 1903, em uma longa viagem de navio da cidade do Salvador até o sul da sua imensa arquidiocese, para olhar de perto o problema que estava longe de se resolver na cidade de Ca-

navieiras, mas, que com sua inédita presença na cidade, provocou a elite política a repensar uma solução de acordo entre as partes.

O presente livro pretende lançar novos olhares sobre as disputas de poder entre a Igreja, a elite eclesiástica e a elite política nas mãos de uns poucos poderosos coronéis, bacharéis e políticos do município de Canavieiras, na região sul do estado da Bahia, no recorte temporal de 1903-1913. Isso se dá através do discurso da imprensa local e da Igreja, além do uso de algumas fotografias da época, quanto às reformas urbanísticas promovidas pela administração pública, inspiradas nas reformas das cidades de Ilhéus e Rio de Janeiro, tendo como ícone dessas reformas o caso da antiga e nova Igreja Matriz de São Boaventura, na cidade de Canavieiras.

Para essa argumentação, recorremos aos trabalhos de Schwarcz (2012), Schwarcz e Starling (2018) e Soihet (1998), que nos dão um panorama das reformas urbanísticas implementadas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX; de Le Goff (1990) sobre a memória/monumento; e Chartier (1990) sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações culturais. Para pensarmos no uso de fontes jornalísticas como fonte, recorremos a Barros (2020) e Luca (2015);, e sobre a elite eclesiástica, a Miceli (2009). Como arcabouço teórico para o uso das fotografias, recorremos aos trabalhos dos historiadores que defendem a fotografia como fonte histórica, como Canabarro (2005) e Mauad (2005), que, em linhas gerais, nos mostram as interfaces da fotografia: enquadramento, cenário, posicionamento, motivação, intencionalidades, funções do fotógrafo no manejo de sua máquina, que faz da imagem estática seu produto final. Estática sim, mas não muda. A fotografia sob o filtro do fotógrafo tem muito a revelar além da imagem apresentada.

Para isso, este livro dispõe de quatro capítulos, a saber: o capítulo I - "O espaço urbano da Imperial Villa de Cannavieiras em fins do século XIX", que se trata de um estudo inicial sobre a fotografia como fonte histórica aplicado à história de Canavieiras no século XIX, justificando o ano de 1880 como início do recorte temporal abordado neste livro. Com o recorte temporal de 1880-1883, período que corresponde a uma série de relatórios de descrições práticas sobre cidades, vilas e povoamentos da Província da Bahia, de autoria do militar baiano Durval Vieira de Aguiar, nesse caso, serão utilizadas apenas partes do relatório sobre a Villa de Cannavieiras, acerca de descrições no que tange à questão urbana, sanitária e de construções da vila.

O tenente-coronel do Corpo de Polícia da Província da Bahia, Durval Vieira de Aguiar, na década de 1880, foi incumbido pelo governo para apaziguar e disciplinar destacamentos em localidades do centro da Província, devido às queixas que chegavam do interior a Salvador, além de arrefecer os ânimos da elite da Vila de Xique-Xique, às margens do Rio São Francisco, na região norte, que estava "conflagrada por questões políticas local" (Aguiar, 1979). Ele foi o responsável pelo importante trabalho de descrições práticas sobre as cidades, as vilas e os povoamentos da enorme Província da Bahia.

De narrativa simples e direta, evitando linguagem rebuscada, em suas andanças pelo interior da Bahia, fez relatório de 91 localidades, a fim de criar elementos descritivos para a Presidência da Província apresentar, propagar e atrair imigrantes para o território baiano, culminando na Lei Provincial n. 2.604, de 28 de junho de 1888, que tratava das condições e vantagens que a Bahia oferecia aos possíveis estrangeiros que lá quisessem morar e trabalhar.

Antes da Lei Provincial de 1888, que tratava da imigração na Bahia, o relatório das 91 localidades espalhadas pelo vasto território baiano, realizado provavelmente entre 1880 e 1883, encontrava dificuldades de ser publicado em livro, seja por falta de interesse da própria Presidência da Província, ou mesmo por falta de recurso do próprio autor em custear sozinho a publicação. Ele viu na imprensa baiana um veículo viável para ir publicando, de artigo em artigo, o resultado de seu trabalho. Assim foi feito. O Diário da Bahia, na cidade de São Salvador, assumiu o compromisso de editar e publicar o relatório do tenente-coronel Aguiar em artigos. Não sabemos com que periodicidade, mas, a partir da imprensa, é que a sociedade tomava conhecimento da situação das cidades, vilas e povoados do interior da província, informação inédita que aguçava a curiosidade dos leitores da maior urbe baiana.

Somente em 1888-1889, com o apoio do erário público da Província, é que a obra de Durval Vieira de Aguiar teve sua 1ª edição publicada, certamente, para virar um manual de consulta àqueles que talvez se interessassem em imigrar para o interior baiano, disciplinado pela Lei Provincial nº 2.604, de 28 de junho de 1888.

O autor começa os elementos pré-textuais do livro como um juramentado patriota militar do Império do Brasil na Província da Bahia, assinando a sua apresentação em 9 de novembro de 1889, e termina com um epílogo ufanista, datado de 28 de novembro de 1889, exaltando amplamente a República instaurada em 15 de novembro.

A segunda edição, que estamos estudando do mesmo livro, foi lançada 90 anos depois, em 1979, pela Livraria Editora Cátedra do Rio de Janeiro, em convênio com o Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura, em Brasília, que, na ocasião, relançaram no mercado editorial do país obras raras do século XIX e XX, na época esgotados, encontradas em alguns sebos pelo país afora.

Partes do relatório do Aguiar (1979) serão cruzados com quatro fotografias de autoria de Dantas Photo, realizadas em 1880, registrando logradouros públicos da simples vila do sul baiano, às margens do Rio Pardo, que, de Imperial, só tinha o nome. Canabarro (2005) nos diz que "a configuração de uma história social da fotografia perpassa pela compreensão de que, em primeiro lugar, a fotografia é um produto social e a sua construção revela as demandas de diferentes grupos sociais", que, no caso em questão, atendia ao levantamento fotográfico da Villa de Cannavieiras, a pedido da Presidência da Província da Bahia, o que ainda estamos investigando se era parte ou não do trabalho de Aguiar (1979), ou seria um trabalho isolado. Sabemos que as imagens corroboram o relatório de Aguiar (1979), mas as fotografias que apresentamos, por si só, são outros documentos, realizados pela lente de Dantas Photo, e merecem igual estudo e atenção. Sobre isso, Canabarro (2005) continua afirmando que:

> Estes mesmos grupos podem utilizar-se da fotografia para divulgar e legitimar o seu poder em um determinado momento e como forma de divulgação e de imposição de representações sociais, sendo estas matrizes para as práticas sociais, que podem interferir na construção de modelos ideais de comportamentos a serem seguidos pelos demais grupos de uma sociedade (Canabarro, 2005, p. 31-32).

Isso nos remete à divulgação fotográfica que havia em fins do século XIX, em torno das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. A vida nessas cidades era modelo de civilidade a ser seguido pelas demais, inclusive pelas vilas, sobre o que Canabarro

(2005) diz: "Esta forma impositiva de legitimação das representações, por intermédio das fotografias, serve também como um meio importante para a construção da identidade, tanto individual quanto coletiva". E assim foi, pois as transformações urbanísticas já iniciadas para o melhoramento da cidade do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador foram propagadas pela imprensa em todo o Brasil, através de jornais e revistas, nos quais a fotografia era usada somente como ilustração das matérias, mas provocavam grande visibilidade, pois havia a intencionalidade do fotógrafo em cumprir esse objetivo de incluir, na fotografia, o máximo de informação possível.

Ana Maria Mauad nos exemplifica didaticamente usando o caso dos fotógrafos contratados pelo Paço Municipal do Rio para uso exclusivo de documentar as reformas e os feitos do prefeito Pereira Passos4, ao afirmar que:

> A colocação do maior número de planos dentro do enquadramento diz respeito a duas condições, uma de caráter técnico, a profundidade de campo dada pelo controle do diafragma da câmera, e outra associada aos objetivos da mensagem fotográfica, pois quanto mais planos o fotógrafo conseguisse colocar no foco, mais informações incluiria na fotografia. Assim, as fotografias de Augusto Malta, quando do registro das obras de Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, primavam pela capacidade de dispor na sua composição até três planos. Isso porque o fundamental dessa fotografia era registrar a ação do poder público na modernização da cidade, quanto mais elementos informassem tal ação, melhor seria (Mauad, 2005, p. 148).

4. "Em 30 de dezembro de 1902, por decreto, Francisco Pereira Passos (29 de agosto de 1836 – 2 de março de 1913) foi nomeado prefeito do então Distrito Federal, o Rio de Janeiro, pelo presidente Rodrigues Alves (1848-1919) e assumiu no mesmo dia (Gazeta de Notícias, 31 de dezembro de 1902, na sexta coluna), sucedendo Carlos Leite Ribeiro (1858-1945). Ocupou o cargo até 16 de novembro de 1906, quando foi sucedido por Francisco Marcelino de Sousa Aguiar (1855-1935) (O Paiz, 17 de novembro de 1906, na sexta coluna)" (Wanderley, 2017, s.p.).

Mauad (2005) nos faz pensar na composição das quatro fotografias aqui apresentadas sobre a profundidade de campo que deu às fotografias em questão, pelo trabalho de Dantas *Photo* e pela riqueza de detalhes do casario colonial e dos sobrados que compunham as ruas da simples Villa de Cannavieiras, fornecendo o máximo de informações sobre o cotidiano que pesquisamos, ajudados também pelo documento escrito de Aguiar (1979). O protagonista dessas quatro fotografias não é a imagem em si, mas quem as produziu, os porquês, para quê e quais as intenções por trás dessa valiosa documentação visual, produzida no ano de 1880. O que se queria mostrar, revelar com tais imagens?

A partir de quatro fotografias em preto e branco, amareladas pela ação de mais de 140 anos sobre seu material, afirmamos que são documentos imprescindíveis para pensar Canavieiras no século XIX. A partir da simplicidade do cotidiano da vila em 1880, podemos entender a obsessão pelo moderno que a cidade perseguiria a partir dos anos 1910. A elite queria apagar a má impressão que o tenente-coronel Aguiar havia relatado sobre a antiga vila, que Dantas documentou visualmente e que, hoje, se tornou primorosa fonte histórica para nossa análise inicial.

Fotos são mais que meras imagens estáticas de um momento, assim iremos refletir sobre as quatro fotografias e perceber o preparo dos moradores da vila para saírem nas fotos, a pose, as roupas, os gestos, tudo isso nos fala e muito, basta perguntarmos às fotos corretamente e, com certeza, respostas surpreendentes nos serão reveladas.

O capítulo II - "A elite eclesiástica e o processo de secularização e laicização", trata da insatisfação dos padres da Igreja pela perda do controle religioso na cidade de Canavieiras, diante das transformações culturais e urbanísticas que a cidade atravessava no início do século XX, fomentada pela elite local, detentora econômica da monocultura cacaueira e da política municipal, fazendo com que a Igreja não mais se sentisse contemplada nessas relações de poder. Isso a fez buscar para se afirmar como a outra parte dessa elite, a elite eclesiástica.

A Igreja, destituída do Estado a partir do golpe republicano contra o Império em 1889, separação sacramentada na Constituição de 1891, aproveitando os ensejos do movimento ultramontano, que buscava a restauração da ligação plena da Igreja no Brasil com o Papa em Roma, sem mais a interferência do imperador Pedro II, deposto e exilado na Europa, reagiu urgentemente em prol da reorganização interna da instituição, a fim de garantir sua autonomia em todos os sentidos e, com isso, maior eficácia de ação junto aos fiéis leigos, expressados em novos movimentos e associações religiosas, fora dos moldes de organização das antigas ordens terceiras e seus estatutos, que travavam os padres como meros funcionários.

Na Freguesia de São Boaventura do Poxim, foi verificada a existência de somente duas irmandades no século XIX: a primeira fundada foi a Irmandade do Santíssimo Sacramento, em 1858; e a segunda, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, em 1867. De ambas, não há fontes para sabermos qual o motivo da supressão delas, pressupomos que não resistiram ao fim do Império e à implantação do regime republicano em 1889; ou não se adaptaram às novas diretrizes pastorais da Igreja no Brasil em fins do século XIX. Ressaltamos que essas hipóteses sobre a supressão das irmandades estão aplicadas somente à Freguesia de Canavieiras, pois, a exemplo de Salvador e das demais freguesias do Recôncavo Baiano, esses processos se deram de outra maneira, mesmo se tratando da mesma arquidiocese, pois todo o território eclesiástico dos estados da Bahia e de Sergipe pertencia à Arquidiocese de São Salvador da Bahia.

A partir de 1890, há a notícia da fundação da Associação de Nossa Senhora de Lourdes na Freguesia de São Boaventura do Poxim, já nos moldes das novas associações de fiéis leigos, tendo o padre Francisco Fernandes Badaró, pároco entre 1889-1903, como seu diretor espiritual. Segundo informações do *Livro de Tombo da Freguesia de São Boaventura do Poxim*, volume 1 (1949-1960, p. 7), o cônego Bemvindo Teixeira fundou o Apostolado da Oração em Canavieiras, em 1903, promovendo a renovação na participação dos fiéis no novo século que se iniciava. O Apostolado da Oração da Freguesia de Canavieiras era predominantemente formado por mulheres de diversas classes sociais e etnias[5]; e tinha sua espiritualidade fundamentada no culto ao Sagrado Coração de Jesus e ao sacramento da Eucaristia.

O capítulo III - "O espaço religioso na imprensa canavieirense" esmiuça as fontes hemerográficas basilares da execução desta pesquisa, os jornais: *Monitor do Sul* (1903-1913); *A Razão* (1908-1912) e *A Reforma* (1913-1917), identificando sua linha editorial, a que grupo pertencia e representava, percorrendo notícias sobre festejos religiosos, festas cívicas e carnavalescas na cidade de Canavieiras, em exemplares disponíveis para pesquisa, à época, no acervo de periódicos raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na cidade de Salvador. São fontes inéditas sobre as quais estamos nos

5. Ribeiro (2021, p. 49).

debruçando desde a graduação em História, a especialização em História do Brasil, e agora, no mestrado, apresentando novas interpretações sobre a história da imprensa na cidade de Canavieiras.

No capítulo IV - "Estratégias, protagonistas e trajetória histórica da construção da nova Matriz de São Boaventura", buscamos reinterpretar, através das fontes hemerográficas e fotográficas, as contendas entre a elite política e a elite eclesiástica, pelas quais a Igreja reivindicava seu espaço físico e de poder na cidade, que se transformava em busca do progresso, numa tentativa, por ambas as elites, de apagamento das construções da antiga vila e que ainda permaneciam em pé na jovem cidade de Canavieiras. Tanto a elite política quanto a Igreja queriam estipular seus espaços na nova urbanização, o que causou perdas inestimáveis para o patrimônio histórico local.

Com a sucessão do vigário Badaró em Canavieiras, em 1903, os sacerdotes substitutos passavam poucos anos, o que prejudicava o ideal de se construir uma nova Igreja Matriz, mesmo com a dificuldade e a resistência de adesão à causa por parte da elite e da população, fato que não esmorecia os padres e suas ações diante do problema que se apresentava todos os dias – o de uma velha e vergonhosa matriz prestes a ruir de vez – que somente foi tomando fortes resoluções com a posse do padre Justino José de Santana, em 1912, na Freguesia de São Boaventura, que soube bem utilizar a imprensa para publicar, em artigos, suas indignações pela continuidade do descompromisso dos fiéis católicos – principalmente da elite – à obra assumida de se construir uma nova Igreja Matriz.

Em outras ocasiões, a imprensa republicava textos impressos e distribuídos no jornal paroquial *A Verdade*, que, de mão em mão, o padre distribuía pela cidade, em missas de desobriga pelas fazendas, e que, aos poucos, foi conseguindo doações e promessas de

ajuda de quem podia mais no município. Mesmo assim, tal construção, iniciada em junho de 1912, demorou longos vinte anos para ser concluída, intercalada com paralisações, por diversas vezes, por falta de recursos financeiros, numa cidade onde circulava muito dinheiro por causa do cacau.

Com o padre Justino, apontamos o protagonismo feminino nas ações paroquiais de arrecadação financeira para as obras da nova matriz. Foram elas, de diversas classes sociais, que movimentaram e mantiveram as novas associações de fiéis, também por ele fundadas na Freguesia de Canavieiras.

A partir do início da retomada das rédeas da Igreja pelos bispos no início do século XX aqui no Brasil, foi que o arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, D. Jerônymo Thomé da Silva, conseguiu da Santa Sé a criação da Diocese de Aracaju em 1910; e no interior da Bahia, em 1913, a criação das Dioceses de Barra, Caetité e Ilhéus. Com a criação de novas dioceses pelo Brasil, a Igreja buscava uma renovação pastoral considerável, no que tangia à concepção de novas associações de fiéis leigos, comprometidos com a prática da fé católica, na maior observância dos sacramentos e obedientes à hierarquia eclesiástica. Foi o início da consolidação do movimento de reforma interna da Igreja, promovendo a emancipação da elite eclesiástica no Brasil.

Capítulo I

Largo da antiga Igreja Matriz de São Boaventura do Poxim e Paço Municipal, em Canavieiras, Bahia.

Reprodução de fotografia da década de 1920/1930.

Tela de Raul Munhóz

O ESPAÇO URBANO DA IMPERIAL VILLA DE CANNAVIEIRAS EM FINS DO SÉCULO XIX[6]

> *"A 160 milhas ao sul da capital e ao 40 da cidade de Ilhéos, entre Belmonte e Comandatuba, fica a vila de Cannavieras na margem da foz do rio Pardo. A barra é longa, pouco profunda e revolta. A freguesia, sob a invocação de São Boaventura do Poxim, foi criada em 1718, e a vila por decreto de 17 de novembro de 1833; tendo sido recenseada a população em 3.122 almas, número que já excede a 6.000; dando um rendimento provincial de 5:544$767.*
> *A vila nada tem de agradável. As casas todas são de baixa edificação sobre estacadas, para evitar a invasão das águas na enchente do rio, com o que se tornam as habitações de insuportável umidade. O frio é bastante sensível, e os insetos mordedores (muriçocas, muquins, borrachudos) constituem ali uma verdadeira praga para os pobres mortais, que nem encapotados se defendem das alfinetadas, que lhes deixam os corpos em deplorável estado. Feliz de quem por lá dispõe de quartos forrados ou camas com mosquiteiras!"*
>
> Aguiar (1979, p. 273).

Sobre a formação da Freguesia de São Boaventura do Poxim e da Vila de Cannavieiras

A antiga Igreja Matriz de São Boaventura do Poxim foi, provavelmente, a primeira construção, de cunho institucional, erguida na pequena aglomeração populacional, ali instalada a partir da segunda metade do século XVIII, quando os moradores brancos foram expulsos da localidade denominada de Poxim pelos indígenas Botocudos. Estes resistiram contra a permanência de brancos em suas terras, até que conseguiram fazer com que os intrusos mudassem a sede do povoamento para o chamado Sítio das Canavieiras, às margens do Rio Pardo, perto da foz em direção à barra com o oceano Atlântico, onde ergueram outra igreja para servir de matriz e várias casas ao redor dela.

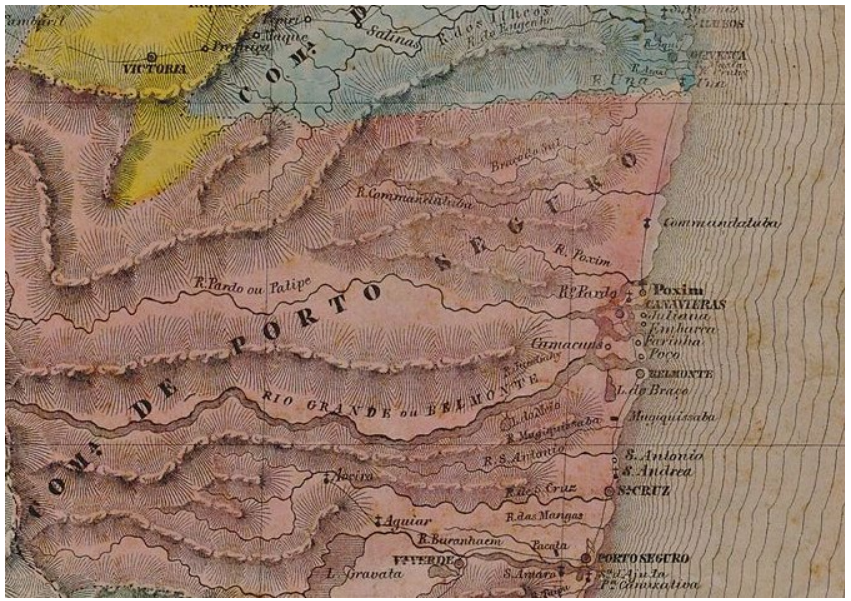
Ali havia o cultivo de cana-de-açúcar e mandioca, a pesca e outras culturas para subsistência de seus moradores; e o novo povoamento passou a ser chamado de Cannavieiras[7]. Em 1746, foram plantadas as primeiras mudas de cacau, trazidas da Capitania do Grão-Pará, como experimento, para as terras da Fazenda Cubículo, hoje município de Canavieiras. Esse experimento, de longa espera de resultado, deu certo, o cacaueiro se adaptou bem às condições climáticas da região de Canavieiras e viria a ser, em fins do século XIX até fins do XX, a monocultura responsável pela grande geração de riqueza para a região sul do estado, tornando-a conhecida no país e no mundo como região cacaueira da Bahia.

Na ilustração a seguir, em recorte do mapa da Província da Bahia, de 1857, vemos a localização da Vila de Canavieiras, que, à época, pertencia à Comarca de Porto Seguro.

Mapa da Província da Bahia (1857), de autoria do Visconde J. de Villiers de L'ile Adam, recorte ao sul, com a localização do Poxim e da Imperial Villa de Cannavieiras.

6. Parte deste capítulo já foi publicado, com modificações, em um livro organizado por Damiana de Matos Costa França e Jilton Joselito de Lucena Ferreira; e outra parte, em livro de minha autoria, ambos publicados em 2021.

7. Existem, na tradição oral local, várias interpretações sobre a origem do nome de Canavieiras. A mais aceita remete ao período do plantio de cana-de-açúcar na região no período colonial.



Arquivo Nacional do Brasil.[8]

O povoado do Poxim era assistido, eclesiasticamente, pelos missionários jesuítas da Freguesia da Invenção da Santa Cruz de São Jorge dos Ilhéus, freguesia criada em 1556 e instalada na Villa de São Jorge dos Ilhéos. A narrativa mítica do achado da imagem de São Boaventura, encontrada nas praias do Poxim, deu início à história de devoção ao Doutor Seráfico nessa região. Esse é o mito fundacional do povoado do Poxim, da vila e município de Canavieiras. Em torno dessa experiência mítica de fé, em torno do achado e da devoção a São Boaventura (1217-1274), a oralidade local explica suas origens de fé e fundação.

8. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/549298485809654749/. Acesso em: 20 maio 2025.

Em 11 de abril de 1718, D. Sebastião Monteiro da Vide, jesuíta, Arcebispo da Bahia[9], criou a Freguesia de São Boaventura do Poxim, instalando sua matriz no povoamento do Poxim, em sua rude igreja, feita de taipa, depois adobe, como aponta Campos (2006).

Como dito acima, os indígenas Botocudos conseguiram expulsar os moradores do povoamento do Poxim, e estes migraram, em fins do século XVIII, mais para o sul do Poxim, para as fozes dos rios Pardo e Patipe, conhecidas como a região das canavieiras, devido aos imensos canaviais ali plantados, comuns à região litorânea da colônia do Brasil. Mott (2010) nos indica que, depois da mudança da população branca do Poxim, fundaram o povoamento de Canavieiras às margens dos rios Pardo e Patipe, levando consigo a imagem achada e a sede da Freguesia de São Boaventura para a nova localidade, assim continuou o Poxim:

> [Ano de] 1759: Poxim pertence ao distrito da vila de Ilhéus, freguesia de São Boaventura, missionada por clérigo secular, nomeada posteriormente Almeida, tendo como orago da Aldeia a Santo Antônio de Arquim[10], sendo habitada por 17 casais de índios Tapuia (Caldas, 1759 *apud* Mott, 2010, p. 217).

9. Ver Anexo A.

10. Arquim não, o correto é Arguim, conforme pesquisa de Fabiano Aguilar Satler: "No ano do Senhor de 1595 partiu do reino da França uma esquadra de 12 velas para tomar e arrasar a cidade da Bahia, que também se chama cidade do Salvador e de Todos os Santos. Os navegantes eram franceses luteranos de la Rochelle, cujo comandante era Pão de Milho. Passando pela costa da África conquistaram a fortaleza dos soldados portugueses, denominada Arguim" (Base de Dados BRASILHIS: Redes pessoais e circulação no Brasil durante o período da Monarquia Hispânica (1580-1640). Disponível em: https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/9026. Acesso em: 20 maio. 2025. A questão do uso equivocado do termo "Arquim" deve ter ocorrido por problemas no estudo paleográfico do documento.

Com a mudança de São Boaventura para a nova localidade de Canavieiras, o santo cultuado pelos indígenas do Poxim passou a ser, ou provavelmente já era, o até hoje popular Santo Antônio (de Lisboa/ ou Pádua) (1180-1231), o *Doctor Evangelicus*, sob o título de Santo Antônio de Arguim.

Arguim é uma ilha na costa da Mauritânia, país africano na região do deserto do Saara, com litoral para o oceano Atlântico, onde havia um forte domínio português, cujo patrono era Santo Antônio, acrescido do nome da localidade onde o forte se situava. Tal devoção foi propagada pelos frades franciscanos, a partir de 1595, na cidade de São Salvador da Bahia.

> A ilha de Arguim foi a primeira feitoria portuguesa fortificada, a partir da qual os Portugueses trocavam tecidos, cavalos e trigo, produtos essenciais para as populações locais, por goma arábica, ouro e escravos, que levavam para a Europa. A ilha ficaria dependente da Diocese do Funchal, que para ali nomeava capelão e ouvidor, sendo depois sucessivamente ocupada por Holandeses, Ingleses, prussianos e Franceses, até ser por fim abandonada, dada a crescente aridez e as dificuldades de acesso de navios de grande calado, resultantes dos perigosos bancos de areia e dos extensos recifes que a rodeiam. Nos começos do séc. XXI, a ilha encontra-se quase deserta, sem quaisquer vestígios das antigas fortificações, com uma pequena povoação de pescadores-recoletores, sendo objeto de diversas lendas e narrativas (Carita, 2021).

Sabemos que, em vida, São Boaventura, o *Doctor Seraphicus*, foi devoto de Santo Antônio, seu santo confrade de ordem. Segundo outra narrativa mítica, São Boaventura guardou os restos mortais de Santo Antônio em uma caixa embaixo de sua própria cama por longos anos, para proteger as relíquias do santo da especulação de vendas ilícitas de relíquias, que escandalizaram a Igreja na alta Idade Média. As relíquias de Santo Antônio foram descobertas após a morte de São Boaventura em 1274.

Retomando o caso da mudança da imagem de São Boaventura do Poxim para Canavieiras, outra narrativa mítica que ainda os antigos comentam em Canavieiras relata que São Boaventura resistiu, e muito, em aceitar a troca do Poxim, onde ele havia escolhido para sua imagem ser achada, para Canavieiras, onde os fiéis de sua freguesia se refugiaram levando a dita imagem para a nova localidade, como consta nas primeiras páginas do *Livro de Tombo*, volume 1[11], da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, anotado pelo padre José Gonçalves de Oliveira, em 1949, comentando e citando o registro original de autoria do padre Justino José de Sant'Anna, entre 1912-1924:

> Tendo, pois, praticamente desaparecido o povoado de Poxim, é para se supor que também mais ou menos nesta época passou a paróquia a funcionar no povoado de Canavieiras; vem, pois, a propósito a lenda que ainda hoje corre de boca em boca, referida pelo Pe. Justino José de Sant'Ana, no livro de Tombo. "A paróquia de São Boaventura, denominado Poxim, porque os primitivos canavieirenses, não tendo patrono, o foram buscar na pequena aldeia que tem esse nome e demora umas seis léguas ao norte da cidade, foi criada no ano de 1718. Rezam a lenda que São Boaventura custou muito a aclimatar-se em

11. Esse *Livro de Tombo*, volume 1, foi aberto em 1949 pelo padre José Gonçalves de Oliveira, pároco de Canavieiras entre 1949 e 1950, que, na verdade, transcreveu o primeiro volume do *Livro de Tombo*, que estava muito deteriorado pela ação do tempo. Em um novo livro, até a página 12, ele transcreveu do antigo o que pôde; e da 12ª página em diante, o *Livro de Tombo*, volume 1, passa a registrar atos a partir de sua posse na paróquia de Canavieiras, em 16 de junho de 1949.

> sua nova residência. Traziam-no de véspera para Canavieiras, e no dia seguinte, ei-lo no seu trono do Poxim. Por fim venceu a teimosia canavieirense e ele ficou para o bem de todos e felicidade de muitos (Livro de Tombo da Paróquia de São Boaventura de Canavieiras, v. 1, 1949-1960, p. 4-5).

O percurso acima apresentado foi para contextualizarmos o período da construção da antiga matriz de São Boaventura, a primeira e mais importante construção do novo povoamento, já que a Igreja Matriz era a sede da freguesia[12] que, no período colonial e do Império, representava, além do poder eclesiástico, também o poder da Coroa naquela localidade, devido ao sistema do padroado. Foi nessa mesma Igreja Matriz que foi eleita a primeira composição do Conselho Municipal, em 17 de novembro de 1833, mesmo dia em que Canavieiras foi elevada à categoria de vila, por ocasião da instalação do município, criado quase um ano antes, por Carta Régia de 13 de dezembro de 1832, sob o título de Imperial Villa de Cannavieiras, dando foros de autonomia administrativa ao novo município em relação à Villa de São Jorge dos Ilhéos.

Mesmo sendo de obrigação do governo imperial manter física e funcionalmente a Igreja Matriz de uma localidade, isso não era sinônimo de que a Igreja vivia confortavelmente na manutenção de seus templos com o erário público, ao contrário, ao menos no caso de Canavieiras, penava, igualmente aos outros setores governamentais do Império, com o excesso burocrático e a falta de interesse de investimento pelo Estado, principalmente em fins do século XIX, com os sinais do processo de secularização da sociedade.

No caso da antiga Igreja Matriz de São Boaventura do Poxim, da Vila de Canavieiras, a manutenção do templo, nesse período, era muito precária e de vergonhoso espanto. Como aponta o relatório de Aguiar (1979), vivia de remendos de cunho paliativo, e nada de grandes reformas que garantissem boas condições de seu uso. Pressupomos que, a partir dessa situação, na década de 1880, surgiu o anseio dos padres de não mais restaurar a antiga, mas de se construir uma nova Igreja Matriz, caso que nunca sequer foi fomentado pela Receita Provincial da Bahia, nem tomado com afinco pelos católicos de Canavieiras.

Fontes pesquisadas no Arquivo Público do Estado da Bahia apontam para alguns pedidos dos padres de Canavieiras à Presidência da Província da Bahia para liberação de verbas para reformas no templo. Por vezes esbarrados na burocracia do erário do Império, esses pedidos demoravam meses até anos para serem analisados. Quando a demorada resposta chegava, apresentava indeferimento ou pedido de revisão orçamentária pela Receita Provincial, ou avisos de falta de prestação de contas das verbas liberadas e não justificadas pelos padres da Freguesia de São Boaventura em anos anteriores; e até um caso de pedido da Receita Provincial de devolução da verba liberada para reformas na antiga Igreja Matriz, em 1886.

As fontes não deixam claro o porquê do pedido de devolução da verba liberada para as reformas da antiga Igreja Matriz em 1886, já que o templo necessitava para a contenção de sua estrutura precária. Seria por causa da falta de prestação de contas por parte do vigário ou do presidente do conselho municipal em outros repas-

12. O termo freguesia (ou *freguezia*), no período do Brasil Colônia e Império, correspondia a distrito. Pelo sistema do padroado, a Igreja fazia parte do Estado, portanto representante do Estado naquela localidade. Onde havia uma freguesia criada e instalada, havia uma Igreja Matriz, e consecutivamente um vigário colado, ou seja, um padre provisionado por um bispo permanentemente. A partir da Constituição de 1891, com a separação do Estado da Igreja, o termo freguesia foi caindo em desuso, substituído pelo termo canônico, já existente na tradição católica, de paróquia.

ses, conforme acusam outros documentos da Receita Provincial? Diante da situação posta, a Igreja Matriz ia se deteriorando com o tempo, e o tenente-coronel Aguiar assim registrou em seu relatório na época: "[A Villa de Cannavieiras tem] uma velha e estragada Matriz que até poucos anos a vimos escorada, esburacada, servindo de dormitório a cabras e carneiros" (Aguiar, 1979, p. 273).

No item a seguir, apresentamos as primeiras fotografias de que se tem notícia da Imperial Villa de Cannavieiras, talvez parte de um relatório de descrições práticas da Província da Bahia sobre a situação das cidades, vilas e povoamentos, a pedido da Presidência da Província, de autoria do militar baiano Durval Vieira de Aguiar, relatório concluído em 1883, somente publicado, em sua totalidade, em 1888-1889.

Um capítulo desse relatório foi sobre a descrição da Villa de Cannavieiras, mas a publicação não tem fotografia alguma. As que iremos apresentar aqui foram pesquisadas paralelamente, na verdade, encontradas por nós em 2001-2002, todas coladas em papel-cartão, de uso comum por fotógrafos do século XIX, nos quais, escritos à mão, de bela caligrafia, dizia-se: "Província da Bahia – Villa de Cannavieiras – Rua do Fogo, Anno 1880, Photo Dantas".

Essas quatro fotografias de autoria de Dantas Photo, aliadas às descrições da vila no relatório de Durval Vieira de Aguiar, nos serviram de fontes para pensarmos em novas interpretações sobre o advento de uma Canavieiras progressista, que almejava transformar sua cidade em uma agradável urbe, mas, com tal discurso ideológico, revelava sinais da secularização da sociedade, especialmente da elite local. Em reação à onda progressista, a Igreja buscava resolver seus problemas internos, a partir dessas mudanças de pensamento, principalmente, na busca de livrar-se do sistema do padroado, restaurar sua submissão à Santa Sé, combater

as heresias apontadas pelas encíclicas do Papa Pio IX, em 1864, e renovar as questões pastorais, no que tangia à concepção de novas associações de fiéis leigos na Igreja, comprometidos com a prática da fé católica, na maior observância dos sacramentos, e obedientes à hierarquia eclesiástica. E também, havia o intuito de se construir um novo templo para seu patrimônio, o que simbolizaria a restauração de seu prestígio institucional, reação verificada em outras partes do país, a partir da primeira República.

A situação da Imperial Villa de Cannavieiras, segundo o relatório descritivo de Durval Vieira de Aguiar e através das fotografias de Dantas Photo

O relatório descritivo em questão aponta para o recorte temporal entre 1880-1883, sobre o estado de abandono e descaso da Imperial Villa de Cannavieiras. O documento reflete a letargia da elite local e dos políticos do município em promover reformas que melhorassem as habitações e a situação sanitária precária existente, ou até mesmo, mantivessem em bom estado o que já existia.

A partir disso, julgamos necessário que tal fonte fizesse parte dessa discussão inédita sobre a situação urbana de Canavieiras no século XIX, pela falta de interesse público em resolver os problemas urgentes, inclusive da antiga Igreja Matriz, que perduraria por muitas décadas, alcançando o limiar do século XX com seu discurso de progresso e civilidade, aliado ao processo de secularização, identificado na resistência da elite e de parte da população aos apelos da Igreja, no que tange aos cuidados de restauro da antiga matriz.

A importância do relatório de Aguiar e das fotografias de Dantas Photo nos apresentou a realidade da vila em fins do século XIX,

que a nova cidade renegava e tentava se regenerar nas primeiras décadas do século XX. A imagem a seguir é um exemplar icônico do século XIX da Vila de Canavieiras, na verdade, uma série de quatro fotografias desse período de que temos conhecimento. A Rua do Fogo mudou de nome para Rua 13 de Maio, em 1888; e no início do século XX, passou a se chamar Rua Coronel Augusto Luís de Carvalho, ou simplesmente, Rua Treze, como é até hoje. Vale salientar que as fotografias aqui apresentadas podem ou não ser um complemento da obra de Durval Vieira de Aguiar, se foram produzidas para o mesmo fim, apenas sabemos que foram produzidas também a pedido da presidência da Província da Bahia, no ano de 1880.

PROVÍNCIA DA BAHIA, VILLA DE CANNAVIEIRAS, RUA DO FOGO, 1880

Dantas Photo. Arquivo de Paulo Simões – Canavieiras, BA. Recolhida pelo pesquisador em 2002.

Agora, os relatos de Aguiar sobre a precariedade das construções habitacionais da Vila de Canavieiras ganharam sentido pela força da imagem. Percebemos a intencionalidade do fotógrafo Dantas em retratar o casario colonial da vila, em más condições de conservação, mas com habitantes bem alinhados na vestimenta, certamente, convidados a se prepararem com a melhor indumentária que tivessem para o grande evento de se fazer uma "chapa", o que era mais que uma novidade estranha à população simples de Canavieiras em 1880. Sabemos da lenda urbana, muito forte na cidade do Rio de Janeiro, no mesmo período, de que corria a superstição de quem se deixasse fotografar perderia a alma, pois ela ficaria presa na "chapa".

Ruas desertas, quase sem ninguém; na casa da esquina, à esquerda da foto, moradores na porta, debruçados na janela, um de bigode segurando, aparentemente, um jornal na mão em leitura interrompida pelo evento; outro em pé, encostado do lado de fora, de chapéu, elegantemente se prepara em pose para o ato eterno da fotografia, eterno e demorado, pois o processo de fixagem da imagem na chapa era demasiado lento, um processo que demandava paciência do fotógrafo e de quem era fotografado; no caso, era um grande desafio profissional a feitura de fotografias urbanas, longe do conforto e do controle de luz que havia nos ateliês das principais cidades e vilas da época.

A imagem a seguir mostra casas baixas e dois sobrados na Rua do Fogo, todos ao nível da rua, diga-se de passagem, alinhadas à rua larga, fruto da primeira reforma urbanística que a Vila de Canavieiras sofreu na segunda metade do século XIX e que até hoje mantém, fruto do projeto do engenheiro militar general Inocêncio Veloso Pederneiras[13] (1818-1891).

13. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Inoc%C3%AAncio_Veloso_Pederneiras. Acesso em: 20 maio 2025.

PROVÍNCIA DA BAHIA, VILLA DE CANNAVIEIRAS, RUA DO BREJO, 1880[14]

Dantas Photo. Microfilmagem de origem desconhecida encontrada na internet.

Essa imagem retrata a Rua do Brejo, atualmente Rua General Pederneiras, também larga, sem calçamento, com o Rio Pardo ao fim da rua; vemos as casas construídas acima do nível da rua, decerto para evitar inundação com as cheias históricas do rio na Vila. O interessante nessa figura é perceber o preparo das pessoas que quiseram aparecer no registro fotográfico, boas roupas, homens alinhados, ausência de mulheres adultas, apenas meninos e meninas, e até uma criança de colo sentada no parapeito da janela da casa de esquina, lado direito da fotografia, com certeza, tendo a mãe ou sua ama de leite por trás, segurando e se escondendo, por medo da foto, ou por recomendação do marido ou de seu *sinhô*.

Vale ressaltar que as fotografias de Dantas Photos retratam apenas as ruas e habitações da elite da Villa de Cannavieiras. Podemos notar a ausência de mulheres e pessoas negras na composição das fotos, provavelmente silenciadas, para dar as "melhores

14. Costa (2014, p. 16) aponta que tal fotografia é do ano de 1900.

impressões" das chapas fotográficas à presidência da província. Lembremos também que as imagens aqui apresentadas são fotografias produzidas com fins institucionais, oficiais, de levantamento da situação da vila pela presidência da província da Bahia, e foram intencionalmente fotografadas, mostrando a melhor parte da vila. Essas ruas, ainda hoje, são consideradas uma região nobre na cidade de Canavieiras.

PROVÍNCIA DA BAHIA, VILLA DE CANNAVIEIRAS, RUA DE SÃO BOAVENTURA, 1880

Dantas Photo. Arquivo de Paulo Simões – Canavieiras. Recolhida pelo pesquisador em 2002.

A figura acima é a Rua de São Boaventura, provavelmente a rua direita da matriz. Percebemos, em todas as fotografias, a ausência de pessoas e o aparecimento de alguns sobrados, que na Bahia eram sinônimo de orgulho para seus donos e tinham o sentido de altivez e ostentação de seu potencial econômico, mesmo sendo ladeadas por casas em péssimas condições de manutenção. Se a casa da maioria da população da vila estava assim, conceba a situação da antiga Igreja Matriz no largo principal, que não foi

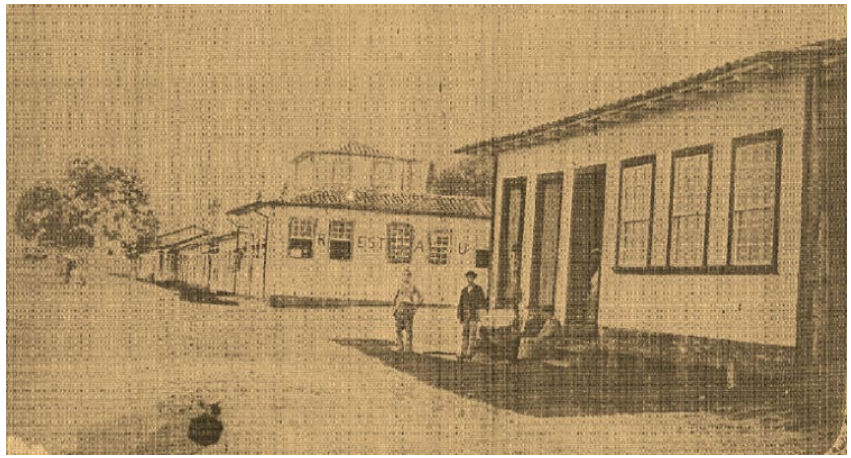
contemplada, ao que sabemos, pelo trabalho do fotógrafo Dantas. Não temos notícias de fotografias da antiga Igreja Matriz em fins do século XIX, mas o relatório de Aguiar (1979) nos dá mais detalhes sobre a vila e sua velha matriz de São Boaventura nesse período:

> As ruas são largas, alinhadas e desembocam na margem do rio [Pardo] de onde de bordo se vê de uma a outra extremidade. Tem casa de câmara, estação telegráfica, uma ordinária cadeia e uma velha e estragada Matriz que até poucos anos a vimos escorada, esburacada, servindo de dormitório a cabras e carneiros. Há duas escolas públicas dos dois sexos na vila e uma de meninas no Jacarandá. O comércio local está bastante desenvolvido depois da mineração do diamante, que é o de melhor qualidade até hoje conhecido (Aguiar, 1979, p. 273).

A ilustração a seguir é a quarta e última fotografia da série produzida por Dantas Photos: é a Rua da Praça, atualmente Praça da Bandeira. Praça mesmo não era, era um largo revestido de capim rasteiro e areia branca e fina, onde ficavam a Igreja Matriz de São Boaventura do Poxim, o Paço Municipal e a Casa de Câmara e Cadeia[15], da mesma época, com residências ao redor, onde iniciava o eixo comercial da vila, conforme continua apontando Aguiar (1979). Vê-se, na fotografia, um comércio na esquina; e na outra, um restaurante, com seus clientes se amontoando nas janelas para poderem sair na fotografia. A casa de esquina do primeiro plano da fotografia tem três janelas fechadas com três portas abertas, sinal de imóvel que era residencial e comercial ao mesmo tempo.

15. Ver Anexos B e C.

PROVÍNCIA DA BAHIA, VILLA DE CANNAVIEIRAS, RUA DA PRAÇA, 1880



Dantas Photo. Arquivo de Paulo Simões – Canavieiras. Recolhida pelo pesquisador em 2002.

Na primeira porta, que aparentemente dá acesso à residência, uma mulher negra, sentada, se apresenta de banda; na terceira porta, a do estabelecimento, outra aparece se escondendo timidamente, com dois homens sentados na calçada e dois rapazotes fazendo pose. Pela sombra projetada pelo sol forte, seria por volta das 13 horas. Pela técnica da época, cada fotografia foi produzida em dia diferente. Pelo que nos consta, são os primeiros registros fotográficos da simples Imperial Villa de Cannavieiras, que permaneceria assim até a virada para o século XX, quando, por conta da valorização da monocultura cacaueira, seguiu a tendência de "progresso cultural das cidades", a partir do modelo cultural francês.

A partir dos anos 1910, boa parte desse casario simples colonial seria substituído por residências mais luxuosas, com fachadas imponentes em *art nouveau*, em ruas calçadas, iluminadas a gás, modificando os costumes das elites. O problema estrutural

e decadente da antiga Igreja Matriz permanecia em meio às mudanças que começavam a surgir, em fins da década de 1890 e início dos anos 1900, revelando sinais do processo de secularização. Por exemplo, a instalação da loja maçônica, em 1890, e da concorrência do protestantismo, que oficialmente se instalaria em 1906, com a Igreja Presbiteriana, exacerbaria mais ainda a insatisfação eclesiástica na cidade, que se envergonhava da situação da única e mais importante igreja do município.

Transformações culturais e urbanas no início do século XX

A *Belle Époque* influenciou culturalmente a constituição de um novo modelo de urbanização de várias cidades no Brasil, entre elas, Rio de Janeiro e Salvador; e, também, mesmo que tardiamente, influenciou o interior da Bahia, como Ilhéus e Canavieiras, entre várias outras urbes da região sul baiana. Historiadores como Schwarcz (2012), Schwarcz e Starling (2018) e Soihet (1998) exemplificam o discurso que havia sobre o moderno, o belo e o sofisticado nesse período.

Rachel Soihet (1998) aborda, através de fontes hemerográficas e bibliográficas, a grande mudança urbanística do Rio de Janeiro no início do século XX e como se deram a repressão e a resistência da cultura popular no carnaval carioca em nome de uma cultura de europeização do Rio, era a modernização da cidade. Em seu trabalho, as classes populares foram expulsas de suas moradias no centro da cidade para os morros a fim de dar lugar às obras de urbanização no alargamento de avenidas e na criação de novos jardins. Em contrapartida, as classes populares, durante o Carnaval, usavam a Praça Onze como novo núcleo de resistência e afirmação da cultura afro-brasileira.

O trabalho de Soihet (1998) se enquadra em nossa pesquisa ao falar do processo de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, quando isso era notícia em todo o Brasil e acabou influenciando também alguns lugares do interior, onde a questão econômica viabilizava todo esse processo de transformação. Nas fontes, o que mais indignava os padres de Canavieiras era que se tinha dinheiro para tudo, menos para dar a Deus uma casa digna naquela cidade[16]. Lilia Moritz Schwarcz (2012) nos dá uma dimensão das mentalidades no Brasil em torno desse novo jeito de civilidade que nos fora importado da Europa:

> No Brasil, por sua vez, a atmosfera que no Rio de Janeiro ficou conhecida como "regeneração" parecia corresponder ao surto que ocorria em outras partes do mundo, trazendo a sensação de que o Brasil, finalmente, estava em harmonia com o progresso e a civilização.
> O suposto era que a jovem República representava a modernidade que se instalava no país, tirando-o da "letargia da monarquia" ou da "barbárie da escravidão"; ícone dos novos tempos foi também a "nova Avenida Central" – atual avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro –, exemplo maior do projeto urbanístico que transformou a capital federal em um verdadeiro cartão-postal, com fachadas *art nouveau* feitas de mármores e cristal, modernos lampiões à luz elétrica, lojas de produtos importados e transeuntes à francesa (Schwarcz, 2012, p. 46).

16. MONITOR DO SUL, Ano XII, n. 680, de 26 de janeiro de 1913, p. 2.

Canavieiras também ingressou nessa atmosfera da "regeneração" que Schwarcz (2012) aponta. Os velhos casarões do período colonial nas regiões do porto, das principais ruas e na praça do Paço, em sua grande maioria, foram demolidos e construídos com fachadas do estilo *art nouveau* (com menos requinte que nas capitais).

> E era preciso embelezar as principais cidades, para que bem representassem suas funções: cuidar dos edifícios públicos; afastar a pobreza para os novos subúrbios; implementar o transporte coletivo e construir instituições representativas (Schwarcz; Starling, 2018, p. 327).

Exemplo disso foi a inauguração do próprio prédio do Paço Municipal em 1899, edifício de dois pavimentos, em estilo de palácio, centralizado na praça, de frente para o rio Pardo[17]. A figura a seguir, fotografia de baixa qualidade, de autoria não identificada, nos mostra o enquadramento do eixo principal da cidade de Canavieiras entre fins da década de 1920 e início dos anos 1930. Com um casario todo alinhado, em um largo de areia fina e clara, emaranhado de capim rasteiro, com alguns postes de madeira com a fiação de telégrafo e energia elétrica, produzida por motor a querosene, vemos, em primeiro plano e posta de lado, a antiga Igreja Matriz de São Boaventura; e na centralidade, o edifício sede do Paço Municipal. Pela má qualidade da foto, não vemos, mas, atrás do Paço, já aparece a torre da nova Igreja Matriz que estava sendo construído desde 1912.

17. Ver Anexo C.

PRAÇA DO PAÇO E A ANTIGA IGREJA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA, CANAVIEIRAS, DÉCADAS 1920-1930

Senhorita Ritinha Stolze (*in memoriam*) – Canavieiras/Bahia. Autor desconhecido. Recolhido pelo pesquisador em 2001.

Com o embelezamento da cidade, Canavieiras também teve seu cotidiano urbano registrado em inúmeras fotografias, vendidas como cartão postal nas primeiras décadas do século XX, colecionadas por alguns e enviadas para outros pelos Correios. Era a publicidade de uma cidade "regenerada".

A nova matriz já foi concebida arquitetonicamente no estilo neogótico, a fim de se tornar monumental, para reafirmar o prestígio da Igreja enquanto forte e importante instituição religiosa; e para usar de contraponto à secularização da sociedade, à fundação da loja maçônica, em 1890, e à chegada do protestantismo na cidade, em 1906. A nova matriz que seria construída, quando ficasse pronta, seria o principal cartão postal da cidade, que ficava, aos poucos, bela e agradável, uma preocupação do porquê de construí-la:

> O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntá-

> ria, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (Le Goff, 1990, p. 536).

Le Goff ainda nos dá uma dimensão também do que ele chama de "aceleração da história", explicando o porquê da moda *retro*. Segundo ele, a aceleração da história levou as sociedades dos países industrializados a caírem num abismo nostálgico em busca de suas raízes, dando uma ênfase a história, arqueologia, fotografia e boa noção de patrimônio. Em Canavieiras, havia a ideia de uma Igreja Matriz que fosse monumental e que, por si só, testemunhasse e perpetuasse, em sua arquitetura, o poder temporal e espiritual da Igreja sobre aquela sociedade, embora a secularização de boa parte dela dificultasse as intenções eclesiásticas no recorte histórico.

Seria uma obra de construção humana que tinha o intuito da necessidade de preservação de determinada prática ou discurso que se vivia naquela sociedade na época, e o foi, a exemplo da lentidão do processo de construção e término das obras, refletindo traços de desinteresse e comodismo por parte dos fiéis, que, em sua grande maioria, eram atraídos à Igreja somente no período de festejos, procissões e missas. Isso expressava, externalizava e normatizava as regras morais de uma sociedade patriarcal, que ainda reconhecia na Igreja o papel de garantidora da sociedade, onde as disputas de poder político e econômico (cacau) eram identificadas e amparadas pelo poder temporal da Igreja[18], tendo como cenário

18. "O Código de Direito Canônico de 1917 se limitava a reconhecer aos fiéis cristãos leigos um único direito: o direito aos bens espirituais necessários para a salvação (cf. cânon 682). Com a reforma conciliar (1962-1965), o Código de Direito Canônico de 1983 apresenta outra perspectiva em relação aos leigos, a partir da proclamação do princípio da igualdade na dignidade (cf. cânon 208). Além da formalização da condição jurídica comum a todos fiéis cristãos (cf. cânones 209-223), reconhece os direitos e deveres que são próprios dos fiéis cristãos leigos no correspondente estatuto jurídico (cânones 224-231). Por exemplo, o cânon 227 recolhe o direito de liberdade em assuntos temporais. Nessa matéria, os fiéis cristãos leigos têm a mesma liberdade que possuem todos os cidadãos. O fundamento desse direito, por conseguinte, é a autonomia da ordem temporal com relação à ordem espiritual, da ciência com referência à fé, do poder político com respeito ao poder eclesiástico" (Steffen, 2014, p. 81-82).

principal os festejos do padroeiro São Boaventura, a cada mês de julho. Sobre isso Chartier (1990) afirma que:

> A história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade (Chartier, 1990, p. 183-184).

Qualquer que seja a instituição, religiosa ou política – no caso em questão –, só poderá ser entendida a partir do contexto histórico no qual ela está inserida. Na medida em que uma instituição reflete identidades sociais, ela refrata outras e, nesse processo, acaba por deixar entrever características próprias de seu meio social. Seria reducionista supor, entretanto, que uma instituição é mero produto social de seu meio: mesmo estando conectada a um cenário mais amplo (relações políticas e eclesiásticas no estado da Bahia e no país), ela adquire autonomia e identidade próprias, frente aos processos semelhantes que se desencadeavam pelo país, reflexo da secularização e da laicização da sociedade e do Estado brasileiro na primeira República.

A situação precária da antiga matriz era o reflexo de um grande problema que vinha se arrastando há anos, desde a década de 1880, conforme vimos neste capítulo. Pensava-se em sua substituição por outro templo, mas o impasse persistia no início dos anos 1900, pois, pela imprensa, já se falava em construir uma nova, mas, ao mesmo tempo, a imprensa acusava o comodismo da população e da elite local, que ainda, hegemonicamente, professavam a fé católica[19] e não tomavam iniciativa de reunir esforços para a preservação da antiga (restauro) ou de se construir uma nova.

A questão também foi o pouco empenho dos padres nessa empreitada, mas a primeira visita pastoral do Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, D. Jerônymo Thomé da Silva à cidade de Canavieiras em 1903, apresenta-se como o primeiro sinal de revide eclesiástico contra a onda de progresso e secularização na cidade, na tentativa de a Igreja contornar a letargia dos clérigos e de parte da população e das elites, impelindo-os a planejar alguma resolução para sanar esse problema de décadas a fio.

A presença de um altíssimo dignatário da Igreja em Canavieiras causou espanto, curiosidade, e, principalmente, ânimo conciliador, de uma elite política doutrinada a se afastar da Igreja, por causa da laicização do Estado na Constituição republicana de 1891. Também registramos aqui o ato do governo da Bahia, de 25 de maio do mesmo ano, que elevou a Vila de Canavieiras à categoria de cidade, o que afagou o ego carente da elite política local.

19. Somente em 1906, oficialmente, se instalou na cidade de Canavieiras uma denominação protestante, conforme transcrição do padre José Gonçalves de Oliveira, em 1949: "Em 1906 funda-se na cidade a Igreja Presbiteriana, ficando assim, infelizmente, quebrada a unidade da família católica de Canavieiras" (Livro de Tombo, v. I, 1949-1960, p. 7).

A partir desses elementos, a presença do arcebispo da Bahia em Canavieiras foi também interpretada pela elite como um grande prestígio da Igreja para com aquela longínqua freguesia, atendendo prontamente o pedido do arcebispo de formação de uma comissão para planejar a questão de uma nova Igreja Matriz para Canavieiras.

No segundo capítulo, argumentamos sobre o processo de secularização da sociedade e da laicização do Estado brasileiro na primeira República e suas consequências para a Freguesia de São Boaventura do Poxim e da nova cidade de Canavieiras. Apresentamos os conflitos do vigário Badaró com os fiéis da freguesia e a renovação pastoral do seu sucessor, o cônego Bemvindo, na fundação de novas associações de fiéis, agremiando para a Igreja novas almas mais alinhadas à elite eclesiástica e à observância fervorosa dos sacramentos e da doutrina católica, inspirados nos novos movimentos religiosos surgidos na Igreja na França, trazidos para o Brasil por padres estrangeiros, principalmente, depois de 1889. Com isso, os padres foram distanciando os fiéis do peso e da desobediência institucional, que, para eles, representavam as antigas irmandades e confrarias religiosas, que desapareceram de Canavieiras em fins do século XIX.

Capítulo II

Procissão da posse de D. Álvaro Augusto da Silva, como 22º Arcebispo de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil, na cidade do Salvador, em 20 de maio de 1925.

A ELITE ECLESIÁSTICA E O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO E LAICIZAÇÃO

> *"Um grande tapete se estendia na ponte de desembarque, era o tapete da escadaria nobre da prefeitura. Sobre ele o bispo pisaria. O navio começou a cruzar a barra, vinha embandeirado, apitou longamente. Foguetes espocaram no ar na ilha do Pontal. Os soldados dispararam seus fuzis, num arremedo de salva. Os padres, o prefeito, os coronéis e as freiras, os comerciantes ricos também, se adiantaram pela ponte. O navio atracou entre vivas, os foguetes subiam, explodiam por cima da cidade. Os sinos badalavam, o bispo desceu, era um homenzinho baixo e gordo. Dr. Jessé iniciou seu discurso de boas-vindas."*
>
> (Amado, 2008, p. 257).

O fim do padroado e a restauração ultramontana da Igreja no Brasil

Foi necessário aqui contextualizarmos o processo de secularização e laicização da sociedade brasileira na primeira República e seus reflexos na particularidade da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras – que, à época, fazia parte da imensa Arquidiocese de São Salvador da Bahia – em seus conflitos e como tentou enfrentar o inevitável progresso, a secularização da sociedade e a laicização do Estado. Isso provocou uma imediata resposta da Igreja em sua reorganização interna e em uma renovação pastoral considerável, no que tangia à concepção de novas associações de fiéis leigos na Igreja, comprometidos com a prática da fé católica, a maior observância dos sacramentos e obediência à hierarquia eclesiástica.

Foi um movimento de reforma interna da Igreja no Brasil, pós-separação do Estado na República em fins do século XIX, que previa desarticular as antigas irmandades e ordens terceiras, em prol de novas associações de fiéis baseadas nas novas devoções, propagadas aqui no país por missionários religiosos de origem europeia, segundo nos afirma Azzi (2001), na Freguesia de São Boaventura, foi verificada a existência de somente duas irmandades no século XIX, na até então Imperial Villa de Cannavieiras, como já dissemos.

Seu paroquiato em Canavieiras seria marcado por turbulentas relações entre ele e a população, entre ele e a elite política local, que não mais tolerava algumas atitudes duras por parte dele, provavelmente por sua resistência às mudanças da secularização, que ocorreram em fins do século XIX na vida social e religiosa em Canavieiras e em todo o país, devido à separação entre a Igreja e o Estado, a partir do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890.

A Freguesia de Canavieiras, ao ver do Arcebispado, era uma paróquia de grande complexidade, devido à sua extensão territorial abrangente, uma das maiores freguesias da Arquidiocese da Bahia, à época. Em 1903, deu-se a visita pastoral de D. Jerônymo Thomé da Silva à Freguesia de São Boaventura:

> Em fevereiro o Arcebispo da Bahia D. Jerônymo Thomé da Silva[20], vem a Canavieiras em visita pastoral, parece que foi a primeira vez que os Católicos de Canavieiras viram um Bispo (Livro de Tombo, 1949-1960, p. 7).

O vigário Badaró é o nosso personagem principal para a discussão em torno do processo de secularização da sociedade e da laicização do Estado na Freguesia de São Boaventura, mas, antes, perscrutaremos os caminhos desse processo histórico, que muda-

20. Nasceu em Sobral, Ceará, em 12 de junho de 1849; foi arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, de 28 de fevereiro de 1894 até sua morte na cidade do Salvador, em 19 de fevereiro de 1924, aos 75 anos.

ria definitivamente as nossas relações com o poder espiritual da Igreja e com o poder temporal do Estado.

A secularização é o processo de separação, de distanciamento gradual, de ruptura do sistema estrutural de uma sociedade, tendo por base os valores e a moral doutrinária de uma religiosidade, no caso do Brasil, o cristianismo católico, que no período da colônia e do império era a religião oficial do Estado, sob o regime do padroado. Era o reflexo do mundo moderno que se desenvolvia rapidamente, depois da Revolução Industrial, com o desenvolvimento do sistema capitalista, apontado por Weber (2004) como fator crucial para a secularização da sociedade.

Nesse período, como já citado, a Igreja, como parte do Estado; e o clero, como funcionários públicos, agiam não somente como sacerdotes dispensadores dos sacramentos, como também agentes do Estado naquela localidade, daí o termo freguesia e não somente paróquia, como hoje, para designar, canonicamente, uma comunidade religiosa, pois a freguesia em si sediava um distrito com foros administrativos junto à Coroa, tendo como representante a Igreja, representada pelo seu vigário colado, maior autoridade civil e eclesiástica na localidade. Vieira (1980) acrescenta que:

> Todos os estudiosos da Questão Religiosa no Brasil são acordes em que a Igreja Católica nacional estava numa condição muito precária durante o Império. Esta precariedade pode ser encarada de três pontos de vista: espiritual, político e econômico. Do ponto de vista espiritual é afirmado que o clero católico brasileiro tendia a ser ou ignorante ou heterodoxo (Jansenista)[21], envolvido em política, negligente em seus deveres espirituais e flagrante violador das regras do celibato. Sobre o aspecto político, é destacado que estando sob o controle do Estado, o uso e o abuso do direito de padroado da Coroa, enfraqueceu ainda mais a independência da Igreja. Esse enfraquecimento político é exemplificado pela subserviência da maioria do clero ao Governo, em troca de cargos públicos. A fraca condição econômica da Igreja estava intimamente ligada à anterior. O clero todo, desde o Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil até o padre da paróquia mais pobre, era pago pelo Estado. As côngruas tendiam a ser mesquinhas e permaneceram as mesmas por diversas décadas, a despeito da inflação e de um aumento constante no custo de vida (vieira, 1980, p. 27).

No caso da paróquia mais pobre na citação de Vieira (1980), exemplificamos a Freguesia de São Boaventura e seu pároco, o vigário Badaró, que vivia insatisfeito com a questão precária e econômica da freguesia de Canavieiras e com resistência do fiéis em ajudar a sanar as mínimas e importantes necessidades financeiras da Igreja, pois ela era a instituição detentora da codificação de posturas e costumes cristãos, do sistema de educação, da formação moral e, além de tudo isso, exercia o juizado, segundo as leis da Igreja, para controle da vida em sociedade de seus fregueses.

A freguesia era a responsável canônica/jurídica para o registro de batismo, crisma, casamento, óbito, dentre outros documentos. Com o sistema do padroado na colonização portuguesa, o rei e o papa mantinham acordos, entre eles, o de reservar ao rei a nomeação de bispos, dando ao papa a condição somente de aprovar a orde-

21. "O jansenismo, como é amplamente conhecido, foi o nome dado à tentativa de reforma e reavivamento dentro da Igreja Católica, no século XVII, baseada nos preceitos religiosos de Fleming Cornelius Otto Jansen (I563-1638), Bispo de Ypres. Esse movimento, depois da morte de Jansen, foi liderado na França por seus discípulos Antoine Arnaud e Pasquier Quesnel. Jansen tentara reformar a Igreja Católica, sugerindo a mudança da sua teologia do tomismo para o augustianismo. De certo modo, Jansen reagia também contra o protestantismo, se bem que muitos dos seus ensinamentos religiosos fossem muito parecidos com os de João Calvino, especialmente em questões que lidavam com a predestinação" (Vieira, 1980, p. 29).

nação episcopal de um clérigo. Com a Constituição de 1824, primeira e única do Império, o imperador Pedro I (1822-1831) reafirmou esses acordos, que de certa maneira eram interessantes para a Igreja na manutenção da missão no Brasil. A Igreja submetia seu poder espiritual ao poder temporal do Imperador, e não ao do Papa em Roma, em troca da exclusividade religiosa no Brasil e da continuidade de sobreviver com o erário público, o que lhe era muito importante.

Mas tanto no Primeiro Reinado quanto no Segundo, o Império fazia valer sua autoridade sobre as ações da Igreja no Brasil, impondo, por muitas vezes, forte contingenciamento na manutenção de templos, seminários e dioceses, e por muitas ocasiões, interferindo nas decisões dos bispos. Devido a tal ligação com o Estado brasileiro, em 1889, o território brasileiro contava apenas com uma província eclesiástica, a Arquidiocese de São Salvador da Bahia, e onze dioceses sufragâneas, com poucos seminários com a manutenção comprometida, o que inviabilizava a atuação evangelizadora da Igreja.

Com a Questão Religiosa entre 1872-1875, envolvendo as figuras de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira[22], OFM Cap[23], Bispo de

22. Nascido na Parahyba, em 1844, morreu em Paris, em 1878. "No dia 21 de maio de 1871, por decreto imperial, Frei Vital de Oliveira foi nomeado Bispo de Olinda, com a preconização dada pela Santa Sé aos 22 de dezembro daquele ano. De início, ele, humildemente, recusou a nomeação, mas recebeu uma carta do Papa Pio IX, datada de 23 de janeiro de 1872, animando-o a aceitar o episcopado. Diante da palavra do Santo Padre, Frei Vital decidiu aceitar a nomeação, sendo sagrado Bispo na Catedral de São Paulo, por D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, a 17 de março de 1872. Foi o primeiro bispo capuchinho do Brasil. Saiu de São Paulo para Pernambuco, a bordo do vapor Ceará, desembarcando no Recife aos 22 de maio daquele mesmo ano. Foi recebido com solene *Te Deum* na Igreja do Espírito Santo. Dois dias depois, a 24 de maio, entrou festivamente na cidade episcopal de Olinda e tomou posse na Sé de São Salvador, estando presente Dom Antônio de Macedo Costa, então bispo do Pará" (Disponível em: http://www.arquidioceseolindarecife.org/arquidiocese-lembra-140-anos-da-morte-do-servo-de-deus-dom-vital-de-oliveira/. Acesso em: 30 jan. 2023).

23. Ordem dos Frades Menores Capuchinhos *(Ordo Fratrum Minorum Capuccinorum)*, fundada em 1528, como um ramo da ordem primeira de São Francisco de Assis, em 1209, na Itália.

Olinda, e D. Antônio de Macêdo Costa[24], Bispo do Pará, a insatisfação eclesiástica com o desgastado sistema do padroado revelava sua face mais alquebrada, por parte de muitos bispos e padres, insatisfeitos com o autoritarismo e a interferência do imperador em assuntos da Igreja. Era o movimento do ultramontanismo[25], da romanização, que defendia a ruptura da Igreja com o Império do Brasil, bem como a restauração e a submissão ao poder do Papa em Roma. Era o período do longo pontificado do Papa Pio IX (1846-1878), que, em 1864, publicou:

> As encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, "que condenaram de modo drástico os chamados 'erros modernos', a saber, o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma, 'o progresso', o liberalismo e a civilização moderna" (Miceli, 2009, p. 18).

Daí a fidelidade de D. Vital, Bispo de Olinda, e de D. Macêdo Costa, Bispo do Pará, na década de 1870, que em consonância com o Magistério da Igreja, decidiram, em suas dioceses, afastar das irmandades e confrarias membros que também fossem afiliados à maçonaria, o que contrariou profundamente D. Pedro II, também maçom, determinando D. Vital a revogar sua decisão, apontando

24. Nascido em Maragogipe, Bahia, em 1830, morreu em Barbacena, Minas Gerais, em 1891. Foi o 10º bispo do Pará (1861-1890), posteriormente nomeado o 20º arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, em 1890, pelo Papa Leão XIII, faleceu antes de tomar posse.

25. "É difícil estabelecer exatamente a data em que entrou no Brasil o tipo de pensamento que, no século XIX, se chamou de 'ultramontanismo'. Ultramontanismo foi um termo usado desde o século XI para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma ('do outro lado da montanha'), ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos. Pelos idos do século XV, o mesmo veio a ser utilizado como descrição daqueles que se opunham às pretensões da Igreja Galciana. No entanto, no século XIX, o dito termo reapareceu, dessa vez descrevendo urna série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica e sua reação aos excessos da Revolução Francesa" (Vieira, 1980, p. 32).

que essas associações tinham seus estatutos, não só aprovados pela Igreja, como também regidos juridicamente pelo Estado, e, portanto, gozavam de legalidade civil.

Mas D. Vital se recusou a revogar sua decisão, alegando questão de consciência, segundo afirma Azzi (2001), já que era seu dever como bispo da Igreja zelar e fazer valer as diretrizes do sagrado Magistério. Contudo sua fidelidade à Santa Sé lhe custou a prisão, o julgamento e a condenação, juntamente com D. Macedo Costa. Ficaram presos por um ano e seis meses.

Se a questão da Guerra do Paraguai (1864-1870) foi, para D. Pedro II, motivo de grande ferida em seu governo, logo a seguir, entre 1872-1875, com a questão dos bispos, seu governo se revelou ainda mais desgastado, com esse embate entre a Igreja ultramontana e o liberalismo, representado, principalmente, pela maçonaria. As interferências do Imperador nas questões da Igreja no Brasil se tornavam insuportáveis por boa parte dos bispos e do clero, embora outra parte temesse a perda do status de funcionário público do Império e de seus proventos, diminuídos por causa dos descontos de impostos. O gabinete de governo de D. Pedro II era formado por grande maioria de maçons, o que assombrava a Igreja ultramontana.

Com o Concílio Ecumênico Vaticano I (1869-1870)[26], mais lembrado pela proclamação do dogma da infalibilidade papal[27], ainda

26. "O dogma da infalibilidade foi instituído pelo Concílio Vaticano I (1869-70), convocado por Pio IX. O documento *Pastor Aeternus*, aprovado em 18 de julho de 1870, estabeleceu a primazia do Papa sobre toda a Igreja e definiu sua infalibilidade na doutrina da fé. Na opinião de críticos, trata-se de uma tese controvertida, baseada mais nas ambições políticas de Pio IX que em fundamentos bíblicos. O documento conciliar até admite opiniões divergentes no interior da Igreja quanto a questões seculares. Mas, quando as divergências dizem respeito a princípios básicos da fé e da moral, o Papa é a instância máxima e, neste caso, vigora o dogma da infalibilidade. Decisões políticas e conclusões científicas não estão sujeitas a essa regra" (Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/1870-papa-%C3%A9-declarado-infal%C3%ADvel/a-319592. Acesso em: 20 maio 2025).

27. "Enquanto pessoa humana, o próprio Papa admite ser frágil e pecador. Mas quando o Papa fala definitivamente como Pastor Supremo da Igreja, ele já não expressa uma

controverso dentro e fora da Igreja aqui no Brasil, a questão religiosa/ou dos bispos, com grande parte do clero e de ordens religiosas, militava a partir das determinações de Pio IX, tanto nas questões de fé, baseadas nas encíclicas *Quanta Cura*28 e *Syllabus Errorum*, quanto em questões administrativas, pelas quais a Igreja já sentia represálias pelo governo imperial. Por exemplo, havia a questão da antiga Igreja Matriz da Vila de Canavieiras, em estado de abandono e quase em ruínas, com os embargos financeiros e dificuldades para seu restauro e manutenção.

A questão religiosa, embora deflagrada em outras dioceses, recebeu a solidariedade do Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, D. Manoel Joaquim da Silveira[29], que visitou D. Vital no navio que o levava preso para o Rio de Janeiro, em passagem por Salvador. Mesmo sem ter, até então, se envolvido na questão, após a visita e estarrecido com a situação de D. Vital, publicou nota de repúdio contra o Imperador no periódico *Crônica Religiosa*, de 8 de janeiro de 1874, segundo Azzi (2001). Lembremos aqui que D. Manoel era o único arcebispo da Igreja no Brasil, tinha boa relação com a Família Imperial, inclusive presidiu o casamento das princesas Isabel e Leopoldina, mas, diante do ato de aprisionar um irmão no episcopado, por parte do governo, teve que tomar atitude de defesa a favor da Igreja e de seus membros. Morreu em 1875.

opinião como qualquer pessoa privada, mas age como Sucessor de Pedro, a quem Cristo prometeu a assistência divina, razão pela qual ele não conduzirá a Igreja ao erro em matéria de fé e costumes. Assim, a infalibilidade não é entendida pela Igreja como um mérito humano deste ou daquele Papa, mas como uma graça divina, ou seja, um dom de caráter sobrenatural. É um dom a serviço da Igreja e por isso o Papa é chamado de *"Servus Servorum Dei"*, ou seja, "Servo dos servos de Deus". Esta expressão é atribuída ao Papa São Gregório Magno (590-604). (Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-04/o-dogma-da-infalibilidade.html. Acesso em: 20 maio 2025).

28. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html. Acesso em: 20 maio 2025.

29. 18º Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil (1861-1874).

Ao estudarmos a questão religiosa/ou questão dos bispos, deparamo-nos com a solidariedade, mas não com o apoio total de D. Manoel Joaquim da Silveira. Este apoio seria muito importante para a resolução da questão da contenda eclesiástica com o Imperador, pois, como já dissemos acima, por ser o único metropolita do Brasil, escreveu e publicou notas de repúdio, mas não enfrentou D. Pedro II declaradamente, pois, a partir do modelo diplomático usual do Papa Pio IX, nessas situações, deve ter sido aconselhado pelo próprio Papa a intermediar e procurar meios de conciliação do conflito, com o receio de que, caso declarasse rompimento com a política interna do Império, o Imperador expulsasse a hierarquia eclesiástica do Brasil, o que causaria prejuízo espiritual e econômico irremediável para a Igreja. Lembremos o caso do Marquês de Pombal e a expulsão e o sequestro dos bens dos jesuítas no Brasil Colônia por Portugal, em 1759. Em mais um episódio de desgaste e desvio do propósito da Companhia de Jesus, "os próprios monarcas católicos davam a entender que era impossível alcançar a paz e a concórdia entre os cristãos, enquanto existissem os 'inquietos e turbulentos' jesuítas"[30], provocando a supressão da ordem, no breve *Dominus ac Redemptor,* do Papa Clemente XIV, em 1773[31].

Retomando a questão da secularização da sociedade e a laicização do Estado, a partir da situação da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, no próximo tópico, buscamos, através de fontes da imprensa baiana e da documentação eclesiástica local, traçar um panorama de alguns episódios conflituosos entre o vigário Badaró, a população, que cada vez mais se demonstrava indiferente com os problemas paroquias, e também com a polícia, no episódio da missão em Comandatuba.

30. RODRIGUES, L. F. Da supressão à "Restauração" (1773-1814): a Companhia de Jesus, entre continuidade e descontinuidade. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5756-luiz-fernando-rodrigues. Acesso em: 20 maio 2025.

31. Disponível em: https://www.vatican.va/content/clemens-xiv/it/documents/breve-dominus-ac-redemptor-21-luglio-1773.html. Acesso em: 20 maio 2025.

O caso do vigário Badaró diante da secularização e da laicização em Canavieiras[32]

Em 1889, faltando menos de um mês para a queda do Império, assumiu a Freguesia de Canavieiras, transferido pelo Arcebispado da Bahia da Freguesia de São Jorge dos Ilhéus, o padre Francisco Fernandes Badaró – como já dito, mais conhecido nas fontes e, assim, aqui também chamado somente de vigário Badaró. A pedido de um paroquiano da Freguesia de Ilhéus, foi publicada, no Diário da Bahia, de Salvador, uma nota relatando a sua despedida na cidade de Ilhéus, que em nada parecia com a traumática saída e despedida da Freguesia de Canavieiras, em 1903:

Ilhéos

> Hoje seguiu para a Villa de Cannavieiras, onde vae exercer os misteres de sua profissão, o reverendo vigário Badaró. Acompanhou-o até a bordo do vapor a elite dos dous partidos constitucionaes d'esta comarca; e, no momento da despedida, depois de se fazer ouvir o Sr. Ramiro, que pronunciou breve, mas eloquente allocução, o reverendo Badaró, em palavras entrecortadas de lágrimas, um adeus ao seus ex–parochianos, fazendo votos pela prosperidade d'este logar. Foi uma scena comovente! O reverendo vigário Badaró deve ter partido para as

32. Parte deste capítulo já foi publicada em livro de minha autoria em 2021, mas com outra discussão.

> plagas de Cannavieiras, com a consciência de um sacerdote que qual soube distribuir caridade, firmar as crenças religiosas da população e pelo seu espírito de abnegação dar nobre exemplo de que as perfídias da política estão abaixo de uma alma nobre. Possa esse acontecimento, que illuminará a história d'esta infeliz comarca, servir de incentivo ao seu successor e de garantia para a nova missão que vae desempenhar na florescente Villa de Cannavieiras. E' um filho do povo quem escreve essas linhas tendo diante dos olhos o grande princípio: *suum cuique tribuere*[33]. Ilhéos, 13 de outubro de 1889. (Diário da Bahia, ano XXXV, n. 234, 19 de outubro de 1889).[34]

O vigário Badaró, ao deixar a Freguesia de São Jorge, sua bela Igreja Matriz, ainda existente e preservada, no centro da cidade de Ilhéus, sede política dos coronéis do cacau, onde a elite, embora não muito generosa financeiramente, frequentava e mantinha as atividades religiosas nas três igrejas existentes na nova urbe cacaueira, elevada de vila à cidade em 1881, em torno da devoção a São Jorge, São Sebastião e Nossa Senhora da Vitória, perdeu, de certo modo, o conforto de ser vigário de poderosos e de suas senhoras esposas, mantenedoras e atuantes das obras paroquiais, para assumir a pobre Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, com sua Igreja Matriz em estado de plena miséria, chegando em um tempo conturbado de mudanças no cenário político nacional e local, que lhe causou estranhamento e angústia, mas ele tentou fazer algo para enfrentar estes tempos difíceis da Nova República.

33. Dar a cada um o que é seu.

34. Optamos por transcrever as fontes hemerográficas, conforme a grafia original que foram publicadas.

Segundo o *Livro de Tombo*, volume 1, foi ele o fundador da Associação de Nossa Senhora de Lourdes, movimento mariano para mulheres, instalada em 1890, suprimida em fins de 1915 e restaurada pelo padre Antônio de Siqueira Granja em 12 de julho de 1925, para atender as novas diretrizes do Arcebispado, no incentivo de novas associações de fiéis leigos na Igreja, comprometidos com a prática da fé católica, na maior observância dos sacramentos e obedientes à hierarquia eclesiástica; e com a descontinuidade das antigas irmandades e confrarias, que já não mais existiam nos anos 1890, na Freguesia de São Boaventura.

No ano de 1890, segundo Campos (2006), o "imperfeito recenseamento" realizado na Vila e no Município de Canavieiras contava com 4.185 habitantes. Em 1891, o Diário Oficial do Estado publicou:

> ***Acto de 25 de maio de 1891***
>
> *O Governador do Estado resolve pelo presente acto elevar a Villa de Cannavieiras à categoria de Cidade. Palácio do Governo do Estado Federado da Bahia, 25 de maio de 1891.*
>
> *José Gonçalves da Silva*[35]

Com essa elevação da vila a cidade por parte governador da Bahia, a elite política de Canavieiras se sentiu prestigiada pelo governo, pois a igualou à cidade de Ilhéus, à qual, por tal ato, Canavieiras deveria mais nada. O ato de ser elevada à condição de cidade, certamente, despertou ou impulsionou o desejo da elite por mudanças e melhoramentos no perímetro urbano da nova cidade,

35. Atos do Governo do Estado referentes às freguesias da Bahia (1890-1896), acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

o problema em questão é que a antiga Igreja Matriz de São Boaventura, onde muitos deles iam à missa com a família aos domingos, não estava contemplada em seus interesses de transformação urbana, principal símbolo da obsessão pelo progresso e pela civilidade. Eram os sinais de secularização e de fortalecimento do discurso de laicização do Estado na vida política interna do município de Canavieiras, à luz do que já ocorria em Ilhéus e Salvador.

O vigário Badaró sofreu na pele as mudanças das relações institucionais entre Igreja e Estado à frente da Freguesia de Canavieiras. Seu paroquiato seria marcado por turbulentas relações entre ele e a população, entre ele e a elite política local, que não mais tolerava algumas atitudes duras por parte do vigário, provavelmente por sua resistência às mudanças, que ocorreram em fins do século XIX, reflexo do processo de secularização da sociedade em Canavieiras. Contudo a maioria dos coronéis, políticos, profissionais liberais (médicos, advogados) já tinha vínculo com a loja maçônica, fundada em 1890.

Um dos primeiros revides do Arcebispado para conter a onda da secularização na região sul da Bahia foi promover santas missões nas Freguesias de Nossa Senhora do Carmo de Belmonte, de São Boaventura do Poxim de Canavieiras e de São Jorge dos Ilhéus, entre dezembro de 1891 e janeiro de 1892.

O vigário Badaró também foi encarregado pelo Arcebispado da Bahia de dar assistência à Freguesia de Belmonte nesse período. Para ajudá-lo nas santas missões, vieram os padres José Colomber e Carlos Fissandier, conforme a notícia em *Pequeno Jornal*, de Salvador:

> Sem nenhum incidente desagradável, correram os exercícios da Missão, com satisfação geral de um povo que se desvanece de suas crenças, legado precioso que herdaram de seus paes e que guardam com zelo inestimável na arca santa de suas tradicções. Um povo que assim procede tem o direito a esperar e confiar no futuro. Aqui, do mesmo modo que em Belmonte, grande foi o número dos que foram se purificar no tribunal da penitencia, contrahir enlaces matrimoniaes e legitimar uniões ilícitas – com manifesto proveito para a família e para a sociedade canavieirense (Pequeno Jornal, Ano III, n. 561, de 16 de janeiro de 1892, s/p).
>
> Por ordem do Arcebispado da Bahia, a missão seguiria para a Freguesia de São Jorge dos Ilhéus. Enquanto se organizava para partir adiante com os missionários estrangeiros, o vigário Badaró foi surpreendido com o recebimento de um telegrama do delegado de Ilhéus, entregue pelo suplente em exercício do delegado de Canavieiras, que dizia: "[...] Polícia não consente missão"[36]. Na mesma notícia, seguia o protesto contra o ato do delegado de Ilhéus:
>
> Enorme, immenso, pyramidal o sr. supplente! [...] Já chegamos ao tempo em que uma autoridade de tal jaez annulla, por meio de um simples telegrama, uma das mais bellas liberdades que nos foram garantidas pela nossa lei orgânica! [...] Segundo somos informados, o remv. vigário protestou como lhe cumpria, perante o governo. Aguardamos o procedimento d'este para por nossa vez ou louval-o, ou censural-o com todas as forças de que somos capaz, em nome de nossas crenças e de nossos direitos constitucionais (Pequeno Jornal, ano III, n. 561, 16 de janeiro de 1892, s/p).

O autor da nota se referia ao inciso 3º do Título IV, Seção II, parágrafo 72, da Constituição (Brasil, 1891, s/p), que dizia: "Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e li-

36. PEQUENO JORNAL, ano III, n. 561, 16 de janeiro de 1892, s/p.

vremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum"[37]. No mesmo número, outra nota anuncia que, em 12 de janeiro de 1892, a pedido do povo de Comandatuba[38], a missão seguiu para lá e, pelo que consta, correu tudo dentro do planejado pelo vigário Badaró, com o auxílio dos missionários.

Em 1903, como empenho do Arcebispado da Bahia, para contenção do descomprometimento do laicato em relação à Igreja, ocorreu a inédita visita pastoral de D. Jerônymo Tomé da Silva a Canavieiras e outras freguesias vizinhas. No encerramento da visita pastoral do Arcebispo, o vigário Badaró, como é de praxe, apresentou um relatório canônico sobre seu paroquiato em Canavieiras, desde 1889. Não sabemos como, mas a imprensa de Canavieiras soube do conteúdo desse relatório, no qual o vigário Badaró relatava fatos desagradáveis sobre os paroquianos ao arcebispo.

Esse relatório era de cunho sigiloso, mas a imprensa local o publicou, e a população da cidade se revoltou contra o vigário Badaró. Pelas fontes analisadas até o momento, não se sabe qual foi esse conteúdo, pois esse relatório não foi encontrado em nenhum periódico local da época. Constam somente notas de repúdio do povo ao vigário Badaró na imprensa e um abaixo-assinado ao arcebispo pedindo sua remoção da Freguesia de Canavieiras, entre outros.

PELA PAROCHIA

Corre entre os habitantes deste município uma representação dirigida ao exmo. e rvm. Sr. Arcebispo da Bahia, pedindo a remoção do padre Francisco Fernandes Badaró, vigário desta freguezia, em consequência dos últimos acontecimentos motivados pelos dizeres e referencias ao povo de Cannavieiras, em seu relatório apresentado a d. Jeronymo, em Janeiro por occasião de sua visita pastoral ao sul do Estado. Prometemos publicá-la da integra (Monitor do Sul, ano II, n. 114, 5 de abril de 1903, p. 2).

37. Redação dada pela Emenda Constitucional, de 3 de setembro de 1926.

38. Hoje, distrito do município de Una, BA, distante 43,5 km da cidade de Canavieiras, BA.

Poucos dias após a publicação da notícia sobre o abaixo-assinado, o vigário Badaró assim se manifestou por meio do *Monitor do Sul*.

DESPEDIDA

O Vigário Badaró aos seus amigos
Achando-me, a quasi um mez, gravemente doente dos olhos de modo a me ver privado de exercer os sagrados misteres parochiaes, sigo para a Capital, a conselho do meu médico assistente e ahi demorar-me-ei o tempo exclusivamente preciso para meu completo restabelecimento. Na impossibilidade de ir pessoalmente levar as minhas despedidas a aquelles a ellas têm direito e a quem sou extremo grato pelas finezas que me têm dispensado nessa crise a mais penosa da minha vida, faço-o por este meio offerecendo-lhes alli os meus exíquos préstimos e peço-lhes que acceitem em retribuição o meu enovídavel reconhecimento. Cannavieiras, 16 de Abril de 1903 (Monitor do Sul, ano II, n. 118, 19 de abril de 1903, p. 2).

Finalmente, dias depois, o *Monitor do Sul* publicou a representação seguida de assinaturas, somente de homens de diversas classes e ocupações; e depois, na íntegra, o motivo da repulsa do povo canavieirense ao vigário Badaró:

REPRESENTAÇÃO

Conforme ha tempos promettemos, damos hoje publicidade a representação dirigida ao exmo. e revmo. sr. d. Jeronymo Thomé da Silva, arcebispo metropolitano da Bahia e primaz do Brazil, pelo commercio, lavoura e demais classes componentes destte município, impetrando a remoção desta parochia do illmo. e revmo. sr. padre Francisco Fernandes Badaró, vigário desta freguezia de S. Boaventura do Poxim de Cannavieiras.

Ei-la:

Illmo. Exmº Rvm. Sr. Arcebispo da Bahia e Primaz do Brazil.

Os abaixos assignados representantes de todas as classes de Cannavieiras e seus arredores, vem perante v. exmª. revma., impetrar a graça de ser removido d'esta Freguesia de S. Boaventura do Poxim de Cannavieiras, o Reverendo Padre Vigário Francisco Fernandes Badaró. Seguem-se assinaturas (Monitor do Sul, ano II, n. 124, 10 de maio de 1903, p. 1).

No mesmo número, veio a público o motivo pelo qual a população de Canavieiras repudiou o vigário Badaró, pelo que este escreveu a D. Jerônymo em sua visita pastoral a Canavieiras, em fevereiro de 1903. Essa nota[39] foi publicada na primeira página do *Monitor do Sul*, em 1903, e seguia o abaixo-assinado de homens da cidade, na maioria, grandes fazendeiros e políticos com seus respectivos títulos e ocupações, como: "Augusto Luiz de Carvalho – intendente; dr. Salustiano Vianna, presidente do conselho; Macario Ignacio da Costa, conselheiro Municipal"[40], entre outros.

39. Ver Apêndice F.

40. MONITOR DO SUL, Canavieiras, BA, ano II, n. 124, 10 de maio de 1903, p. 1.

A carta publicada em primeira página acusava a conduta reprovável da ação pastoral do vigário Badaró. Entre as diversas reclamações, a que mais chamou a atenção e provocou os sentimentos de indignidade na população foi o episódio ocorrido em uma missa, na qual foi ministrado aos fiéis o sacramento da Crisma. Nessa mesma missa, um fiel ofertou uma moeda de pequeno valor, o que provocou a ira do vigário Badaró, que tirou a mesma moeda do recipiente de ofertas e, no meio de todos, jogou-a ao chão. As ações extremadas do vigário Badaró, tendo por ápice esse triste episódio da moeda, demonstrava desde já o desgaste pastoral de sua permanência de quatorze anos à frente da Freguesia de São Boaventura, da qual foi removido pelo Arcebispo depois do conhecimento do lamentável episódio.

O cônego Bemvindo Teixeira e sua ação pastoral renovadora

Com a saída do vigário Badaró, assumiu a Freguesia de Canavieiras, em julho de 1903, durante a festa do padroeiro São Boaventura, o cônego Bemvindo Teixeira:

> No domingo, ás 9 horas da manhã, tomou posse na egreja matriz desta freguesia o ilmo. e revmo. sr. cônego Bemvindo Cândido Teixeira que trouxe a Provisão que lhe foi concedida pelo exmo. revmo. sr. arcebispo d. Jeronymo Tomé da Silva, Arcebispo metropolitano da Bahia e Primaz do Brasil.
>
> O Cônego Bemvindo lançou convites para assistirem o acto de posse a todas as sociedades locaes, irmandades e auctoridades civis e políticas do município.
>
> Dar-lhe-ha posse o ilmo. e revmo. sr. padre Júlio Barreto, digno vigário de Belmonte.

> - O Conego Bemvindo Teixeira tem resado as novenas ao glorioso S. Boaventura e na quinta-feira convidou aos seus parochianos para a organisação da irmandade do santíssimo Coração de Jesus.
>
> Se nos fôra permittido omiscuir nos actos ecclesiasticos, rogaríamos a s. ex. reverendíssima que procurasse organisar uma irmandade de S. Boaventura, padroeiro desta freguesia, para que esta irmandade com os auxílios e esforços de todos os paroquianos, procurasse levar avante a ideia de construção de uma nova matriz mais condigna de nosso meio e mais traductora dos nossos sentimentos religiosos; pois que quando o fizermos teremos a dita de vir pontificar a primeira missa o Arcebispo da Bahia, conforme nos prometteu quando em sua visita das officinas do *Monitor do Sul* e que pelo seu redactor chefe foi lançado o alvitre da confecção de um novo templo (Monitor do Sul, ano II, n. 140, 12 de julho de 1903, p. 2).

Segundo informações do *Livro de Tombo da Freguesia de São Boaventura*, volume 1 (1949-1960, p. 7), o cônego Bemvindo Teixeira fundou o Apostolado da Oração em Canavieiras, no dia 4 de setembro de 1903, promovendo a renovação na participação dos fiéis no novo século que se iniciava. O Apostolado da Oração da Freguesia de Canavieiras era predominantemente formado por mulheres de diversas classes sociais e etnias.

Em 1910, chegou, pelo porto de Canavieiras, a imagem do Sagrado Coração de Jesus, com 1,60 metro de altura, encomendado pelo Apostolado a um ateliê de arte sacra na França. A imagem foi conduzida em procissão do porto até a antiga Igreja Matriz, onde foi entronizada sob forte comoção popular, como apontam fontes hemerográficas do período[41].

41. MONITOR DO SUL, ano IX, n. 567, 21 de agosto de 1910, p. 1; e A RAZÃO, ano III, n. 139, 3 de setembro de 1910, p. 1.

A figura a seguir é um exemplo da força e do status que o Apostolado representava aos fiéis que a compunham. Tendo o apoio irrestrito da elite eclesiástica, a composição da fotografia, de autoria do lendário fotógrafo Teophilo Mourranhy, nos apresenta um exército em ordem de batalha: à frente, a hierarquia eclesiástica (bispo e padres); atrás, os soldados e as soldadas portando estandarte e bandeiras, com olhares de altivez, pronto para a vitória.

OS 50 ANOS DE FUNDAÇÃO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO BOAVENTURA DO POXIM (1953)

Fonte: Livro de tombo, v. 1 (1949-1960). **Foto:** Teophilo Mourranhy (Canavieiras, BA). Nota: Com a presença do bispo de Ilhéus, D. João Resende Costa, SDB, dos padres João Antal, Luiz e Agostinho Stauder, e do irmão Alberto, e grande número de associados/as, nas escadarias da nova e atual Igreja Matriz de Canavieiras, Bahia.

Fundado pelos jesuítas na França em 1849, sob a aprovação pontifícia do Papa Pio IX, o Apostolado da Oração chegou ao Brasil, sendo difundido de norte a sul do país, agregando novos associados através da espiritualidade e devoção ao Coração de Jesus. Sobre o surgimento do Apostolado no Brasil, a historiadora Kátia Mattoso (1992) nos diz:

> A devoção ao Sagrado Coração de Jesus, praticada sobretudo na primeira sexta-feira do mês, foi introduzida na década de 1870 pela Associação do Apostolado da Oração. Ganhou adeptos sobretudo nas cidades, pois exigia a celebração de uma missa e a comunhão ou exposição do Santíssimo durante as nove primeiras sextas-feiras do ano. Muito sentimental, essa devoção tinha muitos traços da religiosidade do próprio povo, estimulando a que todos perseverassem no esforço de fazer jus ao paraíso (Mattoso, 1992, p. 406).

O Apostolado da Oração é a única associação religiosa dessa época ainda existente na paróquia de Canavieiras. As demais foram deixando de existir, na medida em que não mais atraíam novos membros, como Pia União das Filhas de Maria, Pia União de Santo Antônio, Associação de Nossa Senhora de Lourdes, Associação das Mães de São José, Cruzada Eucarística, Legião de Maria e Congregação Mariana. Essas associações foram se extinguindo, ao mesmo tempo em que novas iam surgindo, mais adequadas às renovações pastorais impostas pelos documentos conclusivos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). A partir de 1970, novas associações foram fundadas na Paróquia de São Boaventura, através do fomento da Diocese de Ilhéus, por exemplo: Cursilho de Cristandade, Movimento Eucarístico Jovem, Pastoral da Juventude, todas sob forte influência da Teologia da Libertação[42].

No capítulo III, destacamos o papel da imprensa em Canavieiras, na cobertura jornalística do espaço religioso católico, que ajudou a denunciar a precarização da velha Igreja Matriz, sendo importante veículo para fomentar mudanças em relação à população, imbuída no processo de secularização e laicização do Estado. A imprensa foi, aos poucos, abrindo espaço para os padres exporem seus apelos de pedido de ajuda aos fiéis católicos, além de divulgarem as notícias do movimento pastoral da Freguesia de São Boaventura, fornecendo-nos assim informações do cotidiano religioso local. O nosso objetivo é apresentar uma breve história da imprensa em Canavieiras, no início do século XX, fonte tão importante para nossa trajetória de pesquisa em História.

42. "A Teologia da Libertação é um movimento sócio-eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia da instituição católica. Com o passar dos anos, mudanças importantes ocorreram em virtude do fim da Ditadura Militar, do fortalecimento de outras crenças religiosas e de uma nova filosofia dentro do catolicismo" (Camilo, 2011, p. 1).

Capítulo III

Reunião dos coronéis com D. Manoel Antônio de Paiva, 1º Bispo Diocesano de Ilhéus, em 1916, no Palácio Episcopal em Ilhéus, Bahia

> *"Nesse dia chegava o primeiro bispo de Ilhéus. Um recente decreto papal promovera a paróquia de Ilhéus a diocese. Um cônego da Paraíba fora sagrado bispo. Os jornais da Bahia diziam que era um homem de grandes virtudes e grande saber. Para Ilhéus era o bispo, era a importância adquirida pela cidade, era o progresso. Apesar da falta de religiosidade que, segundo o cônego Freitas, caracterizava essa terra, Ilhéus estava orgulhosa de possuir um bispo e se preparava para recebê-lo regiamente."*
>
> Amado (2011, p. 256-257).

A cidade de Canavieiras pela imprensa nos anos 1900 e 1910: a busca pelo "progresso"

A cidade de Canavieiras vivia, no início do século XX, grande efervescência política e econômica, por causa da alta rentabilidade da monocultura do cacau, refletido no imaginário local pelo desejo por transformações que desse o formato de civilidade e organização urbana à pequena cidade, inspirados no que já estava acontecendo nas grandes capitais, a exemplo do Rio de Janeiro e Salvador. Estas cidades, consecutivamente se inspiravam no movimento de progresso e civilidade da cidade de Paris, também conhecido pelo período da *Belle Époque*, conforme argumentamos no capítulo I. Segundo Barbosa e Ambrózio (2015), na Europa:

> A fé no futuro da humanidade era patente e os sonhos eram permitidos – o estado geral das coisas conduzia o homem a um glorioso porvir. O grau de desenvolvimento que a sociedade apresentava no século XIX não guardava mais lugar para as antigas formas de organização espacial, era preciso modernizar, dotar de racionalidade e grandeza condizente com o período. É quando a burguesia encontra no espaço a forma de externalizar todo seu desenvolvimento e sua riqueza a partir das reformas urbanas, ou seja, o espaço passa a ser determinado pela técnica, com os fatores influenciadores do mundo natural mitigados (Barbosa; Ambrózio, 2015, p. 4).

Essa burguesia aqui é representada pela elite política, monopolizadora dos destinos da cidade, que, obviamente, não incluía nesse escopo a gente simples de Canavieiras e também uma outra parte dessa elite, a eclesiástica, devido ao processo de secularização e de laicização do Estado. Parece-nos, no caso de Canavieiras, que ser amante do progresso é não mais dar ouvidos às opiniões da Igreja, entendida como arcaica e superada com a República. Sinais desse dito "progresso" na cidade já eram perceptíveis em melhorias nos anos 1910, mas, como já citamos no capítulo I, Aguiar (1979) apontou nos anos 1880-1883, que a vila "tem uma casa de câmara, estação telegráfica, e uma velha e estragada Matriz, que até poucos anos a vimos escorada, esburacada, servindo de dormitório a cabras e carneiros", além de outros relatos que apontavam a precariedade na qualidade de vida e moradia de seus habitantes em fins do século XIX.

Com a elevação de Canavieiras à categoria de cidade pelo governo da Bahia, em 1891, os políticos republicanos exaltavam os sinais de "progresso" que eles identificavam e almejavam transformações no espaço urbano da nova cidade. A rivalidade direta era com a cidade de Ilhéus, que estava em plenas melhorias urbanísticas e já dispunha da presença da imprensa na cidade.

Em Canavieiras, o trabalho da imprensa, desde 1902, representava para essa elite política um grande símbolo desse almejado progresso, representado na edição de jornais impressos a serviço dessa mesma elite política; às vezes, também com espaços para a elite eclesiástica, com números circulando uma ou duas vezes por semana, alcançando, logo depois, circulação em toda a região sul da Bahia. Contudo, essa imprensa não refletia em suas notícias a realidade da continuidade da precariedade vivida na nova cidade, que, em pouca coisa, tinha mudado até então, principalmente em relação à antiga Igreja Matriz, suscitando o descontentamento dos padres diante do quadro da falta de compromisso de parte da população às necessidades eclesiásticas.

Em fins dos anos 1910, o fornecimento de energia elétrica gerada por motores já era oferecido a algumas residências das famílias mais abastadas, aos prédios públicos, à Santa Casa de Misericórdia, por algumas horas e, em dias festivos, iluminava até altas horas da noite. Entre as décadas de 1920-1930, também avançaram as melhorias na estrutura do porto para atracamento de navios de pequeno e médio porte de passageiros e cargas, impulsionado pelo escoamento da produção de cacau, acompanhado de um comércio de variedades nas proximidades do cais, que era por onde a cidade mercava diversos produtos trazidos de fora em lojas; em barracas de feira livre, mercava a produção local, na base de hortifrutigranjeiros, pescados, mariscos e diversas variedades alimentícias e especiarias. Alguns desses estabelecimentos comerciais já se tornavam clientes de reclames no jornal da cidade, a partir de 1917.

A imprensa de Canavieiras era composta por tipografias de pertencimento a uma pessoa ou a um grupo político, que, às vezes, era declarado; em outras, de forma velada. Eram publicados em dois dias da semana, mantidos por publicidades e venda de exemplares, na direção um bacharel, talvez para justificar e atribuir um status de qualidade intelectual daquele periódico em circulação, costume muito comum à época. Em nada tinha de agressivo em seus editoriais, com notícias do cotidiano, publicação de festas sociais e religiosas, obituários, notas de cunho político.

Em relação às notícias sobre o estado de conservação da velha matriz e construção da nova, foi importante fonte, pois o livro de tombo paroquial se mostrou pobre neste tipo de informações. As relações sociais e políticas da elite tinham espaço ativo nesses veículos de comunicação, e à causa de uma nova Igreja Matriz, uma vez ou outra, dava-se espaço. Guedes (2012) assinala a não reciprocidade nas relações de poder:

> Saliente-se que o poder político não deve ser analisado apenas em termos de dominação, mas também de trocas, reciprocidades, pautadas geralmente na crença partilhada da autoridade. Isso significa que o poder depende de uma legitimidade mínima que permita o funcionamento dos arranjos sociais no campo político (Guedes, 2012, p. 26).

As relações de troca entre as elites em Canavieiras estavam desajustadas, pois a elite eclesiástica tentava combater com veemência a questão da secularização – verificada no descompromisso da elite política com a Igreja – consequências da laicização do Estado, que provocava contendas, cobranças e uma imposição de poder por parte da Igreja, que tentava arregimentar novos soldados para sua luta no meio político local. O fato do processo de secularização não representou uma mudança drástica, um distanciamento instantâneo das elites políticas e econômicas da Igreja, foi um processo longo e bem representado pela questão da antiga matriz. O descompromisso e a falta de empenho dos fiéis, fossem da elite

política e econômica, ou não, fizeram da antiga Igreja Matriz um símbolo dessa situação do processo de secularização. A Igreja continuava presente, pois, além de representar um poder espiritual, ela permeava presença nas famílias dessas elites, e essas famílias continuavam indo às missas dominicais, batizando suas crianças recém-nascidas, com o uso do compadrio que fortalecia os laços de interesses políticos e econômicos entre as famílias, casando seus filhos e precisando das exéquias para seus mortos.

Seria generalizar que, a partir do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, confirmado pela Constituição republicana de 1891, as elites deixaram de ser católicas e abandonaram todos os preceitos e a doutrina que haviam seguido desde que nasceram pela tradição de fé de seus pais. Canavieiras, nesse período, contava com 4.822 habitantes[43], em um vasto território municipal e paroquial, onde a Igreja, nessa conjuntura eclesiástica, foi, até 1906, a única instituição religiosa presente, mesmo com algumas fontes já apontando a presença de pequenos grupos protestantes em seu meio no início do século XX. Embora não tivesse perdido, automaticamente, sua influência sobre a maioria da população, começou a perder no restrito número de pessoas, na maioria do sexo masculino, que compunha a elite política e econômica no município. Salientamos o sexo masculino, pois suas esposas e filhas continuavam agregadas à Igreja, mantendo suas casas e famílias dentro dos parâmetros da fé católica, reforçando o entendimento dos coronéis de que a prática religiosa era coisa de mulher.

Esses homens do poderio canavieirense professavam a fé católica, com ressalvas (o que não é possível), pois não existe meio-termo de ser católico, pois a fé católica não admite contestação de sua doutrina por parte de seus fiéis, o que acontecia era que eles fingiam ser e os padres fingiam acreditar que eles fossem. Era a situação dominante nas relações tênues de poder na cidade de Canavieiras e na região cacaueira, era uma questão de sobrevivência em tempos de mudança. Os conflitos gerados pelo vigário Badaró, em 1903, foram o melhor exemplo dessas grandes insatisfações da Igreja com a indiferença dos coronéis, políticos e bacharéis da cidade, evidenciado pelo vazamento do relatório canônico, que foi o estopim inicial dessas contendas, testemunhado pela imprensa.

Outro objetivo dessa elite política era que, com os melhoramentos urbanos no centro da cidade, já nas primeiras décadas do século XX, segregaria mais ainda os pobres do centro da cidade, empurrando-os para a região, hoje, chamada de Capelinha. Um membro dessa elite econômica fez algo diferente. Surgiu a figura do capitão Ricardo Costa que – sendo um homem de posses e muito piedoso – construiu uma igrejinha em honra de Jesus, Maria e José, iniciada com recursos próprios e depois terminada na base de campanhas de arrecadação como bingos e rifas nas festas de largo, sendo frequentada mais pela população pobre, que já habitava seus arredores e promovia festejos religiosos e de largo[44] nessa região da cidade, principalmente no fim de cada ano, provocando o preconceito da elite, que os acusava de baderneiros, bêbados e viciados em jogatinas.

Era a constituição de outro espaço urbano, longe do centro da cidade, tendo a igreja construída por símbolo principal de justificação das necessidades espirituais da população que morava nas suas proximidades e que não se sentia acolhida pela comunidade

43. Cf.: Censo de 1900. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdfAcesso em: 20 maio 2025.

44. Festejos na praça ou largo em frente ao templo religioso.

paroquial da antiga Igreja Matriz, por ser considerada a igreja dos ricos da cidade.

O protagonismo da elite política e econômica nos jornais de Canavieiras foi identificado quando algum deles doavam alguma quantia para as obras de construção da nova Igreja Matriz ou efetuavam, raramente, alguma benfeitoria na velha. O jornal promovia a visibilidade desses homens e mulheres da elite, o que seria interpretado pelos seus pares da elite como uma grande honraria para si e sua família, ao ter o nome na lista de benfeitores das obras da Igreja.

Outro exemplo foi o caso do capitão Ricardo Costa, o grande benfeitor da Capelinha, que amplamente era citado e elogiado pela sua iniciativa, pois os donos de jornais também pertenciam a essa mesma elite, composta, em grande maioria, por bacharéis, que, além de seus ofícios profissionais diários, exerciam o jornalismo, assumidamente parcial, dando voz à situação (governo municipal) ou fazendo política de oposição (partidos Republicano e Progressista). Essa oposição possuía jornais declaradamente partidários.

O jornal *Monitor do Sul*

Neste subitem, apresentamos a importância do jornal *Monitor do Sul*, principal fonte hemerográfica que publicou uma série de denúncias pela precária situação, em meio a outras notícias sobre o cotidiano da freguesia da nova cidade e de todo município de Canavieiras, inclusive atritos entre a elite eclesiástica e a elite política local. O caso do jornal *Monitor do Sul* como sendo uma das mais importantes fontes de pesquisa para essa problemática em torno do caso da antiga Igreja Matriz de São Boaventura não nos

deixa iludidos quanto aos seus interesses implícitos nas notícias publicadas.

Em seu cabeçalho, como lema, em 1908, assumiu que era "Folha consagrada aos interesses do município". Quais interesses municipais defendiam? Quais interesses tinham em noticiar o estado calamitoso da velha matriz? Seu redator ou proprietário eram católicos comprometidos? Luca (2015) nos direciona conceitualmente nessa indagação do cuidado do historiador, que usa o trabalho da imprensa como fonte documental, citando o historiador Jean Glénisson:

> Que comentou os procedimentos críticos demandados pelos jornais, ponderando que estes sempre se revestiam de "complexidade desanimadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo" (Luca, 2015, p. 116).

A autora diz que Glénisson endossou as palavras de outro historiador, Pierre Renouvin:

> Que insistia na importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuavam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam à imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua História (Luca, 2015, p. 116).

Devemos ater a criticidade às fontes hemerográficas da nossa pesquisa para não nos alienarmos a elas como palavra final, verdade irrepreensível sobre uma problemática em que almejamos fazer

a História. Devemos sempre investigar. Os jornais de Canavieiras não são diferentes dessa preocupação levantada por Luca (2015), pois os periódicos pesquisados eram chefiados, sim, por partidos políticos, grupos econômicos anônimos e por personalidades de grande vulto social na elite cacaueira de Canavieiras. Em cada discurso publicado, pode existir uma mensagem subliminar, e não queremos passar desapercebidos do cunho dessas intenções, das jogadas políticas, em meio ao processo de secularização da sociedade, e, que, de certa maneira, influenciaram diretamente no decorrer do processo construtivo de uma nova Igreja Matriz, por uma cidade regenerada, uma cidade bela e moderna.

Continuando sobre ter jornais como fontes históricas, Barros (2020) nos apresenta mais um pertinente procedimento metodológico sobre a diferença que separa os dois mundos jornalísticos:

> Quando temos jornais como fontes históricas, um primeiro procedimento para delimitar o lugar de produção de nossas fontes é situá-las em relação a estas grandes "unidades de época" que separam dois mundos jornalísticos: o mundo voluntarioso e mais regular nos jornais opinativos e polemistas ainda com impressão em pequena escala, contando com equipes pequenas para a sua elaboração (às vezes apenas um ou dois jornalistas), e o mundo jornalístico em que assume o centro do cenário uma Grande Imprensa, com seu maquinário, capaz de produzir impressão em larga escala e abarcar um universo muito amplo de leitores, e já com uma sofisticada divisão de trabalho expressa por uma agitada redação da qual participam muitos jornalistas, profissionais e técnicos (Barros, 2020, p. 67).

No caso do jornal *Monitor do Sul*, seria, entre 1902-1908, um jornal de circulação mais local, com pequena oficina e equipe reduzida, todavia, de 1908-1913, já expunha em seu cabeçalho que seria "o jornal de maior circulação no sul da Bahia". Segundo a citação de Barros (2020), o *Monitor do Sul*, durante sua existência na cidade de Canavieiras, de 1902-1913, tramitou nesses dois mundos do jornalismo, começou modesto e depois ampliou sua estrutura física com maquinário e pessoal mais qualificado, sendo a tipografia, não sabemos se era a única, de maior procura na cidade de Canavieiras e região. Decerto, à realidade de Canavieiras, o *Monitor do Sul* alcançou uma magnitude de produção e de circulação muito grande, mas não se comparava aos grandes jornais de Salvador, o modelo a ser seguido e alcançado em qualidade e excelência de produção jornalística.

Outro exemplo de jornal de pequena escala, voltado mais para o perfil opinativo e polemista, voltado declaradamente para a militância política, foi o jornal *O Seabrista*, órgão do partido republicano em Canavieiras, do qual somente encontramos o primeiro número do ano I. Surgiu em apoio irrestrito a José Joaquim Seabra, mais conhecido com J. J. Seabra, candidato à presidência da Bahia, ao marechal Hermes da Fonseca, na época, ministro de Estado da Guerra e candidato à presidência da República, e a Wenceslau Brás, presidente de Minas Gerais e candidato à vice-presidência da República. Tudo indica que *O Seabrista* circulou até o número 17, sendo transformado, em 1910, no jornal *A Democracia*, órgão do partido Democrata Republicano em Canavieiras. Este, em 1911, passou a ser o partido Republicano Conservador, continuando a apoiar J. J. Seabra na política baiana, já que ele continuava em campanha como candidato à presidência da Bahia.

Voltando ao *Monitor do Sul*, pesquisamos e catalogamos, através de anotações em fichas e fotografias digitais, a coleção do jornal do ano II, n. 114, de 5 de abril de 1903, ao ano XII, n. 709, de 21 de

setembro de 1913, exemplares disponíveis, à época, no setor de periódicos raros do acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na cidade do Salvador. Nesta coleção, não havia os números do ano de 1909, pressupomos, então, que sua fundação tenha sido em 1902, e não sabemos até qual ano circulou na cidade de Canavieiras e região. Nos números do mês de abril de 1903, em seu cabeçalho, assim informava:

> MONITOR DO SUL – Propriedade de uma associação – Redactor-chefe: Dr. Eduardo Campos – Publicação nas Quintas-feiras e Domingos – Pagamentos adiantados[45].

Eduardo Campos era médico e jornalista, foi redator e chefe do jornal até pouco antes de sua morte em 1908, quando apareceu no cabeçalho do jornal novo proprietário, Antônio Nunes; e como redator, "vários".

No cabeçalho do jornal *Monitor do Sul*, em um número do ano de 1908, continha informações importantes sobre seu expediente: proprietário, redatores, endereço postal e telegráfico, número da tiragem e lema (slogan): "Folha consagrada aos interesses do município", logo abaixo propagava que é o jornal de maior circulação no sul da Bahia, oferecendo serviços tipográficos de diversas qualidades. No ano de 1910, o *Monitor do Sul* modificou seu slogan acrescentando que, além de ser um órgão consagrado aos interesses do município de Canavieiras, também era de toda a região sul do estado da Bahia, dando sinais de que era distribuído e lido em outras cidades da região. Nos anos seguintes – 1911, 1912 e 1913 –, continuou publicando com a mesma organização e diagramação.

45. MONITOR DO SUL, Ano II, n. 115, de 9 de abril de 1903.

Chama-nos a atenção que, entre 1903-1913, não existia publicação de imagens fotográficas em seus números, somente adornos tipográficos, xilogravuras voltadas para propaganda de lojas ou de produtos específicos, como da Padaria Rosita, de propriedade de Francisco Marinho da Costa[46]; e da Loja Guerreiro, tendo como representante Januário de Oliveira[47].

Apontamos os curiosos reclames, tendo bispos como garotos -propaganda, como o da Emulsão de Scott, tendo a indicação, o testemunho e a bênção de D. Ricardo Casanova y Estrada, médico e arcebispo da Guatemala[48]; e do xarope Bromil, do Laboratório Daudt & Lagunilla, do Rio de Janeiro, que doou lote do medicamento para as ações sociais de D. Cláudio José, arcebispo de Porto Alegre, RS, onde o mesmo testemunha, em carta de agradecimento ao proprietário João Daudt, a doação e a eficácia do produto, verificados entre as pessoas pobres que receberam o remédio e pela cura de uma bronquite de anos, que assolava a vida de um seminarista da arquidiocese gaúcha desde a infância[49]. A elite eclesiástica, nesse exemplo, serviu-se de objeto de peças publicitárias da indústria farmacêutica, em troca de doações para as obras sociais dos dois bispos citados, em países e realidades diferentes. Mesmo num mundo secularizado, no imaginário religioso de quem lia tais propagandas, nos anos 1910, haveria de duvidar da eficácia do medicamento, testemunhado por dois bispos da Igreja? Certamente ninguém.

46. MONITOR DO SUL, Ano III, n. 262, 15 de setembro de 1904, p. 4.

47. MONITOR DO SUL, Ano XII, n. 674, 15 de dezembro de 1912, p. 4.

48. MONITOR DO SUL, Ano X, n. 595, 12 de março de 1911, p. 2. Ver apêndice A.

49. MONITOR DO SUL, Ano XII, n. 677, 5 de janeiro de 1913, p. 3. Ver Apêndice B.

As notícias de *Monitor do Sul* (1903-1913)

A imprensa foi o importante símbolo de avanço no início do século XX, com a fundação do jornal *Monitor do Sul*, provavelmente em 1902, fazendo com que a Canavieiras do novo século, que se iniciava, fosse introduzida nos planos de progresso que tanto permeava o imaginário dos políticos e elites locais e regionais à época. A cidade que já contava com o serviço telegráfico e, obviamente, o postal, não sabemos desde quando, agora tinha um jornal local, complementado com as notícias do Brasil e do mundo, através dos jornais da cidade da Bahia[50] e do Rio de Janeiro, que chegavam pelos navios que atracavam no porto de Canavieiras semanalmente, trazendo e levando passageiros, mercadoria e escoando o cacau para o porto de Ilhéus e de lá para o mundo.

Essa sociedade e seu cotidiano é que estão presentes nos números do *Monitor do Sul*, entre 1903-1913, em notícias em geral, notas sociais e religiosas, de festejos carnavalescos, prestações de contas e propagandas comerciais. Também existiu espaço para polêmica, como já citamos no capítulo II, do caso do Vigário Badaró, em 1903, e do vazamento do relatório canônico escrito pelo vigário e entregue a D. Jerônymo, Arcebispo da Bahia, em visita pastoral a Canavieiras, no qual constava a insatisfação do vigário Badaró com os fiéis canavieirenses, o que se espalhou pela cidade. Resultado: confusão, bate-boca, abaixo-assinado ao Arcebispo da Bahia exigindo a saída do vigário Badaró da Freguesia de São Boaventura, artigos de protestos contra o vigário publicados no *Monitor do Sul*, e o vigário foi removido de Canavieiras por ordem do Arcebispo.

50. Como os baianos do interior do estado se referiam, ou ainda se referem à capital: cidade da Bahia, cidade de São Salvador da Bahia, cidade do Salvador, ou simplesmente, Salvador.

O *Monitor do Sul* também era veículo de denúncias contra práticas execradas pelas elites política e eclesiástica, sempre no discurso de manter a ordem e os bons costumes na cidade. Parece-nos, neste caso, em Canavieiras, que a questão da secularização da sociedade e da laicização do Estado se arrefecia quando o propósito era de perseguir o que fugia do arquétipo da religiosidade cristã. Em alguns números de 1903, foram verificadas notas contra as rodas de samba, movimentação na zona de prostituição e até da existência do candomblé, assim noticiado em primeira página:

> Relato de pessoas criteriosas (afirmam)[51], que no Jundiahy, funciona um candomblé, que já vem arrastando mães de família, esposas e virgens de confabulações de tão deponente e selvagem espectáculo. O alferes Cova, zeloso como tem sido no empenho de seus deveres, procurará exterminar tal assembléia[52].

Canavieiras era uma sociedade para poucos, e o jornal *Monitor do Sul* testemunhava em seus números notícias da elite, representada na religião, nos festejos cívicos e carnavalescos. Essa mesma elite fazia questão de ter seus nomes estampados nas notícias, em busca de uma maior publicidade e reconhecimento social. A maioria das notícias publicadas no recorte de 1903-1913 são de cunho cultural e religioso, como exemplo: Carnaval, Semana Santa, festa do 2 de Julho[53], festa de São Boaventura, festa de padroeiro nas fazendas.

51. Grifo nosso.

52. MONITOR DO SUL, Ano II, n. 186, 20 de dezembro de 1903, p. 1. Optamos por manter a grafia original do documento.

53. Data magna baiana, 2 de julho de 1823 – Término da guerra da independência do Brasil na Bahia.

Foram acontecimentos que refletiam o que essa sociedade vivia ou, ao menos, o que fazia questão de publicizar. Críticas ao lastimável estado de conservação da antiga Igreja Matriz de São Boaventura e à fundação do Apostolado da Oração na Freguesia de São Boaventura do Poxim (1903), a campanha de construção da igreja da Capelinha (1904), o alerta sobre a epidemia da varíola (1905), os dois anos da existência da Igreja Presbiteriana em Canavieiras (1906), o cometa Halley (1907), a morte de Eduardo Campos, o dono do jornal *Monitor do Sul* (1908), a fundação do Instituto Imaculada Conceição e a chegada da imagem do Sagrado Coração de Jesus da Europa (1910), a chegada dos padres para realizar missão e a bênção da primeira pedra fundamental da nova Igreja Matriz de São Boaventura (1911), os apelos do padre Justino José de Sant'Anna para angariar doações para se construir a nova matriz e a publicação da Resolução n. 191, de 8 de julho de 1912, doando, do município para a Igreja, novo e amplo terreno para a matriz que se estava construindo (1912), a notícia sobre construção de teatro na cidade, mais artigos de apoio à construção da nova Igreja Matriz e a publicação de balancetes das doações já recebidas (1913).

As fontes hemerográficas aqui relatadas, longe de imparcialidade, mostravam o que era de seu interesse nas páginas do *Monitor do Sul*, refletiam seus preconceitos, o modelo de sociedade ideal que buscavam manter e transformar com benesses para um grupo restrito. Havia outros valores e, certamente, nesse caso, nesse recorte, a Igreja não foi contemplada pelo estado de má conservação da antiga matriz e pela dificuldade para se construir e concluir a nova. O papel da imprensa em Canavieiras, na denúncia da precarização da velha Igreja Matriz, foi importante para fomentar transformações no imaginário local, no que tange à tomada de decisões para a resolução do problema de se construir uma nova. O jornal

Monitor do Sul, desde o ano de 1903, vinha falando da situação deplorável em que a velha matriz se encontrava na Semana Santa daquele ano:

> Nesta, entretanto notamos tudo quanto possa indicar o despreso e o desleixo do encarregado dos misteres de zelal-a e acceial-a. Os altares não apresentava uma cobertura preta, o Senhor Morto, estava em baixo do altar Mór sem um círio acceso e para constraste no centro da egreja havia um enorme formigueiro. Tudo em abandono, a matriz de portas abertas sem ter uma pessoa que velasse pelo respeito e decoro necessários a casa de Deus.[54]

Com o exemplo acima, podemos entender a situação posta e o desafio de tentar sofisticar a cidade num futuro bem próximo. Nos anos seguintes, iniciaram-se tentativas de organização por parte da Igreja, sem contar com o Estado brasileiro para tanto, de ações para implementar meios de se construir a nova Igreja Matriz com o empenho da elite local, o que foi frustrante anos depois.

Devido à questão da secularização, o dinheiro do cacau nunca financiou com facilidade as obras de construção da nova Igreja Matriz, se o deu, foi de tostões em tostões, uma doação ali, outra aqui, o que se refletiu em longas paralisações e desânimo nas obras de construção do novo templo. Não houve um "milagre econômico" para se construir igrejas. Nada foi da noite para o dia nessa região, só a exemplo, foram três tentativas de bênção da pedra fundamental e o decorrer letárgico coletivo de vinte anos para a conclusão da obra, não sendo pior porque a imprensa dava espaço e visibilidade à causa dos padres em favor da nova Igreja Matriz. Não sabemos a que custo e favores.

54. MONITOR DO SUL, Ano II, n. 116, de 12 de abril de 1903, p. 2.

O jornal *A Razão* (1908-1912)

A Razão surgiu em 1908 e concorria com o *Monitor do Sul* em Canavieiras. Diziam ser propriedade de "uma empreza", tendo por gerente João Espinheira da Costa, tendo por lema "Orgam político e noticioso". Em 1909, denunciou abertamente o negacionismo do poder público municipal, que afirmava a erradicação da epidemia de varíola em Canavieiras, quando o jornal denunciou a morte de mais pessoas da mesma doença e ainda ameaçou provar, diante das autoridades, o que havia publicado. Em 1912, último exemplar encontrado, já assumia também como lema "Orgam do Partido Republicano". Tudo indica que políticos do partido Democrata Republicano, do partido Republicano Conservador e finalmente do partido Republicano eram do mesmo grupo partidário, mudando somente de nome, consequentemente, fundando jornais como *O Seabrista* (1909-1910), transformado em *A Democracia* (1910-1911), depois, comprando e refundando o jornal *A Razão*, a partir de 1912, ano da sua última edição encontrada.

As notícias de *A Razão* vinham na mesma linha editorial do jornal *Monitor do Sul*, mas devemos a ele a notícia mais importante das ações pastorais dos padres para movimentarem os fiéis em prol da construção da nova matriz, que iria se iniciar em 1912. Tratou-se da mítica noite de lua cheia, amplamente relembrada pelos antigos moradores do descarrego de pedras pela população, das canoas atracadas no cais do porto para se levar ao terreno da nova matriz, onde iria se dar início à construção de seu alicerce, com as pedras doadas pelos moradores das margens do Rio Pardo[55], como contribuição e adesão à campanha liderada pela Igreja, com a finalidade de se construir a nova Igreja Matriz de São Boaventura.

Em sentimento de festa, descarregaram e carregaram as pedras para o terreno que viria a ser doado efetivamente pelo município somente no ano seguinte, em 1912, por boa parte da população, envolvendo a participação de homens, mulheres e crianças, de várias classes sociais, segundo a fonte hemerográfica, seguido de jantar e muitos gritos de vivas.

A Nova Matriz

> Para as obras da nova matriz que terão começo em o mez de Setembro do corrente anno chegaram a esta cidade na tarde de quarta feira 19, cinco canoas com pedras, obtidas no Rio Pardo, pelo revmo. missionário, d. Bertino. Aqui chegadas as canoas, foram o revmo. d. Bertino e os canoeiros recebidos pela Commissão das obras do novo templo catholico, aos quaes foram offerecido magnífico jantar, às expensas do commercio desta cidade e da mencionada Commissão, durante o qual foram erguidos vivas a d. Bertino, aos canoeiros, aos moradores do rio Pardo e de Cannavieiras, ao nosso commercio e à Comissão das obras do novo templo. Às 5 horas da tarde, foram descarregadas e carregadas as pedras por grande multidão de pessôas, em cujo meio vimos distinctas e respeitáveis senhoras, senhoritas, meninos e muitos cavalheiros do nosso escol social. Apresentarem-se, também, encorporados 12 carroceiros com os respectivos vehiculos enfeitados e que muito ajudaram na conducção das pedras. Segundo nos dizem, outras canoas irão aqui chegando até Agosto, offerecidas pelos habitantes do Rio Pardo.[56]

55. Ver fotografia do Anexo D.

56. A RAZÃO, ano IV, n. 157, 28 de janeiro de 1911, p. 1.

Foi também pelo *A Razão* que, em 1911, foi fundada em Canavieiras a Sociedade de São Vicente de Paulo, que, na cidade, adotaram o nome de Sociedade São Boaventura, com a seguinte diretoria eleita: Engenheiro João Marques de Souza – presidente; farmacêutico Clodoaldo Carvalho de Britto – vice-presidente; bacharel Ulysses M. Menezes – vice-presidente; Deoclides Garcia – secretário; e Astolpho França – tesoureiro. Essa Sociedade São Boaventura, supostamente, foi uma associação masculina religiosa criada para começar a angariar fundos para a nova matriz, pois a maioria dos nomes citados eram dos mesmos que compuseram a comissão criada por D. Jeronymo Tomé da Silva em sua segunda visita pastoral, em 1908.

O jornal *A Reforma* (1913-1917)

Em 15 de novembro de 1913, foi lançado o primeiro número do jornal *A Reforma*, que se declarava órgão do governo municipal de Canavieiras. Foram encontrados, no Setor de Periódicos Raros, alguns números entre os anos de 1913 e 1917, do ano I ao ano IV. Em seu primeiro número, a manchete tinha por título "A REFORMA – o escopo do Município, fazendo-a surgir à luz da publicidade", artigo de cunho ufanístico em torno das comemorações do aniversário de 24 anos da instauração da República no Brasil. Assim se referia ao fato:

> O Município de Cannavieiras, parte componente 'desse todo immenso, que abração o Amazonas e o Prata, a Pátria brazileira que, altiva e sobranceira, commemora hoje, admirada de seu progresso e civilisação, o 24º anniversario da sua emancipação política, proclamada em 1889, após uma lenta germinação democrática, pelo Exército, pela armada e pelo Povo, sem as transfusões recíprocas de sangre entre o regime decahido e os aspirantes à liberdade [...].[57]

Lamentamos que muitos brasileiros e brasileiras ainda acreditem que o sistema republicano tenha sido instaurado dessa maneira ufânica, conforme a narrativa de inauguração de *A Reforma* em 1913. O artigo deste jornal afirmava que a República trouxe paz e liberdade democrática em certa medida, contudo nunca foi uma realidade ampla para o povo brasileiro nas diversas e divididas classes sociais, em que a manutenção das oligarquias no poder e as contendas de grupos políticos terminaram por escrever a instável história da "República dos Estados Unidos do Brazil".

Sabemos, pois, que a República foi instaurada por um golpe militar do Exército brasileiro, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, homem de extrema confiança do imperador D. Pedro II (1825-1891), fomentado e apoiado pela elite (como ocorre em qualquer golpe de Estado), elite escravocrata e indignada com as perdas de privilégios, culminando em 1888, sem participação alguma popular, conforme o historiador José Murilo de Carvalho (2004) afirma, citando a clássica frase de Aristides Lobo em seu livro: "O povo assistiu bestializado à proclamação da República", fato inaugurador de uma era de instabilidades, com outras tentativas de golpes dentro do golpe, com alternância de militares e civis no poder da República. Como este, haveria de transcorrer outros golpes militares, ou civil-militar, durante o século XX, tal qual a tentativa frustrada de um grupo de extremistas querendo um novo golpe militar em 8 de janeiro de 2023, que atacaram criminosamente

57. A REFORMA, Ano I, n. 1, de 15 de novembro de 1913, p. 1.

e depredaram os palácios-sede dos Três Poderes da República, patrimônio do povo brasileiro e patrimônio mundial da UNESCO, poderes estes legitimamente constituídos, fortes, vivos e atuantes, conforme se deve, segundo a Constituição Federal de 1988.

Esse grupo de extremistas e golpistas, apoiadores do ex-presidente da República (2019-2022), agora também inelegível até 2030[58], pregava e defendia mais uma intervenção das Forças Armadas em prol da continuidade do governo do ex-mandatário do Executivo Federal, a favor da prisão de todos os ministros do Supremo Tribunal Federal, contra os outros princípios constitucionais da República. Infelizmente, estavam baseados em um discurso de ódio, de desrespeito às liberdades democráticas, de perseguição de minorias e de tentativa de silenciamento da imprensa, do desmonte das estruturas educacionais, de preservação ambiental, da falta de financiamento da pesquisa em todas as aéreas de conhecimento, com maior foco nas Ciências Humanas, e, por fim, do desmonte da cultura nacional e da negação à efetividade de proteção da vacinação infantil e adulta contra a Covid-19 e demais doenças. Devido a isso, até hoje os cientistas da área da saúde, juntamente com o Ministério da Saúde do atual governo, tentam reverter a desconfiança de boa parte da população, que acreditou no discurso mentiroso e negacionista contra a eficácia das vacinas em falsas informações espalhadas criminosamente por tais grupos extremistas[59].

Esse discurso de ódio, infelizmente, foi apoiado por diversas denominações religiosas cristãs, representadas no Congresso

58. Disponível em: https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/comunicacao/arquivos/voto-corregedor-benedito-goncalves-aije-0600814-85-07-07.2023/@@download/file/TSE-Voto-Corregedor-AIJE-060081485.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

59. Ver artigo da Unicef sobre o assunto em: https://www.unicef.org/brazil/blog/vacinacao-e-fake-news. Acesso em: 20 maio 2025.

Nacional, pela bancada evangélica, e, inclusive, por muitos parlamentares católicos, rechaçados veementemente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que no discurso contra às liberdades democráticas, afirma que a instituição não representa a voz da Igreja nos interesses nacionais[60].

O jornal *A Reforma* abertamente se declarava a voz da intendência municipal canavieirense e, consecutivamente, do seu intendente municipal e do gabinete de governo, ou seja, era um jornal institucional. O imaginário dominante nesse período, anos 1910, era de que a República era o ápice evolutivo político de uma nação e ainda era forte o discurso de que a monarquia era sinônimo de atraso e supressão de liberdades. Juntamente a ela, estava o processo de secularização e laicização, pelo qual a Igreja estava se reorganizando internamente, depois da separação do Estado, ao mesmo tempo em que sentia na pele a dificuldade de manter o domínio hegemônico sobre seus fiéis em Canavieiras, agravado mais ainda com a chegada dos protestantes à cidade na época.

Enquanto na presidência da República, entre o recorte de 1913-1917 de *A Reforma*, os presidentes foram o marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) e o advogado Venceslau Brás (1914-1918); na presidência da Província da Bahia, já governava o advogado José Joaquim Seabra (1912-1916) e depois o advogado e jornalista Antônio Muniz Sodré de Aragão (1916-1920)[61]. Em Canavieiras, até a Resolução n. 191, de 8 de julho de 1912, referente à doação do terreno do patrimônio municipal para a nova Igreja Matriz que se estava

60. Ver nota da CNBB: "A Igreja Católica não faz barganhas", de 06 de junho de 2020. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Nota-de-Esclarecimento-CNBB-Comunicac%CC%A7a%CC%830-Signis-e-RCR.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

61. Aragão (2010).

construindo, publicada pelo jornal *Monitor do Sul*, o intendente municipal era João de Deus Ramos (1912-1915), depois Wulter Pereira de Castro (1916-1917), sucedido por Romero Estellita (1917-1920).

Não podemos aferir o nível da representatividade alcançado pelo jornal *A Reforma* na cidade de Canavieiras e região, mas certamente percebemos a tendência de seu editorial e a prioridade de formação de opinião de seus leitores. No recorte em questão (1913-1917), algumas transformações em nome desse "progresso" ocorreram em Canavieiras e região. Embora aprofundemos mais sobre isso no capítulo IV, não poderíamos dispensar a citação de um exemplo contundente desse "progresso" na região por parte da Igreja, que contemplava também os interesses da elite política e econômica.

Em 20 de outubro de 1913, foi divulgada, pela Nunciatura Apostólica no Brasil, com sede no então Distrito Federal - Rio de Janeiro, a decisão do Papa São Pio X (1903-1914) sobre a divisão da extensa Arquidiocese de São Salvador da Bahia, a única na Província da Bahia desde 1676[62], em três novas Dioceses no interior, com sede nas cidades de Barra, Caetité e Ilhéus, sendo que Ilhéus seria a mais promissora devido aos recursos financeiros da produção de cacau, o que ajudou a rápida formação do patrimônio do futuro bispado, instalado com a posse do primeiro Bispo D. Antônio Manoel de Paiva em 1915[63]. A presença de um bispado na cidade de Ilhéus, com circunscrição eclesiástica abrangendo todo o território da região sul da Bahia, efetivava o início da reorganização interna da Igreja na Bahia, representava para a elite local a sua emancipação para relações mais estreitas com a Igreja, que, mesmo em

62. Ribeiro (2013, p. 18).

63. Ribeiro (2013, p. 22-23).

tempos de secularização, ainda mantinha, em partes, seu poder eclesiástico sobre a sociedade sul baiana.

A Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras passou a fazer parte da nova Diocese de Ilhéus, com a nova organização da Igreja; e tinha, por pároco, o padre Justino José de Sant'Anna (1878-1958), empossado em 1912, dando início às obras de construção da nova Igreja Matriz de São Boaventura em um terreno amplo, doado pelo município através de resolução aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo intendente João de Deus Ramos, em 8 de julho do mesmo ano[64]. Era a Igreja, a elite eclesiástica, querendo tomar parte desse "progresso" para começar a resolver o impasse na questão da velha matriz, que estava em situação crítica há décadas, e o início da realização do desejo antigo de se construir uma nova.

A Reforma testemunhou esse início de construção da nova Igreja Matriz, símbolo das reformas urbanísticas que a municipalidade de Canavieiras iria fomentar no início do século XX, pois o terreno doado para a construção era em outro espaço, ampliando a cidade para além do centro antigo em torno do Paço Municipal, e o jornal deu espaço para padre Justino fazer apelos à população para adesão à obra.

As notícias de *A Reforma* eram caracterizadas por notas sociais: festejos religiosos católicos, Carnaval, festa de largo; e espaço para publicidade. Em 1915, passou a ser dirigido por Alfredo Mello; em 1917, por Antônio Cítera. Não sabemos o ano em que foi extinta sua circulação, mas o último número publicado encontrado na pesquisa foi o n. 12, do Ano IV, de 11 de fevereiro de 1917.

64. Ribeiro (2021, p. 81-84).

Seu primeiro número, conforme já dissemos, tinha por manchete uma alusão ao aniversário da instauração do regime republicano, em 1889, no município de Canavieiras. O número 2, de 22 de novembro de 1913, noticia:

> Para o prosseguimento da construção do bello templo que servirá de nossa Cathedral[65], os ceis. Frederico Müller e Francisco Ferreira dos Santos Reis acabaram de offerecer 10 mil tijollos, sendo que o segundo deu mais 5000, em nome de seus filhos. Bonito exemplo a ser imitado, pois, os que isto fazem, receberão, naturalmente as bênçãos dos céos e admiração do povo (A Reforma, 1913)[66].

A edição de número 4, de 6 de dezembro de 1913, noticia a missa da solenidade de Nossa Senhora da Conceição que ocorreria em 8 de dezembro, com a divulgação do resultado do sorteio de uma novilha, que arrecadou fundos para a festa de Nossa Senhora naquele ano; seguido de nota sobre festas populares na rua General Pederneiras, todos os domingos, com diversas brincadeiras, como quebra-pote, corridas de sacos e corridas de jumentos. Em 1914, no n. 20, de 9 de maio, é publicada uma nota do padre Justino José de Sant'Anna, conclamando o povo a ajudar nas obras de construção da nova Igreja Matriz. Assim dizia a introdução da redação do

65. A nota de *A Reforma* exagerou no termo catedral, pois Canavieiras nunca foi e nem é sede de uma diocese para ter uma igreja catedral, apenas podemos interpretar que, ao ver o projeto da futura nova matriz em estilo neogótico, se comparado à antiga matriz, na sua rústica simplicidade de estilo neocolonial, já em estado crítico de conservação, a imprensa usou tal termo por força de expressão, por empolgação, reação natural diante do que representaria a conclusão desse novo espaço religioso/social.

66. A REFORMA, ano I, n. 2, 22 de novembro de 1913, p. 2.

jornal à nota de republicação do boletim impresso distribuído por padre Justino à população de Canavieiras:

> ***Um justo appello***
>
> Na feliz idéia de erigir na cidade um templo de uma cidade que marcha em busca do progresso, o incansável e infatigável vigário desta freguezia padre Justino de Sant'Anna, não tem poupado esforços para ver sua obra avante e auxiliada por todos aquelles que aspiram o melhoramento desta terra, distribuiu um justo apelo o seguinte boletim:
>
> ***CANNAVIEIRENSES!***
>
> Venho, ainda uma vez, desperta-vos do culpável letahargo em que se acham immergidos os vossos nobres sentimentos! Acordae!
>
> Sois catholicos,.. e considerai que não tendes um tempo digno para adorar vosso Deus! Um Deus de maor e caridade de majestade e grandeza.
>
> Um óbolo para seu templo vos imploro. Não ficareis mais pobres por isso, ao contrário dignificados por tão religioso acto, tereis cimentado os alicerces da verdadeira grandeza que não pode existir sem a prática da religião.
>
> Reivindicai os vossos fóros de civilisados, auxiliando a construção do templo da vossa fé. Um povo sem religião não é grande, um povo sem fé é um povo morto. Despertai!
>
> Cannavieiras, maio de 1914. Padre Justino José de Sant'Anna.[67].

Pelo nível do apelo de padre Justino para que a população de Canavieiras ajudasse financeiramente nas obras de construção da nova Igreja Matriz, percebe-se que não circulava facilmente nas

67. A REFORMA, ano I, n. 20, de 9 de maio de 1914, p. 2.

mãos da Igreja o rico dinheiro do cacau, como romanticamente acreditamos, nem a elite, que se professava católica, aderia generosamente às necessidades eclesiásticas. Continuava o jornal *A Reforma* publicando notas sociais sobre festejos religiosos e citando o nome de muita gente da elite, como quem fazia aniversário, quem estava doente, quem regressava de uma longa viagem e obituários.

No número 35, de 15 de novembro de 1914, foi comemorado o primeiro ano de aniversário, inaugurando o ano II do jornal. Destacavam-se, na primeira página, notícias sobre o aniversário do jornal, notas policiais, artigo sobre orçamento municipal, uma tímida nota sobre a Primeira Guerra Mundial, que estava em andamento na Europa, mais notas sociais de aniversários de personalidades da elite, outra pequena nota sobre esportes e sobre os festejos natalinos na Berindiba, (atual praça da Capelinha) e no arraial do Jacarandá[68]. Na época, era uma próspera vila às margens do rio Pardo, com pequeno porto e comércio, por onde escoava a produção de cacau para o porto grande da cidade de Canavieiras, de lá para Ilhéus, depois Salvador, e do porto da Bahia para o exterior.

Em 1915, destacamos as notícias sobre o Carnaval, que estava para chegar:

> Que venham os folgazões nos deleitar, com lança perfumes, confettis, etc. fazendo desapparecer a crise, a tristeza da guerra, que tanto nos impressionam."[69]

Nota-se que isso nos é familiar pelo mesmo desejo de aliviar nossas tensões da pandemia de Covid-19, que há pouco tempo atravessamos, sem possibilidade alguma de Carnaval ou festejos juninos. Evitou-se assim algum tipo de aglomeração para barrar a disseminação do nefasto vírus que já matou mais de 700 mil brasileiros e brasileiras[70], embora a vacinação tenha avançado com imunizantes cada vez mais atualizados, com adesão da maioria da população, graças à nossa cultura vacinal, que resiste ao discurso negacionista.

Em 1915, era a tensão de uma guerra mundial tão distante que afligia os corações canavieirenses que, nesse período, ainda convivia com o medo da epidemia da varíola[71] na região, que também matou muita gente ou deixou severas sequelas em quem sobreviveu a ela, sofrendo com o peso do estigma do preconceito da sociedade aos infectados. Era a época dos leprosários, construídos bem distantes do perímetro urbano, onde doentes de lepra, varíola e demais doenças infectocontagiosas eram internados e abandonados à própria sorte. Continuava o ano de 1915 com notas jornalísticas de *A Reforma* sobre a Semana Santa, a festa de São Boaventura, o retorno de desobriga do vigário padre Justino, as notas sociais sobre pessoas da elite local e os festejos natalinos na atual praça da Capelinha e no arraial do Jacarandá, no Rio Pardo. Em 1916, mais uma nota sobre o Carnaval que seria festejado:

> Conforme annuncio distribuído por uma penca de rapazes foliões, que mascarados percorreu várias ruas de nossa cidade, vamos ter com toda força de vontade o Carnaval da folia, do prazer e da troça. Preparam esses moços grandes surprezas para esses dias, bonitos carros alegóricos, e... outras coisas que a nossa reportagem ainda não poude cavar[72].

68. Ver Anexo D.

69. A REFORMA, ano II, n. 46, de 6 de fevereiro de 1915, p. 2.

70. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 20 maio 2025.

71. A primeira notícia sobre a epidemia da varíola no município de Canavieiras foi encontrada no jornal *Monitor do Sul*, ano III, n. 308, de 16 de abril de 1905, p. 1; e, entre os anos de setembro de 1909 a julho de 1910, no jornal *A Razão*, nos números 93, 94 e 134.

72. A REFORMA, ano III, n. 78, de 30 de janeiro de 1916, p. 1.

Havia disputa, entre as agremiações em Canavieiras, de quem melhor desfilava no Carnaval, em concursos acirradíssimos pela premiação, característica muito comum nos carnavais pelo Brasil afora nesse período e citada amplamente nos jornais pesquisados. Inclusive, já desenvolvemos uma pesquisa sobre os carnavais de Ilhéus entre 1922 e 1934[73]. A citação da nota jornalística de A Reforma acima representava a ansiedade que a imprensa amargava tentando descobrir e noticiar os temas de desfiles das agremiações carnavalescas antes do Carnaval.

Outro fato importante para o ano de 1916, em Canavieiras, foi a notícia de *A Reforma* sobre a primeira visita pastoral, em novembro do mesmo ano, do bispo de Ilhéus, D. Antônio Manoel de Paiva[74] à Freguesia de Canavieiras[75], chegando de navio pelo porto da cidade, acompanhado do padre Justino de Andrade e pelo padre José Reis, sendo recebido no pier do cais pelo pároco local, padre Justino José de Sant'Anna, autoridades civis e militares da cidade de Canavieiras, com grande afluência de fiéis de várias associações religiosas portando suas bandeiras e estandartes, ao som de dobrados das filarmônicas.

O Bispo de Ilhéus fazia sua primeira visita pastoral a todas as paróquias da enorme Diocese, criada em 1913, pelo Papa São Pio X, e instalada com sua posse em agosto de 1915. A visita ocorreu por diversos dias, não somente na cidade, mas no interior da Freguesia de Canavieiras, passando por diversas capelas de fazendas de cacau

73. Ver: RIBEIRO, O. C. Uma cidade no país do Carnaval: política e cultura nos festejos carnavalescos em Ilhéus – Bahia (1922-1934). Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1128. Acesso em: 20 maio 2025.

74. Ver Anexo E.

75. A REFORMA, ano IV, n. 03, de 10 de dezembro de 1916, p. 1.

e de vilarejos, tais como o Jacarandá. Os últimos dois números de *A Reforma*, publicado em 7 de janeiro e 11 de fevereiro de 1917, com notícias sobre os festejos de Reis, com as apresentações de ternos de Reis acompanhados de pastorinhas, ranchos e grupos de *passeiantes*, na noite de 6 de janeiro daquele ano, causaram grande comoção e alegria na população da cidade. Outra festa religiosa celebrada, sempre em janeiro por vários anos, foi a do Senhor Bom Jesus do Bonfim na Igreja Matriz, com missa solene, segundo nota do jornal.

No capítulo IV, argumentamos, através da fonte jornalística da imprensa de Canavieiras, sobre estratégias, protagonistas e trajetória histórica da construção da nova Igreja Matriz de São Boaventura do Poxim, de 1903 a 1913; a narrativa do empenho da elite eclesiástica diante do processo de secularização, em conflitos e acertos entre as elites; a resolução do caso da antiga matriz e a construção da capela de Jesus, Maria e José, a partir de 1904, longe do centro e distante dessas questões de poder entre a elite eclesiástica e política, constituindo um espaço religioso e social alternativo para a população simples de Canavieiras, tendo; por protagonista, o capitão Ricardo Costa.

Já em relação à construção de uma nova Igreja Matriz, o protagonismo é do padre Justino José de Sant'Anna, personagem dessa elite eclesiástica, que agrega força conciliadora na cidade de Canavieiras em relação ao patrimônio da Freguesia de São Boaventura. Mesmo sendo conciliador, não foi poupado de problemas na cidade, como o que ocorreu na Sexta-feira da Paixão de 1912, quando sofreu agressão física de um rapaz, por ter defendido a honra de uma moça dos assédios do agressor, fato ocorrido dentro da antiga matriz, na hora da celebração da Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Capítulo IV

Construção da nova Igreja Matriz de São Boaventura do Poxim, na cidade de Canavieiras, fotografia das décadas 1920/1930, originalmente publicada no livro 100 anos de *Canavieiras*, de Durval P. França Filho (1991)

ESTRATÉGIAS, PROTAGONISTAS E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DA NOVA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA

"CANAVIEIRAS

Longínquo verde do bugre,
longínquo verde do mar,
longínquo verde do madeiro,
longínquo verde das canas dos Vieiras,
longínquo verde dos casarões solenes
longínquo verde do primeiro cacaueiro,
longínquo verde no musgo da parede."

Poesia de Mattos (2015, p. 101).

A velha Igreja Matriz e os padres que tentavam inovar em sua práxis pastoral

Como vimos no capítulo anterior, as fontes hemerográficas dos jornais *Monitor do Sul* (1903-1913), *A Razão* (1908-1912) e *A Reforma* (1913-1917) foram e são essenciais para construirmos uma narrativa sobre a questão da reorganização da elite eclesiástica em Canavieiras, nas novas conexões de poder com a elite política de reafirmação de autoridade sobre os fiéis da Igreja e no enfrentamento ao processo de secularização da sociedade e de laicização do Estado, além da abertura para a entrada de outras denominações cristãs na cidade. O século XX, em Canavieiras, se iniciava com a promessa de a cidade adentrar os trilhos do progresso, as transformações urbanas, sociais e culturais, impondo à Igreja o papel secundário nesses rumos, mas:

> A separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais, nem suscitou um redirecionamento das políticas e dos investimentos da Igreja (Miceli, 2009, p. 26).

Assim o foco nos fiéis pertencentes à elite política foi trocado pela atenção aos fiéis leigos e trabalhadores da freguesia.

Digamos que, com esses fiéis mais pobres, mas não miseráveis, a Igreja podia contar realmente para as atividades pastorais e para compor e sustentar as novas associações religiosas, como Apostolado da Oração, Pia União das Filhas de Maria, Associação de São Boaventura, etc. Aos fiéis da elite política, a depender do padre, cabia buscar e manter boas relações com os detentores do poder oligárquico local (Miceli, 2009); e com suas famílias, para outras questões mais vultosas para a Igreja. Para a Igreja resolver o caso da antiga Igreja Matriz, quase em ruínas, e conseguir iniciar as obras de construção da nova, os padres sucessores do vigário Badaró (1889-1903)[76] não poderiam, jamais, perder a cabeça, como o caso ocorrido em 1903, conforme argumentamos no capítulo II, fazendo o vigário Badaró ter perdido a razão e, por consequência, ter sido transferido da Freguesia de São Boaventura por ordem do arcebispo da Bahia.

As palavras de ordem dos padres Bemvindo Cândido Teixeira (1903-1908), Joaquim Ayres de Almeida Freitas (1909-1911), Bertino Lelfrese Misj (1911-1912) e Justino José de Sant'Anna (1912-1924) eram diálogo, paciência, conciliação e ação. O diálogo aqui posto era para manter boas relações com a elite política, mesmo que essa elite não se mostrasse tão comprometida e bastante secularizada;

76. Refere-se ao período do paroquiato na Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, sul da Bahia.

paciência para tolerar as humilhações advindas das atitudes da elite e de populares; conciliação para poder reverter certas situações humilhantes com uma mão estendida para começar de novo; e a ação, no intuito de realizar, em Canavieiras, as determinações pastorais do arcebispado da Bahia, quanto à questão de formação de novas associações de fiéis mais comprometidas com as obras de caridade e piedade, e com a doutrina católica, através do empenho catequético dos padres, e mais obedientes à hierarquia eclesiástica, além dos padres em Canavieiras continuarem as tentativas de resolução da precariedade da antiga Igreja Matriz.

Sobre esta Igreja, apresentamos a Figura 7 ao professor doutor João Henrique dos Santos[77] (FAU/UFRJ), que nos aponta que ela foi uma construção provavelmente de fins do século XVIII ou do início do XIX, de arquitetura simples e rústica, que, com o passar dos anos, foi sofrendo alterações em sua estrutura. Isso demonstra que os padres e a população, conforme o desenvolvimento da freguesia e, posteriormente, da vila foram adaptando a igreja às mudanças e exigências do tempo. Em seu pequeno parecer técnico sobre o estilo da antiga matriz, o professor diz que:

> A tipologia original da igreja [pode] (grifo nosso) ter sido colonial-jesuítica, sendo transformada, pela reforma, em uma edificação neocolonial. A discrepar do neocolonial, encontra-se a cúpula à frente, à direita da nave, possivelmente sob a qual fica o batistério. Na reforma, a igreja ganhou praticamente um segundo pavimento, aparentemente dobrando seu pé-direito, tendo igualmente a inclusão de janelas nesse novo espaço vertical[78] (Santos, 2014).

77. Professor Adjunto II do Departamento de História e Teoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DHT-FAU-UFRJ). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8360873892439556. Acesso em: 17 maio 2025.

78. SANTOS, J. H. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: oslan@hotmail.com.br em 20 out. 2014.

A antiga Igreja Matriz foi o espaço sagrado para a religiosidade da população canavieirense até a sua total demolição em 1932 e, consecutivamente, apagamento da memória local. Missas, batizados, casamentos, festas de São Boaventura também fizeram desse espaço sagrado palco de conflitos e constrangimentos entre os padres e o povo, afinal, além de espaço sagrado, foi o principal espaço social de Canavieiras em três tempos históricos: Colônia, Império e República.

Reformada ao longo de sua existência, não mais suportava a ação do tempo e do estado de abandono, conforme citou Aguiar (1979) em relatório sobre sua visita ocorrida entre 1880-1883. No período republicano, cada vez menos havia financiamento público para sua manutenção e, quando havia, era só um paliativo de caiar de branco para deixá-la mais apresentável no período de festas.

ANTIGA IGREJA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA DE CANAVIEIRAS, BAHIA, DÉCADA DE 1920.

Cia da Notícia (s/d, on-line).

A notícia mais antiga, a partir de uma fonte jornalística, sobre a situação da antiga Igreja Matriz, devemos ao jornal *Monitor do Sul*, que noticiou, em abril de 1903, como se deu a Semana Santa daquele ano, criticando, em detalhes, a situação vergonhosa do velho templo nas celebrações da semana maior, quando os católicos fazem memória da paixão, morte e ressurreição de Cristo, ápice da fé cristã. A nota jornalística é tão assombrosa que nos indaga a perguntar se, em Canavieiras, tinha um padre e se não havia um/a único/a fiel leigo/a comprometido/a com o zelo da Igreja Matriz. O processo de secularização era uma realidade, mas o jornal dá uma versão de rompimento e abandono total ao espaço sagrado.

> **Semana Santa**
>
> A única traducção religiosa, durante toda a quaresma, de que é a população desta cidade em sua maioria catholica foi na sexta-feira santa estar em funeral o pavilhão nacional no paço municipal, nas sociedades Instructiva Educação e Recreio, Lyra do Commercio, nos navios surtos no nosso porto, em redacção e a abertura da egreja matriz.
>
> Nesta, entretanto notamos tudo quanto possa indicar o despreso e o desleixo do encarregado dos misteres[79] de zelal-a e acceial-a.
>
> Os altares não apresentava uma cobertura preta, o Senhor Morto, estava em baixo do altar Mór sem um círio acceso e para constraste no centro da egreja havia um enorme formigueiro.
>
> Tudo em abandono, a matriz de portas abertas sem ter uma pessoa que velasse pelo respeito e decoro necessários a casa de Deus a ponto de alguns moços empregados no nosso commercio infileirarem-se defronte do altar Mór, prohibindo que os fieis, os crentes depos aos pés do Senhor as offerendas do seu amor e do seu devotamento á religião do Crucificado.[80]

79. Trabalho; ofício.

A situação precária da antiga matriz era o reflexo de um grande problema existente há anos. Já se falava em construir uma nova desde a década de 1870-1880, mas o comodismo de muitos impedia o avanço de qualquer atitude para a preservação, ao menos, antiga ou de se construir uma nova. A questão da mudança do quadro político nacional desarticulou os padres através da perda da defasada côngrua que o Estado lhes pagava até o fim do Império. Sem a remuneração do Estado e com a falta de formação religiosa dos fiéis de sustentarem a Igreja e o seu pároco, foi se agravando a situação, arrefecida com a primeira visita pastoral do arcebispo D. Jerônymo a Canavieiras, em 1903, grande novidade para a população local, que, como já citamos, reanimou, por pouco tempo, o caso de se planejar alguma resolução para sanar esse problema. Com a saída do vigário Badaró, assumiu a Freguesia de São Boaventura, em julho de 1903, na festa do padroeiro São Boaventura, o cônego Bemvindo Teixeira:

> No domingo, ás 9 horas da manhã, tomou posse na egreja matriz desta freguesia o ilmo. e revmo. sr. cônego Bemvindo Cândido Teixeira que trouxe a Provisão que lhe foi concedida pelo exmo. revmo. sr. arcebispo d. Jeronymo Tomé da Silva, Arcebispo metropolitano da Bahia e Primaz do Brasil.
>
> O Cônego Bemvindo lançou convites para assistirem o acto de posse a todas as sociedades locaes, irmandades e auctoridades civis e políticas do município.
>
> Dar-lhe-ha posse o ilmo. e revmo. sr. padre Júlio Barreto, digno vigário de Belmonte.

80. MONITOR DO SUL, Ano II, n. 116, de 12 de abril de 1903, p. 2.

> - O Conego Bemvindo Teixeira tem resado as novenas ao glorioso S. Boaventura e na quinta-feira convidou aos seus parochianos para a organisação da irmandade do santíssimo Coração de Jesus.
>
> Se nos fôra permittido omiscuir nos actos ecclesiasticos, rogaríamos a s. ex. reverendíssima que procurasse organisar uma irmandade de S. Boaventura, padroeiro desta freguesia, para que esta irmandade com os auxílios e esforços de todos os paroquianos, procurasse levar avante a ideia de construção de uma nova matriz mais condigna de nosso meio e mais traductora dos nossos sentimentos religiosos; pois que quando o fizermos teremos a dita de vir pontificar a primeira missa o Arcebispo da Bahia, conforme nos prometteu quando em sua visita das officinas do Monitor do Sul e que pelo seu redactor chefe foi lançado o alvitre da confecção de um novo templo.[81]

Enquanto a questão da nova não saía do projeto, a velha matriz no largo do Paço continuava, às duras penas, servindo como o único templo para as celebrações litúrgicas na cidade. Em 1904, foi noticiada uma campanha em benefício da construção de outra igreja em Canavieiras, longe das contendas das elites, em torno da antiga matriz e da parte central da cidade. Surgiu a figura do capitão Ricardo Costa, que a oralidade apontava como grande fazendeiro de cacau, dono de muitos cativos, que trabalhavam em suas terras, mas, munido de grande piedade religiosa, havia decidido tomar parte na construção de uma nova igreja, numa parte da cidade onde os pobres pudessem frequentar, manter e dirigir suas atividades nas orações e devoções à Sagrada Família de Nazaré.

81. MONITOR DO SUL, Ano II, n. 140, de 12 de julho de 1903, p. 2.

Capellinha da Berindyba

> O esforçado cidadão Ricardo Costa, acaba de mandar imprimir uma pequena loteria em beneficio da capellinha de Jesus, Maria e José.
>
> É justo que o nosso público receba com agrado a prettenção d'este dedicado cavalheiro, para que possamos ter em breve, uma capella digna e decente, já que, por nossa incúria, não temos uma Matriz que atteste o nosso grão de cultura religiosa.[82]

A concepção da igreja da Capelinha data de 1904. Ela se localizava a 500 metros do centro urbano da cidade de Canavieiras, à época, numa localidade chamada até então de Berindiba, depois, largo da Boa Vista, hoje, simplesmente Capelinha. O *Monitor do Sul* só veio publicar outra nota sobre a Capelinha de Jesus, Maria e José três anos depois, em 1907, exaltando a iniciativa do capitão Ricardo Costa, que embora não nascido em Canavieiras, dava melhor exemplo aos nativos da terra, apontando seu empenho, embora já estivesse cansado da responsabilidade de construí-la entre 1904-1907, precisando de apoio da população para levar a obra ao seu término. Segundo a oralidade local, o sino que está na torre da capelinha foi doado pelo próprio capitão Ricardo, que reutilizou a peça na igreja, devido ao seu desuso na sua fazenda após a abolição, em 1888. Segundo dizem, o sino servia para a marcação das longas horas de trabalho dos escravos na lavoura de cacau do capitão. A nota termina com duras críticas ao povo de Canavieiras, que não tomava uma atitude de fazer a mesma coisa em favor da construção de uma nova matriz.

82. MONITOR DO SUL, Ano III, n. 267, de 02 de outubro de 1904, p. 2.

> Muito falta ainda para a conclusão della, [a Capelinha] (grifo nosso), entretanto, de vez em quando se pratica alli, na elegente igrejinha os divinos officios da religião do martyr do Calvário.
>
> Parece que nesta terra está amortecida nos corações dos fieis, a chama da religião. A matriz onde se baptisaram e se casaram um cem numero de crentes, vive a cahir aos pedaços e nem de igreja tem a forma. Entretanto, muitos e muitos que alli se habilitaram recebendo as águas lustraes do baptismo e alli receberam-se em matrimonio, occupam posições salientes, uns, tem de bens fortunas, outros. Ninguém, ninguém toma a iniciativa de transforma aquelle pardieiro num templo condigno á fama e aos foros de adeantada de que gosa Cannavieiras. E continuará assim? – não o sabemos.
>
> E o cap. Ricardo não esmorece posto que, não seja filho de Cannavieiras o cap. Ricardo já está cansado, apesar de não ter esmorecido. A capellinha que architectou é bonita, embora envolta simples.
>
> Povo canavieirense auxilie, auxilie o cap. Ricardo Costa afim de que elle tenha a felicidade de realisar seus sonhos. A capellinha de Jesus, Maria e José, não será para seu infatigável creador, mas sim para vós canavieirenses, para vossos filhos e para uma geração inteira.[83]

A situação da construção da capelinha de Jesus, Maria e José, de empenho pessoal do capitão Ricardo, foi construída inicialmente com recursos financeiros próprios, depois em campanhas de venda de bilhetes de loteria, com apoio e divulgação do *Monitor do Sul*. Não sabemos se esse apoio era pago ou não, não assinala também se houve o apoio eclesiástico do cônego Bemvindo na empreitada do capitão Ricardo. Sobre a antiga matriz, o caso de uma nova foi retomado, com uma nova intervenção do Arcebispo da Bahia, em sua segunda visita pastoral a Canavieiras, em 1908, instituindo uma nova comissão para se construir a nova Igreja Matriz:

> Em 08 de dezembro é constituída por dom Jerônimo Tomé da Silva, Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, a comissão responsável em se construir a nova Matriz da Freguesia de Canavieiras[84].

Em 9 dezembro de 1908, o jornal *A Razão* noticiou a chegada dos padres lazaristas[85] em Canavieiras, que pregariam as santas Missões na Freguesia de São Boaventura, movimentando a cidade em intensa programação religiosa. A intenção do cônego Bemvindo, com as santas Missões, foi de suscitar nos fiéis a causa de construção da nova Igreja Matriz, conscientizando-os do compromisso com a Igreja na adesão à campanha de arrecadação de fundos para o início das obras.

> **PELO CLERO**
>
> Chegaram a esta Cidade pelo vapor Marahú os reverendíssimos snrs. Padres Pedro Rocha, Manoel dos Santos Ferreira, Thiago Nathanael, Francisco Ayres de Almeida Freitas e Ignace Etienne, sendo os trez primeiros os encarregados da Santa Missão que teve começo dia 9. Visitamol-os respeitosamente. (A Razão, Ano I, n. 57, de 12 de dezembro de 1908, p. 3).

83. MONITOR DO SUL, Ano VI, n. 421, de 23 de junho de 1907, p. 1.

84. Livro de Tombo, v. 1, 1949-1960, p. 7.

85. Congregação da Missão (*Congregatio Missionis*, CM), Lazaristas ou ainda Padres e Irmãos Vicentinos, é uma sociedade de vida apostólica masculina católica fundada em Paris, em 1625, por São Vicente de Paulo (1581-1660). Estão presentes no Brasil desde 1819.

A primeira bênção da pedra fundamental ocorreu em 25 de dezembro de 1908, solenidade do Natal do Senhor, às 5 horas da tarde, como encerramento das santas Missões realizadas pelos padres lazaristas:

> Para mais de mil pessoas de todos os credos, sexos e edades acorreram ao largo Visconde do Rio Branco para com suas presenças abrilhantarem o acto tocante e divino do assentamento da primeira pedra.[86]

Com a transferência do cônego Bemvindo pelo arcebispo da Bahia em fins de 1908, não sabemos por qual motivo, o início das obras da nova matriz não foi adiante, e a antiga matriz permaneceu na mesma situação precária.

O fato pitoresco das três bênçãos da mesma pedra fundamental da nova matriz, realizadas nos anos de 1908, 1911 e 1912, consecutivamente, revelava a fragilidade de articulação impetrada pelo arcebispo da Bahia na formação de duas comissões compostas por nomes da oligarquia local, que não tinham a capacidade, ou melhor, não tinham o interesse de fazer o que o capitão Ricardo Costa estava fazendo em prol da construção da Capelinha de Jesus, Maria e José. Era só haver transferência de padre que tudo se desarticulava à espera do novo sucessor.

Nesse meio tempo, em que esmoreceu pela primeira vez o início das obras da nova matriz, em 1910, *A Razão*[87] noticiou, no mês de julho, os festejos de São Boaventura, sem nenhuma menção à situação precária da antiga matriz.

86. Livro de Tombo, v. I, p. 8.

87. *A Razão* surgiu em Canavieiras, em 1908. Declarava-se "órgam político e noticioso". Propriedade de "uma empreza" sob a gerência de João Espinheira da Costa, com a redação na Rua General Pederneiras.

Ao contrário, foi noticiada de maneira tendenciosa, o que era muito comum à época pelas relações políticas municipais, a atitude do coronel Francisco dos Santos Reis de mandar para Salvador a imagem original de São Boaventura, para que ela fosse restaurada.

> Como já está inteirado o público, a imagem do nosso glorioso padroeiro foi levada para a Bahia pelo nosso amigo e correligionário coronel Francisco dos Santos Reis que, às suas custas, mandou-a encarnar, aqui devendo estar nos últimos dias do mez de junho do corrente.
>
> Será previamente annunciado o dia em que será trasladada à sua Casa o excelso S. Boaventura, a fim de que o povo cannavieirense, sempre catholico tem parte no alludido acto.[88]

Durante o ano de 1910, mesmo com o estado precário da antiga matriz e com o início das obras da nova parada, os festejos religiosos – impulsionados pelas novas associações de fiéis da Freguesia de São Boaventura – continuavam com todo o fervor, movimentando o cotidiano pastoral e religioso da cidade. No mês de agosto, foi noticiada pelos jornais *Monitor do Sul* e *A Razão* a aquisição, na França, de uma imagem do Sagrado Coração de Jesus, encomendado pelo Apostolado da Oração para sua festa, que chegaria em breve a Canavieiras pelo porto:

> A bordo do vapor Marahú veio a bella e rica imagem do sagrado Coração de Jesus, encommendada para a Europa pela sua irmandade.
>
> A imagem do glorioso santo mede 1, 60cm e é uma obra de grande valor artístico.

88. A RAZÃO, Ano III, n. 129, de 11 de junho de 1910, p. 1.

> Parabéns as dignas senhoras e senhoritas que tomaram a rica bella ideia, o que muito vem concorrer para os nossos creditos de catholicos.[89]

Como os fiéis do Apostolado da Oração, composto mais por mulheres do que homens, conseguiram arrecadar dinheiro suficiente para pagar a aquisição da imagem do Sagrado Coração de Jesus na França – imagem de beleza significativa, existente até hoje como seu Apostolado em Canavieiras – trazida de navio até o porto de Salvador e, de lá, até o porto de Canavieiras, mas não tiveram o mesmo empenho para tentarem o restauro da antiga matriz, onde a dita imagem foi entronizada com festa de pompa, ou, até mesmo, contribuir para o início das obras de uma nova Igreja Matriz?

É inquietante tentar compreender o que havia nessa sociedade, ora mostrando sério descompromisso com a Igreja, sinais de secularização. Ao mesmo tempo, um coronel pagou todos os custos de restauro da imagem de São Boaventura em um ateliê em Salvador – o que não foi barato –, bem como uma associação conseguiu pagar todos os custos para trazer uma imagem importada da França, envolta de todo o simbolismo que isso representava para os canavieirenses, especialmente, os que pertenciam à elite, à época, Contudo, a antiga Igreja Matriz estava caindo aos pedaços. Será que, em Canavieiras, havia, realmente, dinheiro para tudo, menos para dar a Deus uma casa digna naquela cidade, como foi publicado pela imprensa? Ou será que o restauro da imagem de São Boaventura em Salvador e a aquisição da imagem do Sagrado Coração de Jesus, na França, representavam somente a disputa de egos e de ostentação do poder aquisitivo dessas figuras da elite cacaueira?

89. A Razão, Ano III, n. 129, de 11 de junho de 1910, p. 1.

Os festejos religiosos na Freguesia de São Boaventura eram a mola propulsora de movimentação dos fregueses, durante o ano todo, e intensificavam a vida em sociedade como um todo, em que os festejos religiosos serviam, principalmente, para a ostentação e as disputas entre as famílias mais ricas, lideradas pelos homens da oligarquia local, conforme verificado nos jornais *Monitor do Sul* e *A Razão*.

Conforme suas notas publicadas, anualmente eram realizados os seguintes festejos religiosos na Freguesia de São Boaventura: festa do Senhor do Bonfim e de São Sebastião (janeiro); de São José (março), mês de Maria (maio), do Sagrado Coração de Jesus (junho), de Santo Antônio na matriz e na Atalaia[90] (junho), do padroeiro do município e da freguesia São Boaventura do Poxim (julho), de Nossa Senhora da Boa Morte (agosto), de Nossa Senhora de Lourdes (setembro), de Nossa Senhora do Rosário (outubro), de Nossa Senhora da Conceição, Natal do Senhor e de Jesus, Maria e José (dezembro), incluindo também as celebrações móveis durante o ano no tempo litúrgico da Igreja Católica, como Quaresma, Semana Santa, Páscoa e *Corpus Christi*.

Em 1911, foi fundada, em Canavieiras, a Sociedade de São Vicente de Paulo, que, na cidade, adotou o nome de Sociedade São Boaventura. Conforme noticiou *A Razão*, foi essa a diretoria eleita para o comando desta sociedade: Eng. João Marques de Souza – presidente; Pharm. Clodoaldo Carvalho de Britto – vice-presidente; bacharel Ulysses M. Menezes – vice-presidente; Deoclides Garcia –

90. A notícia mais antiga publicada em *Monitor do Sul* sobre festejos de Santo Antônio na Atalaia, até agora encontrada, data de 1906. A pequena nota diz somente: "Começaram no dia 1º, na Atalaya, arraial desta cidade, as trezenas de Santo Antônio." (Monitor do Sul, Ano V, n. 367, de 03 de junho de 1906, p. 2).

secretário; e Astolpho França – tesoureiro.[91] A Sociedade São Boaventura, supostamente, foi uma sociedade masculina, criada para começar a angariar fundos para a nova matriz, pois a maioria dos nomes citados eram os mesmos que compuseram a comissão criada por D. Jerônymo Tomé da Silva em sua segunda visita pastoral em 1908. A 22 de setembro de 1911, foi realizada a segunda bênção da pedra fundamental da nova matriz de Canavieiras:

> Realizou-se dia 22 do mês passado, a cerimônia de assentamento da primeira pedra das obras da nova Matriz.
>
> Antes dessa cerimônia presidiu substancioso discurso o dr. João Marques de Souza, ilustre intendente municipal.
>
> As obras começarão logo que chegue da Capital o cimento necessário para as mesmas, que será por esses dias.
>
> Os nossos parabéns à digna Comissão e com especialidade ao Cônego Ayres de Almeida, que tem se esforçado para que seja verdade, isto, que muita gente recalcada julga uma utopia.[92]

Para impulsionar o início das obras, outra associação de fiéis foi fundada:

> Em 17 de outubro de 1911, é fundada a Irmandade de São Boaventura, com membros de ambos os sexos, com a finalidade de arrecadar fundos para a nova Matriz.[93].

91. A Razão, Ano IV, n. 168, de 22 de abril de 1911, p. 2.

92. Monitor do Sul, Ano X, n. 619, de 01 de outubro de 1911, p. 1.

93. Monitor do Sul, Ano X, n. 623, de 29 de outubro de 1911, p. 3.

O cônego Joaquim Ayres de Almeida, que tomou posse em 1909, sucedendo o cônego Bemvindo, foi transferido pelo arcebispo da Bahia da Freguesia de Canavieiras, em fins de 1911, o que resultou novamente no esmorecimento e na consecutiva paralisação do início das obras, as quais ficaram desarticuladas com a ausência de um pároco. É curioso o excesso de transferências de padres pelo arcebispo da Bahia, depois da saída conflituosa do vigário Badaró em 1903, pois não era uma prática canônica comum, já que ainda vivíamos a época do vigário colado. É provável que essas transferências tenham atrapalhado, em parte, o início das obras da nova matriz.

Padre Justino José de Santana: o inconformismo diante da letargia

Após anos de paroquiatos[94] curtos na Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, a 9 de fevereiro de 1912, tomou posse o padre Justino José de Sant'Anna (1878-1958)[95]. Padre Justino

94. Período de permanência de um pároco em uma paróquia, mediante a provisão de um bispado ou arcebispado.

95. Justino José de Sant'Anna nasceu em Aramary, município de Alagoinhas, no estado da Bahia, no dia 12 de dezembro de 1878. Em 1898, ao completar vinte anos, entrou para o seminário arquidiocesano de São Salvador da Bahia. Após o curso de filosofia e teologia, ordenou-se sacerdote no dia 1° de novembro de 1904. Foi nomeado, em seguida, vigário de Saúde de Jacobino e depois transferido para a paróquia de Barracão e Nazaré. Em 1912, foi promovido para a freguesia da Rua dos Passos em Salvador. Passou depois para a paróquia de São Boaventura de Canavieiras, mais tarde incluída na diocese de Ilhéus. Em Canavieiras, no litoral baiano, procurou também desenvolver o apostolado da imprensa, fundando e mantendo o periódico *A Verdade*. Foi aí que recebeu, em 24 de julho de 1924, o anúncio de sua eleição para bispo de Juiz de Fora. A sagração episcopal de Dom Justino ocorreu no convento dos franciscanos do Rio de Janeiro, a 20 de janeiro de 1925. Após um colapso cardíaco, veio a óbito no dia 9 de junho de 1958, seu corpo foi sepultado no mausoléu que fica embaixo do altar-mor da Catedral de Juiz de Fora, MG (Disponível em: https://arquidiocesejuizdefora.org.br/dom-justino-jose-de-santana-1924-1958/. Acesso em: 20 maio 2025).

José de Sant'Anna merece destaque neste subitem devido a sua importância para a história da Freguesia de São Boaventura. Primeiro, porque, com sua posse, o comprometimento dele para que a nova matriz saísse do papel é digno de estudo, pois, com uma sociedade secularizada, como Canavieiras vinha se apresentando entre 1903-1913, ele conseguiu contornar a letargia que contaminava os corações mais fervorosos da cidade, em apoio para a causa de uma nova matriz. Enquanto a nova não era construída, a antiga continuava servido de matriz, e foi nela que o padre Justino foi esbofeteado em plena Sexta-feira da Paixão.

Segundo o jornal *A Razão*[96], recolhida a procissão do Senhor Morto à antiga matriz na Sexta-feira Santa de 1912, foi verificado, dentro da igreja cheia de fiéis, um grupo de rapazes "namoradores" que estavam fazendo parede a fim de coagir senhoritas com as quais já havia um namorico em consenso, às escondidas dos pais das moças, obviamente. Foi apontado o nome de Jachonías Bombinho entre os rapazes. Esse jovem estava acompanhando sua namorada na igreja, enquanto havia grande número de fiéis que se apertavam em filas no interior da nave para irem venerar a imagem do Senhor Morto, que, por sinal, é uma bela obra de arte sacra ainda existente no patrimônio artístico da Freguesia de Canavieiras.

A Razão relatou que o rapaz estava no recinto sagrado somente por causa da namorada, pois se percebia que o rapaz estava aquém do ato de piedade cristã que ali acontecia, segundo a fonte. Nisto, Jachonías Bombinho se deparou com o tabelião Joaquim Ribeiro, com o qual trocou algumas palavras. A sequência do relato do jornal afirma que o tabelião Joaquim Ribeiro pediu a Jachonías o lugar dele na fila – já que ele estava na fila por estar – para que o tabelião

96. A Razão, Ano V, n. 211, de 13 de abril de 1912, p. 1-2.

e sua família fossem beijar os pés da imagem do Senhor Morto, em sinal de veneração pela Sagrada Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo. Jachonías se irritou com isso, e o padre Justino interveio tentando acalmá-lo, pedindo, com muita educação, para que ele deixasse as famílias se aproximarem do esquife do Senhor Morto, levando-o, segundo a fonte, "suavemente pelo braço o conduziu até a sacristia". Jachonías sentiu-se humilhado e constrangido de sair assim, levado pelo braço por padre Justino na frente de sua namorada.

O resultado foi que Jachonías saiu da antiga matriz revoltado com padre Justino, achando que o vigário o humilhou perante sua namorada, e foi levado para casa pelas suas irmãs. Chegando em casa de cabeça quente, voltou à antiga matriz, esperou o esvaziamento da igreja e ficou à porta da sacristia do lado de fora da igreja. Quando padre Justino ia saindo, Jachonías, transtornado, surpreendeu pulando em cima do vigário e ferindo seu rosto com um soco, "banhado em sangue o padre apenas murmura – mais soffreu Christo".[97] Jachonías foi pego por populares que ainda estavam aos arredores da antiga matriz, escapou deles, mas terminou preso. O jornal usa de um tom de lamento ao dizer que

> [Esse][98] infeliz moço, que não mediu a extensão do seu crime que veio entristecer sua família e um povo inteiro, acabando com as festas sacras e offendendo a moral de um dia consagrado ao grande e extraordinário acontecimento do Calvário. É o caso de dizermos como o Grande Mestre: <<Perdoae-lhe Senhor, não soube o que fez>>.[99]

97. A Razão, Ano V, n. 211, de 13 de abril de 1912, p. 1.

98. Grifo nosso.

99. A Razão, Ano V, n. 211, de 13 de abril de 1912, p. 1.

Na madrugada da noite de Sexta-feira da Paixão para o Sábado de Aleluia, parece que ninguém dormiu em Canavieiras, espantados com a agressão física sofrida pelo padre Justino. A confusão causada por Jachonías Bombinho tirou a paz e envergonhou a todos. Parece que, nesta situação, o espírito secularista que influía os canavieirenses no início do século XX foi arrefecido. Segundo as fontes, houve grande comoção e solidariedade ao padre Justino. Uma multidão se reportou à casa dele até mais de três horas da madrugada, prestando-lhe atendimento médico, dando atenção e tributando uma espécie de desagravo coletivo.

O jornal relatou que foram à casa do vigário pessoas de ambos os sexos e de várias classes sociais, pois, de pobre a rico, todos estavam perplexos e envergonhados por Canavieiras ter servido de cenário para um padre ter sido agredido num dia tão sagrado para a fé católica. No livro de tombo paroquial, o padre José Gonçalves de Oliveira, em 1949, comenta sobre este caso de 1912:

> Diga-se o que quizer, porém a voz do povo é a voz de Deus: depois que o Pe. Justino José de Sant'Anna foi esbofeteado dentro da Matriz no dia de sexta-feira da Paixão, indo para a Sacristia com o rosto lavado de sangue, nunca mais Canavieiras teve a satisfação de ter um vigário que se ambientasse e vivesse longos anos em seu seio. Praz a Deus, que o sangue de Pe. Justino seja semente de almas fervorosas que com o seu zelo e amor de Deus apaguem esta mancha que tem a paróquia apezar de não ter sido Canavieiras o berço do sacrílego.
>
> Depois da saída do Pe. Justino, esta tem sido a média: de quatro em quatro anos um vigário.[100]

100. Livro de Tombo, v. I, 1949-1960, p. 11.

Após o fato escandaloso ocorrido em Canavieiras ter chegado ao conhecimento do arcebispo da Bahia, D. Jerônymo Thomé da Silva, na cidade do Salvador, ele decretou a interdição canônica da antiga Igreja Matriz de Canavieiras por tempo indeterminado. Dias e dias depois, os canavieirenses, ainda comovidos com o ato de violência contra o vigário, continuavam a manifestar apoio a este numa tentativa de amenizar a situação constrangedora.

Quase dois meses depois, D. Jerônymo revogou a interdição canônica da antiga matriz, que voltou a abrir as portas para o culto divino. Aproximava-se a solenidade de *Corpus Christi*, e o padre Justino tratou de aproveitar a ocasião festiva para realizar a bênção da terceira e definitiva pedra fundamental da nova matriz, no dia 6 de junho de 1912, como encerramento da procissão de *Corpus Christi* daquele ano. Logo após, saiu uma nota em *A Razão*.

> Já se acham bem adiantados os alicerces da nossa Matriz, uma das mais palpitantes necessidades d'esta terra, para que demonstremos ardentemente o nosso amor à religião do Crucificado.
>
> Esperamos que o povo cannavieirense, de accôrdo com suas forças, vá concorrendo para que não estacionem as obras do novo Templo.[101]

Padre Justino publicou no *Monitor do Sul* de 14 de julho de 1912 um apelo aos canavieirenses no dia da festa de São Boaventura, padroeiro do município, aproveitando o espírito de conciliação e de sensibilidade que havia na população católica para com ele, e

101. A Razão, Ano V, n. 217, de 15 de junho de 1912, p. 2.

tentou suscitar nos fiéis também o sentimento de compromisso e de pertença à causa da construção da nova Igreja Matriz.

> A religião pede um altar, e o altar exige um templo; e vós, Cannavieirenses, não tendes um templo! que vergonha para nós!... A necessidade de um templo digno, em que se adore o Deus verdadeiro em Cannavieiras, se impõe de tal forma, que dispensa qualquer encarecimento. Apello pois, para vossos sentimentos de dignidade, de civismo, de religião; auxiliae ao vosso parocho em empreza tão grande![102]

"Em que se adore o Deus verdadeiro em Canavieiras" é uma indireta explícita do padre Justino contra o protestantismo, já presente na cidade de Canavieiras, com a fundação da Igreja Presbiteriana em 1906, e o início da construção de seu templo a partir de 1909. Havia aí um espírito de recalque do padre Justino com os presbiterianos, os quais, muito fiéis à causa de sua Igreja, já estavam construindo um belo templo próprio em uma das principais vias urbanas da cidade, enquanto ele implorava aos católicos, mal acostumados com o extinto padroado régio e, ao mesmo tempo, que se secularizavam e defendiam a laicização do Estado e a liberdade que isso compreendia. Começaram então a aderir à construção da nova Igreja Matriz, comovidos com o maltrato que o padre havia recebido dois meses antes, na Sexta-feira da Paixão; e interessados, principalmente, na autopromoção social que essa elite política e econômica iria lucrar em reconhecimento e prestígio, tendo seus nomes entre os doadores de recursos financeiros, amplamente estampados na primeira página dos jornais.

102. MONITOR DO SUL, Ano XI, nº 651, de 14 de julho de 1912, p. 2.

Com o terreno cedido, ainda sem documentação, pelo patrimônio público municipal, através do intendente[103] e engenheiro civil, João de Deus Ramos (1912-1915), padre Justino iniciou a construção dos alicerces na nova matriz, com as pedras doadas pelos moradores do Rio Pardo, em 1911. Não sabemos ao certo quem foi o engenheiro responsável pelo projeto arquitetônico da nova Igreja Matriz, atribuímos ao engenheiro e coronel Augusto Peltier, devido ao envolvimento de seu nome em todo o processo construtivo. Em sessão ordinária da Câmara Municipal, foi votada a resolução que oficializou a doação do terreno em que estava sendo construída a nova Igreja Matriz:

> **Resolução nº 191 de 8 de Julho de 1912.** (Doando á matriz que se está construindo 30 m2 de frente e 121 de fundo).
>
> O Engenheiro João de Deus Ramos, Intendente deste Município de Cannavieiras etc.
>
> Faço saber a todos os seus munícipes que o Conselho Municipal deliberou e eu mandei publicar e cumprir, sob nº 191, a seguinte resolução. Gabinete da Intendência Municipal da cidade de Cannavieiras, 14 de Julho de 1912.
>
> ---- João de Deus Ramos.
>
> O Conselho Municipal de Cannavieiras resolve:
>
> **Art. 1º** Fica concedido como doação à matriz que se está edificando nesta cidade 30 m2 de frente e 121 de fundo de terreno de patrimônio deste Munici-

103. O coronelismo, como fenômeno político e social, está enraizado no município e na atribuição de poderes paramilitares a particulares. A Câmara Municipal historicamente esteve restrita às pessoas consideradas "qualificadas", desde a Colônia, para o Império. A República seguiu os mesmos passos, acrescentando um órgão executivo: a intendência, primeiro, e, depois, a prefeitura, em 1930, como no caso da Bahia (Ribeiro, 2001, p. 90).

pio assim limitado: frente para Oeste, olhando para a Praça 15 de Novembro, tendo por alinhamento do lado Norte, o edifício da S. Philarmonica 25 de Maio, ficando os fundos para a Rua Ruy Barbosa.

Art. 2º Revogam-se as disposições ao contrário.

Em sessão 8 de Julho de 1912.

(Assignados) Joaquim dos Santos Botelho, Casimiro Aderne e Alcides Costa. Publique-se e cumpra-se. Cannavieiras, 8 de julho de 1912. O Intendente (assignado) João de Deus Ramos.

Nesta Secretaria da Intendência Municipal de Cannavieiras, foi publicada, em 11 de Julho de 1912, sob nº 191, a presente resolução e *transcript* no 1º livro de registro e deliberações do Conselho.

O Secretário João Evangelista de Oliveira[104].

Em novembro do mesmo ano, padre Justino fundou a Associação das Senhoras Auxiliadoras da construção da nova Igreja Matriz de São Boaventura; e publicou, na edição n. 670, de 24 de novembro de 1912, do *Monitor do Sul*, o estatuto que ele mesmo havia elaborado. Essa Associação de senhoras, conforme seu estatuto, previa de cada associada uma quantia em réis na entrada e uma mensalidade com valores fixos, previstos para serem pagos em três anos. Previa ainda uma série de regalias às associadas que fossem fiéis ao compromisso previsto no mesmo estatuto, no artigo 5º.

ART. 5º PRERROGATIVAS DAS SENHORAS AUXILIADORAS

§ 1º Toda a Senhora Auxiliadora terá direito aos primeiros logares, especialmente nas tribunas da Nova Matriz.

104. MONITOR DO SUL, Ano X, n. 653, de 25 de julho de 1912, p. 1.

§ 2º Toda vez que fôr madrinha em baptizado terá direito a repique.

§ 3º Fallecendo, será encomendada gratuitamente na Matriz, tendo direito a 15 dobres.

§ 4º Toda a Senhora auxiliadora, no fim do 3º anno, terá o seu nome escrito no livro das beneméritas[105].

O problema foi que as obras da construção da nova matriz duraram mais que os três anos previstos no estatuto, reforçando a tese de que seu projeto original foi alterado e reduzido no tamanho do que seria o templo, como a oralidade em Canavieiras narrava. A nova matriz não possui as ditas tribunas na nave central, comuns às igrejas do estilo colonial e neocolonial. Existem somente duas no pavimento superior das duas sacristias direita e esquerda, ladeando o presbitério da nova e atual matriz. Atualmente estão sem acesso, após as escadas de madeira que davam acesso a cada uma terem sido retiradas em reformas anteriores.

Essa Associação de senhoras da elite e de famílias da oligarquia local foi um grupo importante, pois deu a essas mulheres certo protagonismo, ao aceitarem fazer parte da associação fundada pelo padre Justino. Também seus nomes foram publicados nos jornais[106], dando-lhes reconhecimento e prestígio diante da Igreja e da cidade. Essa Associação deu origem ao grupo das Senhoras Canavieirenses, que atuou durante o século XX como principal noiteira da festa de São Boaventura, sendo responsável pela compra e doação de diversos objetos litúrgicos para a Igreja Matriz, como oferta do grupo em homenagem a São Boaventura em seus festejos anuais.

105. MONITOR DO SUL, Ano XI, n. 670, de 13 de novembro de 1912, p. 3. Texto na íntegra no Apêndice D.

106. Ver Apêndice E.

Ter feito parte desse grupo seleto de senhoras em Canavieiras atribuía a essas mulheres um status de elevada importância na cidade, à época. Através da religião, elas experimentavam certo protagonismo na sociedade pelos cargos exercidos na Igreja. Com isso, consecutivamente, fortalecia o nome do marido e da família no meio político, através do trabalho pastoral na Igreja, abrindo espaço para seus maridos e homens da família na participação das atividades religiosas durante a festa do padroeiro, a fim de obterem, somente, prestígio social e político no espaço eclesiástico.

Foi o laicato feminino dentro da Igreja, no início do século XX, quem aderiu, em grande maioria, à formação de novas associações de fiéis, contribuindo financeiramente para a manutenção dos grupos e da freguesia, coordenando os trabalhos de grupo como presidentes dessas associações, ajudando a elite eclesiástica a realizar as novas práticas pastorais determinadas pela Igreja, embora, de contraponto, caso surgisse em uma moça o desejo de se consagrar ao serviço mais radical, somente caberia a ela a vida religiosa consagrada, ou seja, ser uma irmã, uma freira, já que, na hierarquia eclesiástica, como permanece até hoje, só se é permitido aos homens ingressar e serem ordenados. O espaço feminino na Igreja foi se ampliando a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que continuou a não permitir a ordenação sacerdotal para mulheres, mas reconheceu a importância do papel, da presença e do protagonismo feminino no laicato da Igreja.

Em janeiro de 1913, surgiu outro jornal em Canavieiras – *A Reforma* – que se declarava um "órgão do governo municipal". Em seu n. 2, de 22 de janeiro de 1913, publicou:

> Para o prosseguimento da construção do bello templo que servirá de nossa Cathedral, os ceis. Frederico Müller e Francisco Ferreira dos Santos Reis acabaram de offerecer 10 mil tijollos, sendo que o segundo deu mais 5000, em nome de seus filhos.
>
> Bonito exemplo a ser imitado, pois, os que isto fazem, receberão, naturalmente as bênçãos dos céos e admiração do povo.[107]

Outro aspecto da nota revela o que representava para a elite política a doação de recursos para a construção da nova matriz. Além do nome publicado, o jornalista exalta o feito e atribui ao gesto o recebimento de benesses espirituais. pois "receberão, naturalmente, as bênçãos dos céos"; e sociais, "e admiração do povo". A obtenção de maior prestígio e reconhecimento social valia para os membros dessa elite política muito mais que o prejuízo causado ao seu patrimônio pessoal, ao efetuarem vultosas doações para as obras de construção da nova matriz em andamento.

No caso da atual Igreja Matriz de São Boaventura do Poxim, inaugurada em 1932, a oralidade local usou da narrativa de que o seu projeto original previa uma igreja maior do que a que foi construída, com uma nave central bem maior, onde seriam inseridas colunas nas laterais da nave criando, no andar superior, galerias ou tribunas de ambos os lados. Isso era previsto como privilégio para as "Senhoras Auxiliadoras" no estatuto escrito pelo padre Justino em 1912, caso elas contribuíssem fielmente pelos três anos previstos para se concluir a obra, o que não ocorreu. Dias depois, o *Monitor do Sul* noticiou:

> Brevemente recomeçarão com actividade as obras da nova Matriz, para o que muito tem se esforçado o rvmo. padre Justino José de Sant'Anna, vigário d'esta Freguezia.[108].

107. A REFORMA, Ano I, n. 2, de 22 de janeiro de 1913.

108. MONITOR DO SUL, Ano XII, n. 680, de 26 de janeiro de 1913, p. 2.

Durante o ano de 1913, foram publicados, em o *Monitor do Sul*, diversos artigos de apelos à conscientização dos fiéis católicos à causa da nova Igreja Matriz, às vezes, divididos e publicados em duas partes, devido à extensão dos textos, em apoio à causa defendida pelo padre Justino.

A nova matriz

> [...] Cannavieiras, a bella Princeza do Sul, que deve caminhar na vanguarda de suas irmans, no tocante ao magno assumpto, de que nos occupamos hoje, está muito aquém das demais cidades do sul do Estado.
>
> Se tem um magnifico edifício, onde funciona a Intendência Municipal[109]; uma boa cadeia[110], onde estão recolhidos os infratores da lei, para o desaggravo da justiça, e bem estar da sociedade, um matadouro e outros edifícios bem como um hospital feito por iniciativa particular, se o illustrado Dr. João de Deus Ramos, nosso prestimoso chefe acaba de firmar um contracto na Capital Federal, contracto este vantajoso para este município, e que trará incalculáveis melhoramentos, para esta localidade como sejam: caes, esgotto, agua, luz elétrica, matadouro modêlo e prédios escolares, e que só a bôa e tenáz vontade do incansável intendente, levaria isso a effeito; se boa marcha vão tendo os negócios municipaes, bem como a orientação política local, graça á actvidade e zelo do Cel. Antônio Nunes, que tem agido de mutuo accordo com ele, Dr. Ramos; precizo se faz que lancemos as nossas vistas para a Matriz em construção porque para nós catholicos, é de urgente necessidade a sua conclusão. [...]
>
> (Monitor do Sul, Ano XII, n. 691, de 20 de abril de 1913, p. 1).

109. Ver fotografia no Anexo B.

110. Ver fotografia no Anexo C.

Segundo consta na breve biografia do padre Justino, no sítio da Arquidiocese de Juiz de Fora, MG, em Canavieiras, ele fundou o periódico paroquial *A Verdade*, do qual, infelizmente, não encontramos nenhuma edição nos arquivos pesquisados na Bahia e no Rio de Janeiro. Padre Justino seguiu o incentivo do Papa Leão XIII (1878-1903) para que a Igreja, no mundo inteiro, exercesse o apostolado da boa imprensa[111]em combate aos inimigos da fé católica. A Igreja no Brasil aderiu ao incentivo do pontífice com grande afinco. Dioceses, freguesias, ordens, congregações religiosas e as novas associações de fiéis foram fundando e publicando pelo Brasil afora jornais com conteúdo catequético e em defesa da moral católica. Em Canavieiras, o padre Justino, em seus artigos, frisava, principalmente, a negligência e o comodismo dos católicos daquela época em relação ao empenho de prover com donativos financeiros a construção da nova Igreja Matriz. Por vezes, a imprensa de Canavieiras, em apoio à Igreja, republicava os textos de autoria do padre Justino, originalmente publicados no seu jornal paroquial.

Continuava o artigo em apoio à causa da nova Igreja Matriz, artigo assinado por um certo *Araray*, talvez um pseudônimo usado por alguém que queria denunciar a letargia dos católicos de Canavieiras sem comprometer seu nome na cidade, onde, ao que parece, tudo levava a fogo e a ferro em relações sociais complexas, em que

111. "A liderança eclesiástica intensificou a sua política em defesa da criação de uma imprensa que estivesse a serviço da defesa da moral, da ética e da fé cristãs. Neste sentido, passou a incentivar a comunidade católica a que dedicasse seus esforços na difusão e preservação de um jornalismo que defendesse e propagasse a verdade católica (a boa imprensa), em combate a um jornalismo que cada vez mais disseminava a irreligião e a imoralidade (a má imprensa)" (Amaral, 2014, p. 206).

pequenas contendas se transformavam em intensas e calorosas brigas. Assim apresentou uma proposta de doação financeira dos mais aos menos ricos da cidade como prova de fidelidade ao catolicismo em tempos de secularização.

> [...] E porque nós, que nos dizemos catholicos, não devemos ter um templo com proporções ao nosso meio, se contamos com tenáz vontade do padre Justino Sant'Anna, vigário d'esta freguezia?
>
> E' precizo que nós Cannavieirenses ajudemos ao bom vigário a levar a effeito a obra que emprehendeu.
>
> Não há necessidade de muito sacrifício, basta a boa vontade. Os ricos concorrendo com cinco mil réis mensaes, os menos ricos dois mil réis, e os demais mil réis.
>
> Se todos os catholicos concorrerem com o óbulo acima estipulado teremos uma verba mensal superior a quatro contos de réis e a obra é concluída em pouco mais de um anno.
>
> E' este o apello que fizemos de nossa humilde tenda de trabalho ao religioso – Cannavieirense – Um óbulo para os trabalhos da nova Matriz.[112]

O papel da imprensa de Canavieiras no processo construtivo da nova Igreja Matriz revelou-se em apoio incondicional à causa assumida pelo padre Justino. Apesar de todo esse empenho, os corações dos homens poderosos de Canavieiras cada vez mais se mostravam indiferentes, como já dito acima, eles somente se aproximavam da Igreja nos festejos do padroeiro da cidade, no período de 5 a 14 de julho, para fins eleitoreiros e para demonstrarem seu

112. MONITOR DO SUL, Ano XII, n. 691, de 20 de abril de 1913, p. 1. Artigo na íntegra no Apêndice F.

alto prestígio aos demais correligionários[113]. Sobre o dia da festa de São Boaventura naquele ano, assim foi noticiado:

> A Egreja Matriz ostentava bella e vistosa decoração interna feita com arte, gosto e capricho. A' tarde teve logar a procissão sahindo unicamente a imagem do orago São Boaventura em rico e luxuoso andor, acompanhada de várias irmandades e grande massa do povo, percorrendo as principais ruas da cidade, recolhendo à noite, quando teve logar o offerecimento, que terminou com a benção do Santíssimo Sacramento.[114]

Além dos festejos da Igreja, foram noticiados também os festejos de largo. Houve apresentações de grupos, naquele período chamado de "folclóricos", remetendo à cultura afro-brasileira, numa representação de costumes do passado, como se a população negra da cidade não tivesse sua própria cultura, utilizando o espaço público de festa, mesmo sendo da festa da Igreja, para tomarem também parte do evento e festejarem à sua maneira. A redação da nota pareceu de sentido dúbio, escrito para ser lido pela elite política, econômica e branca local. Resta-nos saber se as apresentações causaram boa impressão aos poderosos de Canavieiras.

> A distincta philarmonica <<Lyra do Commercio>> compareceu não só à missa pela manhan como a

113. "As festas religiosas foram largamente utilizadas pelas famílias como instrumento ideológico. Os santos da devoção familiar, venerados nas capelas de suas propriedades, tinham seus novenários organizados pela parentela, para os quais eram abertas subscrições pela imprensa local e contavam com a presença dos moradores dos povoados e fazendas vizinhas que, no período, articulavam e renovavam compromissos entre si. Os novenários eram datas marcantes na vida social do município, sendo frequentados, não somente pelos parentes e vizinhos, como por autoridades municipais e importantes correligionários políticos" (Ribeiro, 2001, p. 95).

114. MONITOR DO SUL, Ano XII, n. 702, de 14 de julho de 1913, p. 1.

procissão à tarde sempre tocando boas peças de seu vasto repertório.

Além das manifestações internas do culto, outras manifestações houveram salientando-se a exhisbição de quilombos ou mocambos dos habitantes primitivos das selvas brasílicas e recomposição dos negros dos Palmares chefiados por Zumbi o que executaram com graça e algum espírito danças, actos e scenas praticadas em tempos idos[115].

Logo após os festejos de São Boaventura, a preocupação se voltava para as obras da nova Igreja Matriz em construção. É publicado, em o *Monitor do Sul*, a prestação de contas da arrecadação e despesas das obras da nova Matriz, de abril a julho do mesmo ano[116]. Ainda nesse mesmo número, foi publicado o ingresso de mais 30 novas associadas nas Senhoras Auxiliadoras, exceto o nome de outras sete Auxiliadoras, que não foram publicadas na lista por padre Justino, porque foram enquadradas na pena do art. 6. §1. e único do estatuto. Foram trinta senhoras que aderiram à Associação, segundo a lista do padre Justino, mas os nomes foram sequenciados fora da ordem alfabética[117]. Pressupomos que a ordem foi definida de forma decrescente para focar o valor da doação e o grau de envolvimento de cada senhora na Associação, a partir de critérios do próprio padre.

A proposta de doação financeira dos mais para os menos ricos para a Igreja não deu certo, assim como a vida útil da Associação das Senhoras Auxiliadoras, que não cumpriu o seu propósito estatutário nos três anos, que inicialmente o padre Justino previa para que a nova matriz fosse construída, concluída e inaugurada. Arrastaram-se longos vinte anos e, com falta de recursos e de adesão dos fiéis, principalmente os mais ricos, a obra foi paralisada diversas vezes, por longos períodos. A antiga Igreja Matriz continuava sendo usada e era a igreja dos ricos, enquanto a Capelinha de Jesus, Maria e José, construída pelo capitão Ricardo Costa, era a igreja dos pobres em Canavieiras.

A Capelinha passou a ser usada para o culto divino a partir de 1907, mas não tinha sido concluída ainda, faltava a construção da torre, que também demorou a ser concluída, e não sabemos em qual ano se deu a conclusão dela.

Nem os presbiterianos escaparam da letargia canavieirense para os assuntos de religião. O templo deles começou a ser construído em 1909, mas o acabamento só foi concluído em 1952, quando a torre ficou pronta. Como não nos debruçamos sobre o processo construtivo do templo presbiteriano, não podemos afirmar o porquê da demora de 43 anos para sua conclusão, mas, em relação aos católicos de Canavieiras, os presbiterianos era um grupo bem menor de fiéis, não tendo comparação.

A antiga Igreja Matriz teve que suportar mesmo escorada por madeiramento por fora, já que sua estrutura foi ainda mais abalada na enchente do Rio Pardo em 1914, quando as águas turvas do rio alcançaram a marca de um metro e meio em suas paredes laterais de taipa[118]. Escaparam de avarias somente a fachada e a torre, construídas de tijolos e cimento, das inúmeras reformas e modificações sofridas durante o século XIX. Ao menos neste caso de Canavieiras, a elite eclesiástica penou muito para reerguer o

115. MONITOR DO SUL, Ano XII, n. 702, de 14 de julho de 1913, p. 1. A transcrição da nota de o *Monitor do Sul* está conforme a grafia original.

116. Ver Apêndice G.

117. Ver Apêndice H.

118. A ÉPOCA, Ano III, n. 549, de 29 de janeiro de 1914, p. 4.

patrimônio da Igreja, para conseguir um bom sustento para o pároco e se reafirmar enquanto um poder constituído e reconhecido pelos fiéis na cidade.

Ainda em 1913, ocorreria um grande avanço para o fortalecimento da elite eclesiástica na região sul da Bahia. Com a criação da Diocese de Ilhéus, a Igreja conseguiu sua reorganização interna e se afirmou como outra parte do poderio na região cacaueira, tendo como comandante não um coronel, mas um bispo diocesano.

A emancipação da elite eclesiástica no sul da Bahia

Para viabilizar o crescimento e a melhor administração do extenso território da Arquidiocese da Bahia, D. Jerônymo encaminhou à Santa Sé o pedido de criação de três novas dioceses, com sede nos municípios de Barra do São Francisco, Caetité e Ilhéus. O Papa São Pio X (1903-1914) atendeu à solicitação da divisão por D. Jerônymo e, através da bula *Majus Animarum Bonum*, de 20 de outubro de 1913, criou as três novas dioceses, sendo a de Ilhéus, segundo Campos (2006), considerada a mais importante, devido à potência da monocultura cacaueira. Isso contribuiu para a rápida formação do patrimônio da cúria, já que era de grande interesse da elite política do munícipio de Ilhéus e região a instalação de um bispado na cidade.

Dado esse fato, aprofundamos o significado da criação de uma diocese, para que ela serve e o que muda no cotidiano de uma sociedade quando a Igreja Católica se faz presente com um bispado. Para fundamentarmos nossa argumentação, utilizamos textos importantes da Igreja, como os documentos do Concílio Vaticano II, promulgado pelos Papas São João XXIII (1958-1963) e São Paulo VI (1963-1978), entre 1962-1965; e também o Código de Direito Canônico, promulgado pelo Papa São João Paulo II (1978-2005), em 1983. Vejamos o que nos diz o Decreto *Christus Dominus*, do Concílio Vaticano II, sobre a noção de diocese:

> Diocese é a porção do Povo de Deus, que se confia a um Bispo para que a apascente com a colaboração do presbitério, de tal modo que, unida ao seu pastor e reunida por ele no Espírito Santo por meio do Evangelho e da Eucaristia, constitui uma Igreja particular, na qual está e opera a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica.[119]

A partir desse pressuposto apostólico, D. Jerônymo Thomé da Silva já não dava conta das inúmeras paróquias sob o seu pastoreio, ou seja, fugia dos objetivos aos quais uma diocese se propõe nos documentos da Igreja. A reforma territorial na Arquidiocese de São Salvador da Bahia, que, até 1910, compreendia os territórios dos estados da Bahia e de Sergipe, era, por fim, necessária e benéfica para a administração eclesiástica e o crescimento espiritual da Igreja na Bahia, pois:

> Cân. 381 § 1. Compete ao Bispo diocesano, na diocese que lhe foi confiada, todo o poder ordinário, próprio e imediato, que se requer para o exercício de seu múnus[120] pastoral, com exceção das causas que forem reservadas, pelo direito ou por decreto

119. Documentos do Concílio Vaticano II, 1997, p. 248.

120. Múnus: tarefa, dever obrigatório de um indivíduo; encargo, obrigação (Houaiss, 2008, p. 1981).

> do Sumo Pontífice, à suprema ou a outra autoridade eclesiástica.
>
> § 2. No direito, equiparam-se ao Bispo diocesano os que presidem a outras comunidades de fiéis mencionadas no cân. 368[121], a não ser que outra coisa se depreenda pela sua natureza ou por prescrição do direito.[122]

D. Jerônymo, primeiramente, aventou a possibilidade de planejar a criação da Diocese de Aracaju, tão necessária para bem atender à Igreja em Sergipe. Foi o primeiro intento do arcebispo com o apoio da Nunciatura Apostólica no Brasil, rumo a uma reorganização interna, mais eficaz, de sua arquidiocese após separação do Estado. Com o apoio da elite política e oligárquica da capital sergipana, conseguiu doações para a formação do patrimônio da cúria e a viabilidade financeira mínima para prepararem a posse do primeiro bispo, ocorrida em 4 de dezembro de 1911.

> Com a expansão dos fiéis católicos da Igreja Particular da Bahia, a qual Sergipe estava sob jurisdição eclesiástica durante três séculos, o 21° Arcebispo de São Salvador da Bahia, Dom Jerônymo Tomé da Silva, em sintonia com a Nunciatura Apostólica do Brasil, promoveu a criação da diocese de Aracaju, junto à Santa Sé Apostólica. E foi assim que no dia 3 de janeiro de 1910, o Santo Padre Pio X (Giuseppe Melchiore Sarto, hoje São Pio X) gloriosamente reinante, criou a supradita diocese pela bula *Divina*

121. Cân. 368 As Igrejas particulares, nas quais e das quais se constitui a una e única Igreja Católica, são primeiramente as dioceses, às quais, se equiparam, não constando o contrário, a prelazia territorial, a abadia territorial, o vicariato apostólico, a prefeitura apostólica e a administração apostólica estavelmente erigida (Código de Direito Canônico, 1983, cap. I, p. 29-30).

122. Código de Direito Canônico, 1983, cap. I, p. 30.

> *Disponente Clementi*, abrangendo todo o Estado de Sergipe.[123]

Com o projeto de criação da nova Diocese de Aracajú concluído e realizado, D. Jerônymo continuou com o intento de reorganizar sua ainda imensa arquidiocese, agora restrita ao território do estado da Bahia. Diversas visitas pastorais para as cidades de Barra, Caetité e Ilhéus foram realizadas no intuito de arregimentar apoio das oligarquias locais para a formação do patrimônio da cúria e para os preparativos das posses dos primeiros bispos, caso as respectivas cidades aderissem à campanha. Diferentemente do que ocorria em Canavieiras sobre o difícil caso da nova Igreja Matriz em construção, em Ilhéus, a oligarquia local não mediu esforços para conseguir para a Igreja o que lhes havia sido pedido, pois um bispado em Ilhéus seria de grande utilidade para os coronéis[124], que queriam ver Ilhéus reconhecida na Bahia e no Brasil como um forte polo político e econômico, e com a diocese, eclesiástico também. Nas Atas da Sé Apostólica, consta o texto na íntegra das freguesias atribuídas à nova Diocese de Ilhéus, a partir de 1913:

123. A Igreja particular de Aracajú. Disponível em: https://www.arquidiocesedearacaju.org/institucional. Acesso em: 22 maio 2025.

124. "O coronelismo se insere em uma relação de reciprocidade entre as oligarquias estaduais. No comando do esquema está o governador e o grupo estadual por ele representado, intermediário das benesses do governo federal aos municípios. Todavia, os coronéis não tinham uma atitude passiva diante do Estado, devido a sua relativa autonomia econômica, baseada na propriedade fundiária e no predomínio comercial, menos dependentes dos vínculos creditícios do Império; os grandes fazendeiros de cacau dispunham de pessoal próprio, os jagunços e trabalhadores, imprescindível para sustentar a pressão contra seus inimigos políticos em seu território eleitoral. O coronel na República Velha simboliza uma forma *sui generis* de delegação do poder público no campo do poder privado. O coronel organizava a política e complementava a administração pública no município dentro de um partido único estadual tumultuado na base eleitoral. Essa base municipal dividia-se em grupos antagônicos, em que não raras eram as dissidências internas" (Ribeiro, 2001, p. 95-96).

Nosso Santíssimo Senhor, o Papa Pio X, por decreto da sagrada Congregação Consistorial:

Dia 20 de outubro de 1913, dividiu, por solicitação do próprio arcebispo, o extenso território da diocese do Santíssimo Salvador da Bahia no Brasil em quatro partes, criando três novas dioceses: Barra, Caetité e Ilhéus.

Atribuiu à diocese de Ilhéus as paróquias de Ilhéus, Olivença, Canavieiras, Belmonte, Santa Cruz, Porto Seguro, Vila Verde, Trancoso, Nossa Senhora de Lourdes do Angelim, Prado, Alcobaça, Caravelas, Vila-Viçosa, S. José de Porto Alegre, Itabuna, Barra do Rio de Contas, Marahú, Barcellos, Camamu, Igrapiuna, Santarém, Nova Boipeba, Boipeba Velha, Cayrú, Taperoá, Serapuhy, Guerem, e Valença.[125]

Devido às condições limitadas dos meios de comunicação do início do século XX, a notícia da criação das novas dioceses de Barra, Caetité e Ilhéus só veio ao conhecimento de D. Jerônymo Thomé da Silva por ofício do Núncio Apostólico no Brasil, no Rio de Janeiro, datado de 26 de dezembro de 1913, que o avisava estar de posse da bula de criação das três novas dioceses. D. Jerônymo, imediatamente, expediu uma circular avisando aos vigários das freguesias de Ilhéus, Caetité e Barra o fato ocorrido:

AOS REVMOS. SNRS. CONEGO JOSÉ EVARISTO DE GÓES BITTENCOURT, VIGÁRIO DE ILHÉUS, PADRE LUIZ PINTO BASTOS, VIGÁRIO FORANEO DE CAETITÉ, E FREI ANGELO QUINTANA, VIGÁRIO DA BARRA DO RIO GRANDE.

Bahia, 31 de dezembro de 1913.

125. Atas da Sé Apostólica, 1913, p. 548-549.

Com grande prazer, levo ao conhecimento de V. Rvmª. que, por ofício de 26 deste mez, comunicou-me o Exmº e Rvmº. Srº Núncio Apostólico achar-se de posse da Bulla de erecção das três novas Dioceses projectadas neste Estado da Bahia: Ilhéus, Caetité e Barra do Rio Grande.

Por este acto da Santa Sé, que foi um grande beneficio a todos os habitantes do território dessa nova Diocese, dou a V. Rvmª., à digna Commissão incumbida de preparar o patrimônio e a todo o povo, cordiais e sinceros parabéns.

Como tenho a necessidade de saber o que já se acha feito com relação a esse Bispado, cirva-se V. Rvmª. de me informar de tudo.

Creio que não demorará a nomeação do Bispo. Torna-se, pois, urgente fazer-se o possível a fim de poupar a ele o dissabor de achar por fazer, cousas a que, com boa vontade, não seria difficil providenciar.

Estou certo de V. Rvmª. e digna Commissão redobrarão de esforços para que possa o Prelado receber dahi a grata impressão de que se acha no meio do povo digno da distincção com que acaba de honra-lo a Santa Sé.

Deus Guarde e Abençoe a V. Rvmª.

+ JERONYMO, Arcebispo da Bahia.

Mais de dois meses se passaram da data de criação das novas dioceses até que a esperada notícia chegasse ao conhecimento do povo de Ilhéus, Caetité e Barra, que, através da comissão nomeada por D. Jerônymo, em cada uma dessas cidades, trabalhava para angariar fundos para a formação do patrimônio do novo bispado. A criação da diocese de Ilhéus era um fato consumado e impulsio-

nado por D. Jerônymo. A comissão nomeada por ele, agora, tinha pouco tempo até a nomeação do primeiro bispo para organizar todo patrimônio até sua posse. Enquanto a Santa Sé não nomeava e marcava a posse dos novos bispos, D. Jerônymo foi nomeado administrador apostólico das dioceses de Barra, Caetité e Ilhéus, ou seja, continuava sob o comando dele a organização interna das novas dioceses.

A Diocese de Ilhéus, de fato, foi instalada com a posse do primeiro bispo D. Manoel Antônio de Paiva[126], ocorrida a 8 de agosto de 1915. Na Figura 8, típica fotografia da elite eclesiástica no início do século XX, evidencia-se a hierarquia da Igreja dentro do clero: sentado ao centro, o bispo com sua cruz peitoral, ladeado pelos padres com cargos eclesiásticos em seu governo pastoral, como o chanceler da cúria diocesana, o secretário particular do bispo, o vigário-geral da diocese, o cura da catedral-matriz de São Jorge dos Ilhéus, o ecônomo diocesano, o reitor do seminário diocesano. Os padres que estão em pé são os párocos das freguesias que formavam a diocese de Ilhéus. Lembremos que, na fotografia em questão, só estão os padres seculares da diocese, pois os padres regulares, ligados às ordens e congregações, embora presentes na diocese de Ilhéus nesse recorte, não participaram da fotografia em questão.

Sobre o padre Justino José de Sant'Anna, identificado na fotografia em pé, atrás do bispo, ao lado esquerdo da imagem do Sagrado Coração de Jesus, pertencia ao clero da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, sendo transferido para a Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, em 1912, quando passou a

126. Ver Anexo E.

integrar o clero da nova Diocese de Ilhéus, em 1913. Permaneceu em Canavieiras até 1924, quando foi eleito primeiro bispo da recém-criada Diocese de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

Seu desempenho frente à causa de se construir uma nova Igreja Matriz para Canavieiras e ter conseguido deixá-la faltando somente o acabamento chamou a atenção da Nunciatura Apostólica e, com a anuência do Bispo de Ilhéus, D. Manuel Antônio de Paiva, foi o indicado ao episcopado para a Igreja no Brasil, sendo eleito Bispo pelo Papa Pio XI, nomeado para assumir o bispado de Juiz de Fora, onde tomou posse em 1925.

Portanto, D. Justino José de Sant'Anna foi o primeiro padre da Diocese de Ilhéus eleito Bispo da Igreja. Em Juiz de Fora, seu maior feito também foi ter reconstruído e ampliado a catedral de Santo Antônio, movimentando os diocesanos na região em prol da causa e conquistando o respeito de zeloso pastor e de admiração de suas ovelhas mineiras.

Voltou a Canavieiras, a convite de seu sucessor na Freguesia de São Boaventura do Poxim, o padre Antônio de Siqueira Granja, pároco de 1925 a 1938, responsável pelo término e acabamento das obras da nova Igreja Matriz, para presidir a celebração da missa de dedicação do templo, em 5 de julho de 1932, com a autorização do Bispo de Ilhéus, D. Manoel Antônio, que cedeu a seu colega no episcopado a honra de dedicar a Deus a nova Igreja Matriz de São Boaventura, que ele tinha se esforçado em construir entre 1912 e 1924. Depois desse episódio, retornou outras vezes a Canavieiras para celebrações de festas da Igreja. Faleceu ainda no exercício do episcopado em Juiz de Fora, em 1958, aos 80 anos, sendo sepultado na nova catedral que ele mesmo tinha reconstruído.

D. MANOEL ANTÔNIO DE PAIVA E SEU CLERO DIOCESANO DE ILHÉUS, EM 1916.

Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus, recolhida pelo pesquisador em 2012.

O fato da criação, em 1913, e da instalação da Diocese de Ilhéus, em 1915, com a posse do primeiro Bispo D. Manoel Antônio, conferiu à elite política da região cacaueira um contato mais próximo com um bispo da Igreja, o que era visto com muita predileção pela elite política e econômica, que contemplava, na realidade de ser uma sede diocesana, o coroamento da força e do prestígio político dos coronéis de Ilhéus e região. Por outro lado, a Igreja via-se contemplada, por perceber da elite política e econômica da região cacaueira o reconhecimento de seu poder eclesiástico, configurando-se como uma elite paralela e poderosa, com força de mando e de protagonismo nas relações. Agiu para recuperar seu prestígio, ameaçado com a instauração do regime republicano no Brasil, com

a laicização do Estado, com o processo de secularização da sociedade, da perda da hegemonia religiosa, com a abertura constitucional de liberdade de culto às outras denominações cristãs e de outros credos no país.

Com a República, perdeu a hegemonia religiosa, mas continuou a ser a maior denominação cristã, com a qual a população mais se identificava na prática e profissão de fé. No campo político, foram preservadas as relações do Estado brasileiro com a Santa Sé, antes mesmo da assinatura do Tratado de Latrão, em 1929, pelo qual:

> Reconhecia a independência e a soberania da Santa Sé, fundando o Estado da Cidade do Vaticano, e a Concordata, que definia as relações civis e religiosas na Itália entre a Igreja e o Governo italiano"[127].

A representação diplomática da Santa Sé no Brasil – a Nunciatura Apostólica, com sede no Distrito Federal – manteve sua autonomia preservada, após separação da Igreja e do Estado brasileiro, independente de qual regime de governo estivesse no comando da República do Brasil, efetivando as liberdades e autonomias institucionais que a elite eclesiástica vinha lutando para gozar desde o Império[128]. A causa da elite eclesiástica continuava em reaver os bens sequestrados do patrimônio da Igreja, que, desde a implementação da República, tinha sido tomado pelo Estado em longos

127. 11 de fevereiro de 1929 - Os 91 anos do Tratado de Latrão. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2020-02/11-fevereiro-1929-91-anos-tratado-de-latrao.html. Acesso em: 20 maio 2025.

128. Autonomia regida e atualizada pelo Acordo Brasil – Santa Sé, de Decreto n. 7.107, de 11 de fevereiro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

entraves judiciais, que durariam por várias décadas a fio, tendo o uso da imprensa como principal veículo de comunicação para convencimento das massas católicas, em prol da causa de recuperação patrimonial da Igreja em diversas dioceses de todas as regiões do Brasil.

Considerações Finais

Apresentamos possibilidades de novos olhares sobre o problema de pesquisa em História, o qual perseguimos desde a graduação, continuada na pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Buscamos consolidar novas vertentes, como no caso das contendas entre a elite eclesiástica e a elite política local, para resolver a questão da antiga matriz e a construção de uma nova na cidade de Canavieiras, em meio ao processo de secularização e laicização.

Mais uma vez, apontamos que as fontes hemerográficas e fotográficas foram indispensáveis para escrevermos este trabalho. Embora tenhamos ficado devendo maior aprofundamento sobre os conceitos do processo de secularização e laicização, temos a consciência de que tais conceitos mudaram o rumo da interpretação que pretendíamos fazer, deram novo rumo à pesquisa em desenvolvimento sobre a continuidade dos estudos sobre a elite eclesiástica no Brasil na primeira República.

Com o recorte deste livro, iniciado em 1880, nosso intuito no capítulo I foi apresentar a fotografia como fonte histórica, mesmo sabendo que entre nós, historiadores, isso não tem nada de inédi-

to, mas acreditamos que ainda se faz necessário lembrar que, na historiografia, fotografia não é ilustração, é fonte. E, a partir das quatro fotografias produzidas por Dantas Photo, no ano de 1880, relacionamos com o relatório de descrições práticas da Província da Bahia, de Durval Vieira de Aguiar, sobre a Imperial Villa de Cannavieiras.

Em uma argumentação primária, foi impulsionado pelo ineditismo do tema dissertado no capítulo I, pelo menos em relação à tipologia das fontes documentais – fotográfica e escrita – sobre Canavieiras no século XIX. O relatório e a obra completa de Durval Vieira de Aguiar, por ser uma obra esgotada, caíram no esquecimento; e as fotografias de Dantas Photo passaram a ser conhecidas em Canavieiras no final da década de 1990, quando a região do porto grande da cidade, defronte ao Rio Pardo, foi revitalizada pelo governo da Bahia entre 1998 e 1999, transformando em sítio histórico, fomentando e fortalecendo o turismo, a partir do conceito de preservação do patrimônio histórico local.

Muitas dessas fotografias de fins do século XIX até a primeira metade do século XX serviram para arquitetos e engenheiros reaverem os traços originais do casario, das ruas e praças, no afã de compor o novo sítio histórico. Assim, os casarões da região do porto da cidade de Canavieiras, que, no passado, serviram de comércio da cidade e de armazéns de compra e venda de cacau, passaram a ser bares e restaurantes sofisticados, espaços culturais de exposição fotográfica permanente, com ajuntamento de acervo de móveis, porcelanas, pratarias, na tentativa de recompor uma residência de um coronel do cacau no início dos novecentos. Quem gostou dessa recuperação cenográfica foi a TV Globo, que utilizou o sítio histórico em duas de suas produções na teledramaturgia brasileira, inspiradas nas obras de Jorge Amado: *Porto dos Milagres*[129] (2001) e *Gabriela*[130] (2012).

Segundo o relatório de Durval Vieira de Aguiar sobre a situação da Villa de Cannavieiras, apresentado aqui somente no que tangia à questão urbana, sanitária e de construções da vila, percebemos quão era insípido o cotidiano dos habitantes de Canavieiras nesse período, e como demorou para haver os primeiros melhoramentos urbanos daquela simples vila, que iria obter o título de cidade em 1891. Percebemos, pela documentação estudada, que realmente o título de cidade, nesse aspecto, não era sinônimo de qualidade de vida, de expansão urbana, de acesso a boas habitações pela maioria da população.

A cidade era para um pequeno e seleto grupo, a elite, que sim promoveu as primeiras transformações urbanas, a partir dos anos 1910, para sua própria benesse, o que não é uma novidade. Para o povo em geral, até hoje, como em muitas cidades Brasil afora, a realidade é de vila mesmo.

A história da imprensa em Canavieiras se revela fator determinante para compreendermos aquela sociedade de início de século. Foi a fonte que trouxe muitas repostas à larga lacuna que havia e ainda há sobre a história urbana e religiosa da cidade de Canavieiras, história esta somente possível devido ao trabalho da imprensa local no século XX, com seus jornais e fotografias guardados e esquecidos há mais de um século, resistindo ao desgaste do tempo e tornando-se importante instrumento de pesquisa para a historiografia da região cacaueira da Bahia.

129. Disponível em: http://teledramaturgia.com.br/porto-dos-milagres/. Acesso em: 20 maio 2025.

130. Disponível em: http://teledramaturgia.com.br/gabriela-2012/. Acesso em: 20 maio 2025.

As relações de poder entre a elite eclesiástica, a elite política dos velhos coronéis, tão pertinente ao afã em busca do progresso, da modernidade das cidades, e a Igreja inconformada com a situação imposta, buscavam contornar esses problemas em negociações com a outra elite para consolidar sua organização institucional no pós-República.

Perseguimos, desta vez, dar nome e voz a esses membros da elite eclesiástica, como D. Jerônymo Thomé da Silva (1894-1924), padre Justino José de Sant'Anna (1912-1924) e D. Manoel Antônio de Paiva (1915-1929), como exemplos de bispos e padres da Igreja que, além do púlpito e do altar, tinham traquejos políticos para recuperarem o patrimônio sucateado da Igreja, herdado pelo descaso do governo da Província da Bahia e continuado pela indiferença dos políticos republicanos.

No caso pesquisado na cidade de Canavieiras, a questão foi resolvida na base da barganha, como acordo entres as partes. Como mais um sinal de reestruturação da administração eclesiástica da Igreja no Brasil, a Santa Sé criou a Diocese de Ilhéus, além de mais duas no interior da Bahia, em 1913, dando foros de emancipação à elite eclesiástica no sul da Bahia, trazendo para mais perto da realidade a figura rara do bispo diocesano, evento que os baianos só podiam ver na cidade de São Salvador.

No intuito de melhor completar o conhecimento dessas figuras eclesiásticas e de alguns exemplares arquitetônicos da cidade de Canavieiras, elaboramos nove anexos de imagens e textos, pelos quais, almejamos, contribuir para melhor contextualizar o nosso trabalho.

"Eu já contei uma história, uma história de espantar..."
(Jorge Amado, em *Terras do sem-fim*)

Referências

FONTES ESCRITAS

AGUIAR, D. V. de. Canavieiras**.** *In:* **Descrições práticas da Província da Bahia:** com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979. p. 273-275.

ATAS DA SÉ APOSTÓLICA (1913). Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus, Bahia.

ATOS DO GOVERNO DO ESTADO REFERENTES ÀS FREGUESIAS DA BAHIA (1890-1896). Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

D. JERÔNYMO THOMÉ DA SILVA. Circular de 31 de dezembro de 1913. Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus, Bahia.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE SÃO BOAVENTURA DO POXIM DE CANAVIEIRAS (DIOCESE DE ILHÉUS, BAHIA), v. 1, 1949-1960.

OLIVEIRA, J. G. de. **Crônica histórica da Diocese de Ilhéus.** 1967, 3p.

PEDERNEIRAS, I. V. **Relatórios sobre a exploração do rio Pardo e Colônia Militar do Mucuri (1849-1852)**. Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DA BAHIA. **Documento de petição da comissão encarregada de promover o conserto da igreja matriz da *Villa de Cannavieiras* (1886).** Acervo do Arquivo Público da Bahia.

Fontes fotográficas

ADAM, V. J. de V. de L. **Mapa da Província da Bahia (1857).** Acervo digital do Arquivo Nacional do Brasil.

ANTIGA Igreja Matriz de São Boaventura de Canavieiras, Bahia, década de 1920. Cia da Notícia, s/d, on-line.

CASA de Câmara e Cadeia Pública de Canavieiras. Tabu *On Line*, Canavieiras, Bahia.

DANTAS PHOTO. **Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua do Fogo, 1880.** Acervo de Paulo Simões, Canavieiras, Bahia.

DANTAS PHOTO. **Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua do Brejo, 1880.** Acervo de microfilmagem de site extinto da Prefeitura Municipal de Canavieiras, Bahia.

DANTAS PHOTO. **Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua de São Boaventura, 1880.** Acervo de Paulo Simões, Canavieiras, Bahia.

DANTAS PHOTO. **Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua da Praça, 1880.** Acervo de Paulo Simões, Canavieiras, Bahia.

DOM Manoel Antônio de Paiva, 1º bispo da Diocese de Ilhéus, BA, entre 1915-1929. Disponível em: https://congregacaomaria-napst.webnode.pt/products/primeiro-bispo-de-ilheus-dom-manoel-antonio-de-paiva-de-1915-a-1929-/. Acesso em: 20 mai. 2025.

DPS. **D. Sebastião Monteiro da Vide.** 5º arcebispo da Bahia (1707-1722). MOTT, 2010, p. 41.

MOURRANHY, T. 50 anos de fundação do Apostolado da Oração da Freguesia de São Boaventura do Poxim (1953). **Livro de Tombo da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras**, BA, v. 1, 1949-1960.

MOURRANHY, T. **Paço Municipal de Canavieiras (1930)**. Acervo de Vicente Tedesco, Canavieiras, Bahia.

MOURRANHY, T. **Vista parcial da vila de Jacarandá, em 1910, no município de Canavieiras, BA, às margens do Rio Pardo**. Disponível em: http://ilhadecanavieiras.blogspot.com. Acesso em: 20 mai. 2025.

PRAÇA do Paço e a antiga Igreja Matriz de São Boaventura, Canavieiras, décadas 1920-1930. Acervo de Senhorita Ritinha Stolze (*in memoriam*), Canavieiras, Bahia.

RIBEIRO, O. C. Propaganda da Emulsão de Scott, tendo a indicação, o testemunho e bênção de D. Ricardo Casanova y Estrada, médico e arcebispo da Guatemala. **Monitor do Sul**, Ano X, n. 595, 12 de março de 1911, p. 2. Acervo de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Salvador, Bahia.

RIBEIRO, O. C. Propaganda do xarope Bromil, do Laboratório Daudt & Lagunilla, do Rio de Janeiro, que doou lote do medicamento para as ações sociais de D. Cláudio José, arcebispo de Porto Alegre, RS. **Monitor do Sul**, Ano XII, n. 677, 5 de janeiro de 1913, p. 3. Acervo de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Salvador, Bahia.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

- A ÉPOCA. Rio de Janeiro, DF, Ano III, n. 549, de 29 de janeiro de 1914.
- A RAZÃO. Canavieiras, BA (1908-1912).
- A REFORMA. Canavieiras, BA (1913-1917).
- DIÁRIO DA BAHIA. Salvador, BA, ano XXXV, n. 234, 19 de outubro de 1889.
- MONITOR DO SUL, Canavieiras, BA (1903-1913).
- PEQUENO JORNAL. Salvador, BA, ano III, n. 561, de 16 de janeiro de 1892.

Bibliografia

AGUIAR, D. V. de. **Província da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979. p. 273.

AMADO, J. **Terras do sem-fim**. Posfácio de Miguel Sousa Tavares. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 270 p.

AMARAL, W. V. Apostolado da Boa Imprensa: contribuições das Filhas de Maria na imprensa católica (Pernambuco, 1902-1922). **Escritas**: Revista do Colegiado de História Câmpus de Araguaína, v. 6, n. 1, 2014. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1435/8228. Acesso em: 20 maio 2025.

APOSTOLADO DA ORAÇÃO. Disponível em: https://aomej.org.br/historia, Acesso em: 20 maio 2025.

ARAGÃO, A. F. M. de. **A Bahia e seus governadores na República**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, UEFS Editora, 2010. 716p.

AZZI, R. **A Sé Primacial de Salvador** – A Igreja Católica na Bahia. v. 2. Petrópolis: Vozes, 2001. 543p.

A IGREJA PARTICULAR DE ARACAJÚ. Disponível em: https://www.arquidiocesedearacaju.org/institucional. Acesso em: 20 maio 2025.

BARBOSA, Y. A.; AMBRÓZIO, J. C. G. **A cidade e o progresso**: considerações sobre os impactos da ideologia do progresso no espaço urbano do século XIX. Disponível em: file:///C:/Users/Adm/Documents/UFCG%20Mestrado%20Hist%C3%B3ria%202020-2022/Disserta%C3%A7%C3%A3o/17984-Texto%20do%20artigo-75453-1-10-20160819.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.Acesso em: 20 maio 2025.

BARROS, J. D'A. **A fonte histórica e seu lugar de produção.** Petrópolis: Vozes, 2020. 274p.

CALDAS, José Antônio. **Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759.** Salvador: Tipografia Beneditina, 1961 (Edição fac-símile).

CAMILO, R. A. L. **A Teologia da Libertação no Brasil**: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

CAMPOS, J. da S. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus, BA: Editus, 2006. p. 422.

CANABARRO, I. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 31, n. 2, p. 23-39, 2005. DOI: https://doi.org/10.15448/1980-864X.2005.2.1336. Acesso em: 20 maio 2025.

CARITA, R. **Arguim**. Disponível em: https://aprenderamadeira.net/article/arguim. Acesso em: 20 maio 2025.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. 197 p.

CHARTIER, R. **A história cultural** – entre práticas e representações. Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL; Bertrand Brasil, 1990, 244 p.

CNBB. Conferência Nacional de Bispos do Brasil. **Nota de esclarecimento "A Igreja católica não faz barganhas",** de 06 de junho de 2020. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Nota-de-Esclarecimento-CNBB-Comunica-c%CC%A7a%CC%830-Signis-e-RCR.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

CÓDIGO de Direito Canônico (1983). Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.

gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

COSTA, A. **Canavieiras, sua história e sua gente** (lendas e festas). 2. ed. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2014. 175p.

COSTA, L. (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II** (1962-1965). São Paulo: Paulus, 1997. 733p.

DE BONI, L. A. **Boaventura:** filósofo, teólogo e místico. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016. 268 p. Disponível em: https://www.editorafi.org/008deboni. Acesso em: 20 maio 2025.

DOM Jerônymo Tomé da Silva. Disponível em: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JTSilva.html, Acesso em: 20 maio 2025.

DOM Justino José de Sant'Anna (1924-1958). Arquidiocese de Juiz de Fora, Juiz de Fora: MG, s/d. Disponível em: https://arquidiocesejuizdefora.org.br/dom-justino-jose-de-santana-1924-1958/, Acesso em: 20 maio 2025.

DOM Manoel Antônio. Disponível em: https://congregacaomarianapst.webnode.pt/products/primeiro-bispo-de-ilheus-dom-manoel-antonio-de-paiva-de-1915-a-1929-/, Acesso em: 20 maio 2025.

FISCHER, B. **18 de julho de 1870.** (18/07/2019)**.** Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/1870-papa-%C3%A9-declarado-infal%C3%ADvel/a-319592. Acesso em: 20 maio 2025.

G1. **Brasil registra 722 mortes por Covid em 24 horas**; média móvel tem tendência de queda pelo 2º dia seguido. Disponível em: Disponível em https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/02/26/brasil-tem-722-mortes-por-covid-em-24-horas-media-movel-tem-tendencia-de-queda-pelo-20-dia-seguido.ghtml. Acesso em: 20 maio 2025.

GUEDES, P. H. M. Q. A nova história do poder político e a cultura política. *In:* CAVALCANTE NETO, F. T.; GUEDES, P. H. M. Q.; SANTOS NETO, M. G. (Orgs.). **Cultura e poder político:** historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2012. p. 25-46.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. 553p.

LUCA, T. R. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-153.

MAGALHÃES, W. **Pastores da Bahia**. Salvador: Organização Odebrecht, 2001. 194p.

MATTOS, C. de. **Cancioneiro do cacau.** Ilhéus, BA: Editus, 2015, 304 p. Disponível em: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2016/cancioneiro_do_cacau.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

MATTOSO, K. M. de Q. **Bahia no Século XIX:** uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAUAD, A M. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material, v. 13, n. 1, p. 133-174, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000100005. Acesso em: 20 maio 2025.

MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890-1930. São Paulo: Companhia da Letras, 2009. 213p.

MONTEIRO, C. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **Métis**, Caxias do Sul, RS, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/781/545. Acesso em: 20 maio 2025.

MOTT, L. **Bahia**: inquisição & sociedade. Salvador: Edufba, 2010. 294 p. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1028/1/BAHIA_Inquisi%C3%A7%C3%A30esociedade.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

RIBEIRO, A. L. R. **Família, poder e mito**: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001. 168p. Disponível em: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais/familia-poder-mito.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

RIBEIRO, O. C. ***"Mais soffreu Christo"*: o caso de agressão contra o Padre Justino José de Sant'Anna na Freguesia de Canavieiras, Bahia, pelo jornal "A Razão" (1912) In: XVI Encontro de História da Anpuh-MS; XX Semana de História da UEMS; V Seminário do ProfHistória da UEMS. Anais eletrônicos. Amambaí; Campo Grande, MS: Editora dos Autores, 2022, p.574 – 583. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1uMmWOx7Wp6yQ0b81gS_gglKTUJWv7v-4/view. Acesso em: 23 maio 2025.

RIBEIRO, O. C. Percursos da Igreja Católica no sul da Bahia: formação, consolidação e transformações da diocese de Ilhéus (1913-1978). *In*: MACÊDO, J. R. (Org.). **Diocese de Ilhéus:** 100 anos de História. v. 1. Ilhéus, BA: Editus, 2013. p. 17-56. Disponível em: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/diocese_ilheus.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

RIBEIRO, O. C. Transformações urbanísticas na Bahia: a demolição da capela de São Sebastião em Ilhéus e da antiga Igreja Matriz de São Boaventura em Canavieiras (1927-1932). *In*: VI SEMANA DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS, 2016, Goiânia, GO. **Anais [...]**. Disponível em: http://eventos.ifg.edu.br/7semanadehistoria/wp-content/uploads/sites/31/2018/02/Oslan-Costa-Ribeiro.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

RIBEIRO, O. C. **Relatório fotográfico da *Imperial Villa de Cannavieiras* pela Província da Bahia (1880-1883)**. *In*: FRANÇA, D. M. C.; FERREIRA, J. J. L. (Orgs.). **Fotografia, História e Ensino**: olhares e reflexões do/no percurso. Campina Grande, PB: Uiclap, 2021. p. 325-352.

RIBEIRO, O. C. **Religião, transformação, conflitos e festas**: a história da freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras. Ilhéus, BA: Editus, 2021. 208 p.

RIBEIRO, O. C.; MACÊDO, J. R. A imprensa baiana no discurso de uma moderna cidade: o protagonismo dos jornais na construção da nova Igreja Matriz de São Boaventura em Canavieiras – Bahia (1903-1917). **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, PR, v. 4, n. 4, p. 2398-2417, 2020. DOI: https://doi.org/10.34115/basrv4n4-019. Acesso em: 20 maio 2025.

RIBEIRO, O. C. **118 anos do AO da Paróquia de São Boaventura, Canavieiras, BA**. Mensageiro do Coração de Jesus. São Paulo: Loyola, p. 49, 2021. (Versão impressa).

RODRIGUES, L. F. **Da supressão à "Restauração" (1773-1814)**: a Companhia de Jesus, entre continuidade e descontinuidade. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5756-luiz-fernando-rodrigues. Acesso em: 20 maio 2025.

SANTOS, I. S. **Igreja Católica na Bahia**–a reestruturação do Arcebispado Primaz (1890-1930). 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humana, Universidade Federal da Bahia, Salvador -Bahia, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11259/1/Dissertacao%20Israel%20Santosseg.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

SANTOS, J. H. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por oslan@hotmail.com.br em 20 out. 2014.

SATLER, F. A. "**Santo Antônio de Arguim"**. *In*: Base de Dados BRASILHIS: Redes pessoais e circulação no Brasil durante o período da Monarquia Hispânica (1580-1640). Disponível em: https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/9026. Acesso em: 20 maio 2025.

SCHWARCZ, L. M. As marcas do período; População e sociedade**.** *In:* SCHWARCZ, L. M. (Org.). **A abertura para o mundo (1889-1930)**. História do Brasil Nação: 1808-2010. v. 3. Rio de Janeiro; Madrid: Objetiva; Fundación Mapfre, 2012. p. 19-84.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. A Primeira República e o povo nas ruas**.** *In*: SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. (Orgs.). **Brasil: uma biografia.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 318-350.

SOIHET, R. **A subversão pelo riso:** estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 198p.

SOUSA JÚNIOR, J. P.; RIBEIRO, O. C. (Orgs.). **A pesquisa em história por meio das fontes hemerográficas**. Belém: Cabana, 2021. p. 114-146. Disponível em: https://www.editoracabana.com/_files/ugd/e2a408_c100905145ad4a91a76807c9d90575f6.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

SOUZA, L. E. S. e. **O dogma da infalibilidade.** (09/04/2021). Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-04/o-dogma-da-infalibilidade.html. Acesso em: 20 maio 2025.

STEFFEN, C. J. M. **Igreja e Direito Canônico**–a dimensão jurídica do mistério da Igreja. 2014. Dissertação (Mestrado em Teolo-

gia)–Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014. p. 81-82. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5886/1/459184.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

VATICAN NEWS. 11 de fevereiro de 1929. 91 anos do Tratado de Latrão. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2020-02/11-fevereiro-1929-91-ans-tratado-de-latrao.html. Acesso em: 20 maio 2025.

VIEIRA, D. G. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. 409p.

WANDERLEY, A**. O Prefeito Pereira Passos (1836-1913) e o Fotógrafo Augusto Malta (1864-1957)**. Rio de Janeiro: Brasiliana Fotográfica, 2017. Disponível em: http://brasilianafotografica.bn.br/?p=7566. Acesso em: 20 maio 2025.

WEBER, M. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 335p.

Apêndices

Apêndice A – Propaganda da Emulsão de Scott, tendo a indicação, o testemunho e a bênção de D. Ricardo Casanova y Estrada, médico e arcebispo da Guatemala, no jornal Monitor do Sul, de Canavieiras, BA, em 1911.

Ó Illmo. e Revmo. Sr. Arcebispo de Guatemala Bemdiz os Inventores
DA
Emulsão de Scott
DR. DOM RICARDO CASANOVA Y ESTRADA
ARCEBISPO DE GUATEMALA

Monitor do Sul, Ano X, n. 595, 12 de março de 1911, p. 2.

Apêndice B – Propaganda do xarope Bromil, do Laboratório Daudt & Lagunilla, do Rio de Janeiro, que doou lote do medicamento para as ações sociais de D. Cláudio José, arcebispo de Porto Alegre, RS, onde o mesmo testemunha, em carta de agradecimento ao proprietário João Daudt, a doação e a eficácia do produto.

Rouquidão? Bromil

O Arcebispo D. Claudio José

aconselha o Bromil

Escreve-nos o Arcebispo de Porto Alegre, Dom Claudio José:

O Snr. João Daudt me havendo offerecido bom numero de frascos de Bromil, fui distribuindo com os pobresinhos, com os seminaristas, e sempre com vantagem, esse salutar remedio. Causou-me admiração a rapida cura do seminarista Silvio, filho do fallecido Francisco Vicente Dias, que soffria desde a mais tenra edade, e com dous frascos de Bromil ficou perfeitamente curado.

Porto Alegre, 8 de Junho de 1912.

† Claudio José, Arcebispo de P. Alegre.

O Bromil é um peitoral efficaz para curar bronchites, coqueluche, asthma, rouquidão e tosse. Por suas propriedades notaveis, desentôpe o peito, faz expellir o catarrho, allivia os pulmões, fazendo cessar o chiado da tosse.

Laboratorio Daudt & Lagunilla, Rio.

Monitor do Sul, Ano XII, n. 677, 5 de janeiro de 1913, p. 3.

Apêndice C - Texto integral da carta da população de Canavieiras em repúdio ao Vigário Badaró, publicada em MONITOR DO SUL, Ano II, N° 124, de 10 de maio de 1903, p. 1.

Permita v. exa. Que não revolvamos factos que, devem permanecer no olvido e até porque nos dirigindo a v. exa. Que observou de visu o estado da Egreja de Cannavieiras e bem assim os paramentos a mesma pertencentes e queixas lhe foram feitas por pessoas de inteiro conceito, não precisam usar de uma acusação formal a pessoa do revmo. Vigário Badaró.

Basta que mais uma vez saiba v. exa. rvma. que, parte d'esta população que há oito annos não transpunha o adro da Matriz d'esta Cidade, ali fôra, com a estada de v. exa. aqui, nas sopedaneas áras as ablatas de seu amor.

Si hontem exmo. sr. metade ou terça parte d'esta população retrahia-se da Egreja, hoje, podemos afirmar que umas 30 pessoas a maior parte mulheres, são as que frequentam a Egreja de Cannavieiras, e isso porque sabe o povo da injustiça de que fora victimas por parte do alludido vigário, quando no relatório apresentado a v. exa. dissera que em nenhuma parte do Brazil se accentua a falta de religião como n'esta terra e que os naturaes em numero limitado eram por índole e educação occiosos, negligente e descrentes, sendo que na maioria da população era adventícia, aventureiros vindos de todos os cantos do Paiz, attrahidos pela minas do Salôbro e pela assombrosa fertilidade do Rio Pardo e mais que reinava n'este meio social o egoísmo, o mais detestável, por isso que fazer fortuna pouco importavam os meios e era o que este povo acariciava e construía o seu único phanal, e mais ainda, que as manifestações tributadas a v. exa. não passavam de meras phantasias e outras cousas mais que deixamos de transcrever aqui.

Ora, exmo. sr. o dr. Promotor Publico d'esta comarca, Ulysses Magalhães Menezes, tem confirmado que fôra o copista do relatório libello accusatorio aos brios e á dignidade de um povo que nos estão de delirantes

ovações, a par da fé accendida nos seus corações, não medira sacrifícios para condignamente receber seu Prelado.

É o digno vigário Evaristo, da freguezia de Ilhéus, que vira o mesmo relatório e até perguntara admirado, ao autor d'elle, se o entregava a v. exa. nos termos em que o mesmo estava redigido, o que fôra confirmado pelo predito vigário Badaró, e, é finalmente o importante negociante da dita cidade, major Rodolpho Vieira de Mello quem affirma ter ouvido do padre Badaró, que as manifestações a v. exa. tributadas não passavam de palhaçadas.

Si tudo isso não bastasse é v. exa. sabedor de que no 1º dia em que foi ministrado o Santo Chrisma por v. exa., o padre Badaró retirara da salva um nikel que um fiel ali depositara e arremessara-o grosseiramente no chão e isso no Templo do Senhor e, praticado por um vigário de Jesus Christo, o que determinou geraes protestos por parte dos fieis.

Assim exmo. sr. Arcebispo, não podendo o povo de modo algum conciliar-se com o vigário d'esta Freguezia, vem com todo acatamento pedir a v. exa. a remoção do padre vigário Badaró, por ser de necessidade absoluta para bem d'esta freguesia e para que, o que v. exa. revma. nomear no sentido de dirigir os nosso destinos espirituaes possa fazer renascer a religião em Cannavieiras, ora abatida e que desde esse dia surja uma nova era de felicidades para o povo Catholico d'esta freguezia.

Confiante na vossa magnanimidade espera o povo ser attendido.

Cannavieiras, 2 de abril de 1903.

Apêndice D - Estatuto da Associação das Senhoras Auxiliadoras da construcção da nova Igreja Matriz de S. Boaventura na íntegra. Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XI, nº 670, de 13 de novembro de 1912, p. 3.

ART. 1º

§ 1º Esta Associação tem por fim empregar todos os esforços afim de que no mais breve espaço de tempo, seja construída a bella Matriz de S. Boaventura.

§ 2º Poderão fazer parte da mesma associação todas as senhoras catholicas d'esta Freguezia.

ART. 2º *OBRIGAÇÃO DAS ASSOCIADAS*

§1º e único. Cada Senhora Auxiliadora deverá, no acto da entrada, pagar a joia de 5$000131*, e 1$000 toda semana, durante o espaço de 3 annos, tempo que julgado sufficiente para a realização das obras da Matriz.*

ART. 3º *DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO*

§ 1º Esta Associação será dirigida por uma mesa composta de 6 Senhoras Auxiliadoras; sendo uma secretária, uma thesoureira procuradora e três vogaes, sob a presidência do Revmº Vigario da Freguesia.

§ 2º Essa Mesa e esses cargos serão ocupados por indicação do Revmº Vigário.

131. Lê-se cinco mil réis. Réis: Nome derivado do Real, moeda portuguesa dos séculos XV e XVI, época do achado do Brasil por Portugal. Vigorou do início da colonização portuguesa no Brasil, começo do século XVI até dia 30 de outubro de 1942, quando foi substituída pelo Cruzeiro. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/SintesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf, com modificações. Acesso em 20 maio 2025.

§ 3º Todos os mezes haverá reunião da Mesa para a bôa ordem da Associação.

ART. 4º
No fim de cada anno haverá uma reunião geral das Senhoras Auxiliadoras para a mesa administrativa dar contas de sua direcção.

ART. 5º *PRERROGATIVAS DAS SENHORAS AUXILIADORAS*
§ 1º Toda a Senhora Auxiliadora terá direito aos primeiros logares, especialmente nas tribunas da Nova Matriz.
§ 2º Toda vez que fôr madrinha em baptizado terá direito a repique.
§ 3º Fallecendo, será encomendada gratuitamente na Matriz, tendo direito a 15 dobres.
§ 4º Toda a Senhora auxiliadora, no fim do 3º anno, terá o seu nome escrito no livro das beneméritas.

ART. 6º *PERDA DAS PRERROGATIVAS*
§ 1º e único. Perderá todos os privilégios a Auxiliadora que, por qualquer motivo, não cumprir a risca o estatuto no art. 2º, § 1º e único.

ART. 7º
§ 1º Poderá reunir-se a Auxiliadora com a entrada de ..... 150$000.
§ 2º A Auxiliadora que tiver perdido os seus privilégios, poderá reavêl-os, fazendo uma nova contagem do tempo, como se tivesse de começar.

Cannavieiras, 6 de Novembro de 1912 - Padre Justino José de Sant'Anna.

Apêndice E – Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 708, de 14 de setembro de 1913, p. 3 (nomes)

1. *D. Carolina Ribeiro*
2. *D. Josepha Botelho*
3. *D. Úrsula Lima Ribeiro*
4. *D. Eulina Pinto*
5. *D. Anna Pinto*
6. *D. Angela Pereira Homem*
7. *D. Josepha Maria de Jesus*
8. *D. Belarmina de Jesus*
9. *D. Maria Brasil*
10. *D. Josephina de Aragão Ribeiro*
11. *D. Amélia Guerreiro*
12. *D. Amélia Pinheiro*
13. *D. Heduviges Ferreira*
14. *D. Josepha da Silva*
15. *D. Maria Thereza Costa*
16. *D. Maria Clara Barreto*
17. *D. Virgilia Copello*
18. *D. Theonilia Moreira Reis*
19. *D. Julia Cavalcanti*
20. *D. Theodula de Moraes Costa*
21. *D. Maria Clara de Souza Mello*
22. *D. Esther Noya*
23. *D. Jacintha Freire*
24. *D. Anna Ribeiro de Moraes*
25. *D. Florinda Archanjo Ribeiro*
26. *D. Jardelina Hespanha*

27. *D. Delmira Ribeiro Homem*
28. *D. Maria Simões Peixoto*
29. *D. Maria d'Oliveira Castro*
30. *D. Marieta Moraes Sampaio*

Apêndice F – Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 691, de 20 de abri de 1913, p. 1

A NOVA MATRIZ

A aspiração de um povo é o seu progredir, e não se queira dizer, que a religião catholica é um empecillo ao seu evoluir, porque o povo que não tem religião é um povo retrógrado.

A religião é, pois, para a sociedade, como bôa alimentação, é para o corpo.

A religião é a fonte de água pura e chrystalina humanidade vae saciar a sêde da necessidade que lhe devora a entranhas; é ella o guia seguro do náufrago que procura a salvação, quando envolto no mar tempestuoso das contrariedades da vida; é ainda a bússola que nos conduz ao ponto culminante dos nossos desejos, quando são concebidos sãos princípios da moral; é ella ainda a maviosa harmonia que nas horas dos nossos maiores dessabores e agonias, nos dá o lenitivo e consolo.

Sem religião não existe sociedade, porque a religião é o pharol seguro que guia as Nações cultas ao caminho dos seus engrandecimentos.

Mas, para que um povo seja verdadeiramente catholico, torna-se de necessidade palpitante que prove seu catholicismo.

O dizer – sou religioso – não é prova sufficiente; é preciso comprovar seu dito, não basofiando, mas peremptoriamente, com positivos.

Os habitantes dessa bôa terra (com honrosas excepções) se dizem catholicos, mas são catholicos indiferentes ou curiosos.

Isto não pode servir para o fim a que nos propomos.

Cannavieiras, a bella Princeza do Sul, que deve caminhar na vanguarda de suas irmans, no tocante ao magno assumpto, de que nos occupamos hoje, está muito aquém das demais cidades do sul do Estado.

Se tem um magnifico edifício, onde funciona a Intendência Municipal; uma boa cadeia, onde estão recolhidos os infratores da lei, para o desaggravo da justiça, e bem estar da sociedade, um matadouro e outros edifícios bem como um hospital feito por iniciativa particular, se o illustrado Dr. João de Deus Ramos, nosso prestimoso chefe acaba de firmar um contrato na Capital Federal, contracto este vantajoso para este município, e que trará incalculáveis melhoramentos, para esta localidade como sejam: caes, esgotto, agua, luz elétrica, matadouro modêlo e prédios escolares, e que só a bôa e tenáz vontade do incansável intendente, levaria isso a effeito; se boa marcha vão tendo os negócios municipaes, bem como a orientação política local, graça á actvidade e zelo do Cel. Antônio Nunes, que tem agido de mutuo accordo com ele, Dr. Ramos; precizo se faz que lancemos as nossas vistas para a Matriz em construção porque para nós catholicos, é de urgente necessidade a sua conclusão.

Já dissemos em princípio; um povo que não tem religião, não pode evoluir, mas para que possamos provar nosso amor, e zelo pela religião que professamos, precizo se faz ter-se um templo digno do nosso meio para nelle celebrarmos as festas em honra ao Altíssimo Deus, e também ao nosso excelso Padroeiro S. Boaventura.

Devemos ter um templo, onde possamos render os nossos louvores ao Omnipotente; devemos ter um templo que prove não só aqui, mas fóra d'aqui, o nosso amor, acatamento e respeito á religião do Crucificado.

E' attrahente, fascinante, a religião do Martyr do Golgotha, porque o seu estandarte no qual se lê Paz, Amor e Caridade foi desfraldado no cimo do calvário pelo Filho de Deus, que se offereceu em holocausto para reunir a humanidade.

Lecção grandiosa e sublime que prova o grande amor que nos devota o Creador.

E porque nós, que nos dizemos catholicos, não devemos ter um templo com proporções ao nosso meio, se contamos com tenáz vontade do padre Justino Sant'Anna, vigário d'esta freguezia?

E' precizo que nós Cannavieirenses ajudemos ao bom vigário a levar a effeito a obra que emprehendeu.

Não há necessidade de muito sacrifício, basta a boa vontade. Os ricos concorrendo com cinco mil réis mensaes, os menos ricos dois mil réis, e os demais mil réis.

Se todos os catholicos concorrerem com o óbulo acima estipulado teremos uma verba mensal superior a quatro contos de réis e a obra é concluída em pouco mais de um anno.

E' este o apello que fizemos de nossa humilde tenda de trabalho ao religioso – Cannavieirense – Um óbulo para os trabalhos da nova Matriz.

Araray

Apêndice G – Receita e despeza das obras da Nova Matriz de 1º de Abril a 31 de Julho de 1913. Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 708, de 14 de setembro de 1913, p. 2.

RECEITA

Extracção de 6 series de loteria	278$800
Bilhete nº 508 da série KK	50$000
Resultado líquido de 10 Leilões	377$880
Commendador Umbelino Gonçalves	500$000
Bolsa dos domingos	65$850
Associação das Sras. Auxiliadoras	336$000
Cel. Samuel Benjamin	20$000
D. Florinda dos Prazeres	20$000
D. Anna Pinto	15$000
1 Cartão de D. Eulilia Fragoso	10$000
1 Leilão em casa de d. Carolina Ribeiro	109$000
1 Leilão em casa de d. Theonilla de Souza	36$600
2 Cofres no Commercio	5$200
1 cofre em casa de d. Francisca	4$000
Dubaldino Costa	5$000
Resto da prestação da Intendência, do mez de Janeiro	66$666
Total	1:899$996

Além dos donativos acima, foram recebidos, do Cel. Frederico Müller 5.000 tijolos

Dr. Baul Mello 10 carradas de barro

DESPEZA

Cal ao sr. Polibio S. Anna, 248 saccos	422$300
Pedra, ao sr. Joaquim Costa	100$000
Ao sr. Lauriano 22 saccos de cal	31$000
Ao sr. João Evangelista, 13 saccos de cal	20$800
Ao cel. Leonídio Guerreiro 10 mil tijolos	350$000
Ao sr. Manoel Reinaldo 17 carros de barro	59$500
1 Talha e um carrinho de mão para as obras	35$000
Mão de obra (7 folhas)	486$750
Ao carroceiro Eloy	111$700
-----Impressão de series de loterias, ao “Monitor do Sul”	140$000
Total	1:757$050
Receita	1:889$996
Saldo	142$946
Déficit do mez de Março	273$840
Déficit que passa para o mez de Agosto de 1913	130$894

Apêndice H – Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 708, de 14 de setembro de 1913, p. 3. [nomes transcritos conforme a grafia publicada no jornal].

1 *D. Carolina Ribeiro*
2 *D. Josepha Botelho*
3 *D. Úrsula Lima Ribeiro*
4 *D. Eulina Pinto*
5 *D. Anna Pinto*
6 *D. Angela Pereira Homem*
7 *D. Josepha Maria de Jesus*
8 *D. Belarmina de Jesus*
9 *D. Maria Brasil*
10 *D. Josephina de Aragão Ribeiro*
11 *D. Amélia Guerreiro*
12 *D. Amélia Pinheiro*
13 *D. Heduviges Ferreira*
14 *D. Josepha da Silva*
15 *D. Maria Thereza Costa*
16 *D. Maria Clara Barreto*
17 *D. Virgilia Copello*
18 *D. Theonilia Moreira Reis*
19 *D. Julia Cavalcanti*
20 *D. Theodula de Moraes Costa*
21 *D. Maria Clara de Souza Mello*
22 *D. Esther Noya*
23 *D. Jacintha Freire*
24 *D. Anna Ribeiro de Moraes*
25 *D. Florinda Archanjo Ribeiro*
26 *D. Jardelina Hespanha*
27 *D. Delmira Ribeiro Homem*
28 *D. Maria Simões Peixoto*
29 *D. Maria d'Oliveira Castro*
30 *D. Marieta Moraes Sampaio*

Anexos

Anexo A – D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º arcebispo da Bahia (1707-1722)

Mott (2010, p. 41).

"Nascido em Monforte, Diocese de Elvas - Portugal, em 1643, faleceu em Salvador, em 7 de setembro de 1722, aos 79 anos. Fez quatro longas visitas pastorais no vasto território de sua arquidiocese, marcando sua passagem com o início da construção de muitas igrejas e ereção de freguesias; teólogo e canonista de envergadura excepcional, D. Sebastião Monteiro da Vide realizou, em 1707, o 1º Sínodo Diocesano, promulgando as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, código admirável que regulou e incentivou a vida da Igreja no Brasil (1707 a 1899) durante 192 anos, adaptando às circunstâncias locais, uma vez que antes se governava apenas pelas constituições de Lisboa". (Magalhães, 2001, p. 39)

Anexo B - Casa de Câmara e Cadeia Pública de Canavieiras, construído e inaugurado na gestão do intendente Antônio Salustiano Viana, em 1899

Tabu *On Line* – Canavieiras/Bahia.

Foto: Autor desconhecido, década de 1940.

Anexo C – Paço Municipal de Canavieiras, BA, sede do executivo municipal, construído e inaugurado na gestão do intendente Antônio Salustiano Viana, em 1899

Acervo de Vicente Tedesco – Canavieiras/Bahia.

Foto: Teophilo Mourranhy, década de 1930. Recolhido pelo autor em 2001.

Anexo D – Vista parcial da vila de Jacarandá, no município de Canavieiras, BA, às margens do Rio Pardo, em 1910, principal colaboradora das doações de pedras para o alicerce da nova Igreja Matriz em 1911. Viveu seu apogeu populacional e econômico na primeira metade do século XX, devido à monocultura do cacau.

Disponível em: http://ilhadecanavieiras.blogspot.com. Acesso em: 17 dez. 2021.

Foto: Teophilo Mourranhy.

Anexo E – D. Manoel Antônio de Paiva, 1º bispo da Diocese de Ilhéus, BA, entre 1915-1929

Disponível em: https://congregacaomarianapst.webnode.pt/products/primeiro-bispo-de-ilheus dom-manoel-antonio-de-paiva-de-1915-a-1929-/. Acesso em: 17 dez. 2021.

Eleito primeiro bispo da Diocese de Ilhéus, D. Manoel Antônio de Paiva era natural da Paraíba do Norte, hoje João Pessoa, PB. Foi ordenado bispo da Igreja em Petrópolis, RJ, no dia 18 de junho de 1915 e tomou posse em Ilhéus, BA, no dia 08 de agosto.[132].

"A entrada do primeiro bispo de Ilhéus na sua diocese empolgou a cidade pelo seu ineditismo, esforçando-se o poder municipal por torná-la quando possível grandiosa. Calcula-se que fervilhavam nas ruas umas 10.000 pessoas, em boa parte forasteiros do interior do município, bem como dos municípios vizinhos, ávidos de assistir às cerimônias. Para o que vieram igualmente da Bahia representantes do poder público estadual e da imprensa. Na altura conveniente da função litúrgica, celebrada na já agora catedral do novo bispado, estando presentes onze sacerdotes, ocupou o púlpito o grande orador sacro Mons. Elpídio Tapiranga" (Campos, 2006, p. 528).

"A 8 de agosto de 1915, toma posse da Diocese o Primeiro Bispo, D. Manoel Antônio de Paiva. Seu primeiro ato foi organizar o Corpo Administrativo da Diocese, Secretaria do Bispado, consultores, promotores e censores diocesanos. São obras da ação apostólica deste ilustre prelado: Colégio Feminino sob a direção das Ursulinas; Colégio Diocesano para o sexo masculino; pequeno sobrado ao lado do palácio para funcionamento da Cúria; primeiros passos para a construção da Catedral. Benzeu-a e colocou a primeira pedra. Construiu o Palácio Episcopal, deixando-o quase terminado; organizou o patrimônio da Diocese: terrenos na Baixa Fria e nas margens do Gongogí; nas margens do Gongogí fundou Colônia Agrícola, escola e Centro de Catequese para índios ainda rema-

132. Disponível em: https://congregacaomarianapst.webnode.pt/products/primeiro-bispo-de-ilheus-dom-manoel-antonio-de-paiva-de-1915-a-1929-/. Com modificações do pesquisador. Acesso em: 20 maio 2025.

nescentes naquela zona; abriu Seminário N. S. das Vitórias, na sua própria Casa, sendo que este pequeno Seminário deu os seguintes Padres: Rubem Mesquita, Edson Albuquerque Lima, Osvaldo Simões e José Gonçalves de Oliveira. Terminaram o estudo e se ordenaram para a diocese os clérigos: Manoel Barreto, Francisco Xavier Costa, André Costa, João Clímaco e Anísio Vivas. Para servir à Diocese, vieram os Padres Celso Monteiro, Antônio Granja, Simão Fileto, Clarindo Ribeiro, Luiz Sarinam e Geral Noble; religiosas tomam a Direção dos Hospitais de Ilhéus e Itabuna; edita o semanário diocesano *O Monitor*, com oficina própria. Conferências, quaresmas e sermões doutrinas, por pregadores afora, eram coisas frequentes e de todos os anos em Ilhéus. Pontificais, festas de São Jorge, Vitória e outras. Longas e proveitosas visitas pastorais. Em todas as paróquias foi fundado o Apostolado da Oração, Arquiconfraria do Santo Rosário, Doutrina Cristã e Vicentinos" (Oliveira, 1967, p. 1-2).

Sobre o autor

Oslan Costa Ribeiro é professor substituto na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Nordeste, sede: Formosa, GO. Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). É egresso do mestrado em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), em Campina Grande, PB, licenciado em História e especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus, BA. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1742-9669. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/7937879658171776.

Formato *15x21 cm*
Tipologia *Alegreya/Rockwell*
Nº de Pág. *203*

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG